

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL – PEPI/IE/UFRJ**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A QUESTÃO AMBIENTAL E A NOVA
GEOPOLÍTICA DAS NAÇÕES: IMPACTOS E
PRESSÕES SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA**

MARCELO DE MOURA CARNEIRO CAMPELLO

ORIENTADOR ACADÊMICO: PROF.^a. DR.^a BERTHA KOIFFMANN BECKER

UFRJ

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Mai de 2013

FICHA CATALOGRÁFICA:

CAMPELLO, Marcelo.

A questão ambiental e a nova geopolítica das nações: impactos e pressões sobre a Amazônia brasileira. Rio de Janeiro, UFRJ / IE / PEPI / Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

Orientador Acadêmico: Prof.^a. Dr.^a. Bertha Koiffmann Becker.

138 P.: II 2 cm.

Referências Bibliográficas: f. 128-136.

1. Geopolítica ambiental. 2. Sistema interestatal capitalista. 3. Amazônia brasileira.

I. BECKER, Bertha Koiffmann. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. III. Título.

RESUMO

Nas últimas décadas, a questão ambiental tornou-se um tema fundamental nas discussões travadas no sistema interestatal capitalista por razões com motivações político-ideológicas que ultrapassam o caráter ecológico. Percebe-se na relação entre os países industrializados avançados e os países periféricos, que existe uma clara tentativa dos primeiros, representados por suas corporações econômicas e organizações político-sociais, de impor ao restante do mundo padrões de desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde. Para tanto, fez-se uma leitura das pressões e ambiguidades do ambientalismo político sobre a Amazônia brasileira na atual conjuntura do sistema interestatal. Constatou-se que não há, contudo, críticas e tampouco mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento ocidental. Concluiu-se, também, que o capitalismo se mantém forte e se reinventa através de um neoliberalismo 'esverdeado' ou por um '*global new green deal*'. A atual fase do sistema capitalista, a da globalização financeira, vem buscando afirmar modelos de desenvolvimento capitalistas – que exigem necessariamente o domínio de 'tecno(eco)logias' – e implantá-los na periferia mundial como forma de mercantilizar os elementos da natureza, controlar recursos estratégicos, se apropriar da biodiversidade e, por fim, manter as disparidades da divisão internacional do trabalho. A sustentabilidade exigida pela comunidade global para a Amazônia, ancorada na dimensão ambiental e climática, não leva em conta a situação em que se encontra a população regional e, muito menos, suas dificuldades econômicas e condições socioambientais. A Amazônia tornou-se um símbolo ecológico global. Mas, para quem?

Palavras-chave: Geopolítica ambiental; Sistema interestatal capitalista; Amazônia brasileira.

ABSTRACT

In recent decades the environmental issue has become a key issue in the discussions on the Interstate Capitalist System for reasons with political-ideological motivations that go beyond the ecological character. It can be seen in the relationship between the advanced industrialized countries with peripherals that there is a clear attempt of the first, represented by its economic corporations and political and social organizations, to impose on the rest of the world patterns of economic development, such as sustainable development and green economy. As such, there is a reading of pressures and ambiguities of political environmentalism on the Brazilian Amazon in the current Interstate Capitalist System. It was found that there is, however, critical no structural changes in the model of western development. It was concluded that capitalism remains strong and reinvents itself through a neoliberalism 'green' or a 'global green new deal'. The current phase of the capitalist system, financial globalization, is seeking state capitalist development models - which necessarily require the domain of 'techno(eco)logies' - and deploy them in the world periphery as a way to commodify the elements of nature, control resources strategic, appropriating the biodiversity and ultimately keep the disparities of the international division of labor. The sustainability demanded by the global community to Amazon, anchored in environmental and climate dimension, does not take into account the situation in which it is the regional population, much less, their economic and environmental conditions. The Amazon has become a symbol of global ecological. But to whom?

Key words: Geopolitical environment; Interstate Capitalist System; Brazilian Amazon.

DEDICATÓRIA

À minha mãe Lilian, por me amar mais do que eu possa imaginar.

Às minhas irmãs Rafaela e Fernanda, talvez as minhas maiores admiradoras.

À minha Rita, grande amor da minha vida e parceira em todos em momentos.

Ao meu filho João Pedro, meu melhor amigo e razão da minha batalha diária.

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil realizar um mestrado stricto sensu tão exigente, sem bolsa de estudos, e com quatro vínculos empregatícios.

Agradeço imensamente a Deus por iluminar meus caminhos e fornecer saúde a mim e a toda minha família.

Agradeço à minha mestra e amiga Bertha K. Becker por compartilhar sua sabedoria e me ensinar o valor e a importância da ciência na construção de uma sociedade mais justa.

Agradeço aos meus empregadores por me darem o suporte financeiro e a motivação para realizar meus estudos.

Agradeço aos colegas professores do Colégio de Aplicação da UFRJ, do Colégio de São Bento e do SESI/Cinelândia por acreditarem na educação e serem agentes transformadores da sociedade.

Agradeço aos professores do PEPI/UFRJ por me mostrarem uma linha de pesquisa extremamente reflexiva e questionadora da atual conjuntura político-econômica global.

Agradeço também aos professores Paulo Livio, Vânia Morgado e Regina Petrus por me ensinarem o valor da geografia para a formação de um cidadão crítico e atuante.

Agradeço à minha família, em especial ao meu filho e minha mãe, por terem paciência e me ajudarem, sempre, com amor.

EPÍGRAFE

"A humanidade se divide em dois grupos: o grupo dos que não comem e o grupo dos que não dormem com receio da revolta dos que não comem."

*Josué de Castro in **Geografia da Fome**, 1942.*

LISTAS

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2. Amazônia Legal: localização no Brasil e composição por Unidades da Federação.....	50
Figuras 3, 4 e 5. Padrões de migração interna no Brasil.....	53
Figura 6. Amazônia: Densidade demográfica em 2006.....	54
Figura 7. Amazônia: concentração populacional e população urbana em 2007.....	55
Figuras 8 e 9. Cobertura vegetal natural e cobertura vegetal em 2006.....	58
Figura 10. Pegada Ecológica Mundial.....	83
Figura 11 – Emissões globais de carbono para a atmosfera.....	86
Figura 12. Objetivos do Milênio.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Taxa de desmatamento anual. Amazônia Legal, 1988-2008.....	58
Gráfico 2. Urbanização Brasil e regiões – 1991/2000.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Síntese do Processo de Ocupação da Amazônia.....	52
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Maiores cidades da Amazônia Legal e peso na população total nas respectivas Unidades da Federação (2010)	54
Tabela 2. Posição dos municípios da Amazônia Legal segundo ranking dos 150 mais ricos do País, posição das Unidades Federativas, participação do PIB do município em relação às Unidades Federativas (PIB em R\$ mil – 2008)	56
Tabela 3. Taxas médias de fecundidade do Brasil e da região Norte entre 1970 e 2000.....	59
Tabela 4. Taxa de crescimento populacional entre os censos de 2000 e 2010.....	59
Tabela 5. Taxa de crescimento médio das unidades da Federação entre os Censos de 2000-10.....	59
Tabela 6. Distribuição da população por estados.....	61
Tabela 7. Posição das regiões e dos complexos regionais brasileiros na economia (2008).....	62

SUMÁRIO

Listas.....	8
Introdução.....	12
Apresentação e discussão geral sobre o tema.....	12
Capítulo I – A ecologia como questão geopolítica na atual conjuntura do Sistema Interestatal Capitalista.....	25
I.1 – Formação, consolidação e expansão do Sistema Interestatal Capitalista.....	27
I.2 – A questão ambiental como paradigma geopolítico.....	35
Capítulo II – A Amazônia como símbolo ecológico global.....	44
II.1 – De que Amazônia estamos falando?.....	49
II.2 – Histórico de ocupação da Amazônia brasileira e a consolidação de uma periferia nacional.....	51
II.3 – Um olhar urbano sobre a questão ambiental na Amazônia.....	63
II.4 – Amazônia como símbolo ecológico global.....	67
Capítulo III – A geopolítica ambiental na atual conjuntura do Sistema Interestatal Capitalista.....	75
III.1.1 – Das conquistas ecológicas aos significados geopolíticos das Conferências das Nações Unidas.....	82
III.1.2 – As Conferências das Nações Unidas.....	86
III.2.1 – O Capitalismo Contemporâneo e os Modelos de Desenvolvimento Sustentável e de Economia Verde.....	96

III.2.2 – A reflexão sobre os modelos de Desenvolvimento Sustentável e de Economia Verde.....	99
Capítulo IV – Um desenvolvimento autônomo para a Amazônia como resposta ao ambientalismo político.....	103
IV.1 – O duplo significado geopolítico da integração regional.....	107
IV.2 – A utilização do patrimônio natural como estratégia de defesa e desenvolvimento para a Amazônia	120
Considerações finais.....	124
Referências bibliográficas.....	128
Anexos.....	136

INTRODUÇÃO

Apresentação e Discussão Geral sobre o Tema

Nas últimas décadas, a questão ambiental tornou-se um tema fundamental nas discussões travadas no sistema interestatal capitalista por razões com motivações político-ideológicas diferentes. Por um lado, no mundo contemporâneo, proliferaram estudos científicos ecológicos difundidos por diferentes vozes, que afirmam que o aumento da escala de ação humana no planeta Terra levou à ciência a nos reconhecer como uma força geofísica com elevado poder de transformação da ordem natural do meio e que devido aos crescentes impactos antrópicos ‘ecoagressivos’ ao planeta, o futuro da humanidade está em risco. A outra motivação, justificativa teórica dessa pesquisa, colocou o meio ambiente no centro de um debate geopolítico global e surge por razões que ultrapassam o caráter ecológico. A questão ambiental tornou-se, também, um tema geopolítico transdisciplinar com importante relevância na agenda de Estados nacionais e de atores econômicos e sobretudo, políticos com influência global.

Essa dissertação não tem o objetivo de confrontar as ações, as reivindicações e os estudos de movimentos sociais e científicos ambientalistas extremamente importantes que discutem o futuro da humanidade, embora seja preciso reconhecê-los como vozes políticas enviesadas que, direta ou indiretamente, defendem interesses ‘globais’ de Estados nacionais e de grupos sociais distintos. Atualmente, constata-se que a grande massa do movimento ecológico ainda tem permanecido presa à lógica da sociedade de consumo que pretende criticar e que, em suas ações, não levam em consideração a questão (geo)política, permanecendo uma distância abissal entre o discurso e as práticas e questionamentos concretos (PORTO-GONÇALVES, 1984; 2004).

Contudo, uma das principais motivações dessa dissertação é questionar a questão ambiental tal como vem sendo discutida na 'arena' geopolítica interestatal do sistema capitalista através de mecanismos de regulação econômica e ingerências políticas, principalmente lideradas pelos países centrais e das fundações, organizações sociais e científicas que os representam.

Percebe-se na relação entre os países industrializados avançados com os países periféricos do sistema interestatal capitalista que existe uma clara tentativa dos primeiros, representados por suas grandes corporações econômicas e organizações político-sociais de, novamente na história, assumirem a liderança de um novo processo, chamado aqui de 'ambientalização'. Há uma imposição ao restante do mundo padrões de desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde, e também a mercantilização de elementos da natureza na lógica da globalização financeira neoliberal, como o programa de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e o Mercado de Crédito de Carbono, que podem favorecer o enriquecimento daqueles que já possuem melhores condições socioeconômicas e já erradicaram a fome e a pobreza há mais de um século, que detém elevado grau de industrialização e estão na ponta das inovações científicas e tecnológicas¹.

Propôs-se, nessa dissertação, investigar a hipótese de uma imposição geopolítica ambientalista sobre o Brasil – um dos países semiperiféricos emergentes e em desenvolvimento numa ordem mundial baseada em múltiplos polos de poder econômico –, especificamente na Amazônia brasileira, região de maior biodiversidade planetária e símbolo ecológico de um contexto global de 'ambientalização'. Para responder às questões levantadas, buscou-se relacionar a metodologia de pesquisa a uma literatura transdisciplinar ao

¹ “Os atores mais poderosos desta nova etapa da globalização reservam-se os melhores pedaços do território global e deixam restos para os outros. Mas a grande perversidade na produção da globalização atual não reside apenas na polarização da riqueza e da pobreza, na segmentação dos mercados e das populações submetidas, nem mesmo na destruição da natureza. A novidade aterradora reside na tentativa empírica e simbólica de construção de um único espaço unipolar de dominação. A tirania do dinheiro e da informação, produzida pela concentração do capital e do poder, tem hoje uma unidade técnica e uma convergência de normas sem precedentes na história do capitalismo” (TAVARES, 2000 APUD SANTOS, 2000, *Prefácio*).

campo de investigação em Economia Política Internacional e à atual conjuntura do sistema interestatal capitalista marcada, na perspectiva desse trabalho, por um paradigma ecológico.

Pretende-se fazer uma leitura das pressões e ambiguidades do ambientalismo político sobre a Amazônia brasileira na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista. Uma importante fonte de investigação se dará através da análise da última Conferência da Organização das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável, a *Rio+20*, realizada em junho de 2012 não por acaso no Brasil, bem como de outras Conferências e eventos realizados pela própria Organização das Nações Unidas (ONU) a partir dos anos 1970.

Uma interpretação crítica da atual conjuntura do sistema interestatal capitalista favorece o entendimento de que o contexto no qual aparece a questão ambiental não obedece exclusivamente a uma constatação de base ecológica, mas sim imbuídos de caráter político e econômico. A preocupação ambientalista, sobretudo de países centrais e de corporações transnacionais poderosas não surge somente em razão de um sentimento legítimo devido aos impactos antrópicos ao crescente esgotamento dos recursos naturais, à possível escassez de água potável ainda na primeira metade desse século, à degradação de terras agricultáveis e à ameaça das mudanças climáticas que levou à ciência a reconhecer o *Antropoceno* como uma nova era geológica (BOFF, 2011; SACHS, 2011; ABRAMOVAY, 2013). Não obstante, também é repleta de interesses geopolíticos para frear o crescimento econômico da periferia, manter o *status quo* e a divisão internacional do trabalho, controlar vastas áreas estratégicas e como forma de dominação político-ideológica e econômico-financeira em uma ordem mundial caracterizada pela emergência de novos polos de poder.

No atual estágio civilizatório marcado por notícias e interpretações catastróficas e que conta com uma visão polarizada sobre o futuro ecológico global sob a constante ameaça das mudanças climáticas, inclusive com estudos difundidos por grande parte da academia sem a necessária

comprovação científica, o meio ambiente e também a Amazônia foram colocados no centro do debate.

A ecologia, neste século, é um novo parâmetro da geopolítica mundial, que através de mecanismos ideológicos e pressões políticas variadas tenta impor o ambiente como um projeto nacional aos países periféricos (BECKER, 1992). Salienta-se que os países periféricos e os semiperiféricos, incluindo aí o Brasil, possuem fontes de biodiversidade de incalculável valor estratégico e econômico, elevadas taxas de crescimento econômico e redefinem a economia global neste início do terceiro milênio.

Uma das interpretações teóricas dessa pesquisa situa-se na leitura de que tal discurso ambientalista apareceu no fim da década de 1960 e início dos anos 1970 num contexto marcado pela recessão dos países centrais, onde se procurou difundir a tese de que os efeitos da agressão ambiental não se expressariam localmente, obrigando a pensar em um sistema globalizado e interdependente, porém obedecendo à lógica perversa da perpetuação da divisão internacional do trabalho e a desigualdade entre centro e periferia². Atualmente, contudo, é consenso que a questão da preservação do meio ambiente depende, necessariamente, da erradicação da pobreza, do domínio de novas tecnologias e de uma ruptura total com o modelo de organização socioeconômica no qual vivemos.

O pretexto ecológico tal como colocado na 'arena' geopolítica internacional surge como um argumento para frear o crescimento econômico dos países que até então estavam à margem das 'benesses' do capitalismo. A ideia de uma governança global dos danos ambientais que deve ser compartilhada por todos alastra-se no discurso, inclusive das Nações Unidas. Entretanto, os países centrais novamente evitam assumir suas

² Entre 1913 e 1950, o Brasil teve o maior ritmo e crescimento do PIB internacionalmente (4,9% ao ano). Entre 1950 e 1973, ocupou o segundo lugar (7,5% ao ano), só superado pelo Japão (9,4% ao ano) e, em consequência passou a figurar entre as dez economias industriais do mundo (BECKER, 1992, p. 130).

responsabilidades pelos danos de uma predação histórica dos recursos naturais em seus territórios e nas ex-colônias, concentrando os avanços científicos e as inovações tecnológicas também na área ecológica, buscando oportunidades de lucro em tempos de crise até mesmo pela financeirização dos elementos da natureza.

Tal debate tem a Amazônia sul-americana – especialmente a Amazônia brasileira – como cenário propício para as discussões políticas presentes nos fóruns globais. Analisar como se desenvolve esta imposição sobre a Amazônia brasileira, região que conta com o maior patrimônio natural global e recorte de análise desta pesquisa, e as estratégias que vêm sendo adotadas pelo Brasil e também as que poderiam representar um novo padrão de desenvolvimento para a região, também se constituem como alguns dos objetivos desta dissertação.

A bacia amazônica abrange uma área de 7 milhões de quilômetros quadrados, compreendendo terras do Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa – Departamento Ultramarino da França e da União Europeia na costa norte da América do Sul. É a maior bacia fluvial do mundo e cerca de 3,8 milhões de Km² dessa riqueza estratégica encontram-se em território brasileiro.

A região, por um lado, apresenta sérios riscos de sofrer ingerências externas através de uma ‘onda’ global de mecanismos e ideologias que buscam reconhecê-la como a principal portadora da biodiversidade e com papel decisivo na regulação climática do planeta. Por outro lado, o Estado brasileiro poderia aproveitar esta oportunidade política e incentivar um pleno desenvolvimento amazônico, pautado no conhecimento da natureza, algo que não vem sendo feito, para fortalecer o interesse e a presença nacional e também a soberania de outros Estados nacionais que compõem a bacia.

O Brasil poderia, assim, ser uma voz ativa e uma nova liderança mundial num cenário diplomático repleto de paradoxos e contradições políticas de um futuro que já se faz presente. Além disso, tais ações poderiam representar os

pilares para um padrão de desenvolvimento autônomo e de integração regional sob a liderança política do Brasil.

Dentro do Brasil, em outros países amazônicos e também fora da região, movimentos sociais, ONGs, membros da academia e muitos outros atores se levantam contra a lógica da globalização capitalista defendida por países centrais, corporações transnacionais e instituições financeiras multilaterais. Tal modelo, como vem se apresentando a partir da emergência do neoliberalismo, vem ampliando a distância socioeconômica e tecnológica entre os países e também no interior deles. A Amazônia ainda é um símbolo histórico, por exemplo, de 'dois brasis', o arcaico e o moderno (LAMBERT, 1959).

A globalização da economia mundial e a hegemonia do modelo neoliberal são estratégias capitaneadas por agentes com um duplo discurso. Os mesmos que lutam pela padronização de modelos de desenvolvimento, como a atual economia verde, definida pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, como o 'New Green Deal', são aqueles que promovem a degradação ambiental e tentam impor modos de vida e de produção baseados no consumo³ em uma nova lógica de organização da economia e da ecologia baseada no pagamento feito pelos ricos pelo direito de poluir em troca da imobilização de imensas reservas naturais dos mais pobres.

A questão ecológica não existe de forma independente. A crise ambiental de hoje é não só consequência do descontrolado processo produtivo atual nos países subdesenvolvidos, como também resultado abusivo dos recursos naturais, em tempos passados, pelos países hoje ricos. Portanto, na mesa de negociações do financiamento das ações preservacionistas deveriam participar não só os países subdesenvolvidos e os credores internacionais, mas também os países ricos, cujo desenvolvimento baseou-se num modelo predador e poluente (MAIMON, 1992, p. 275).

³ Habermas (1975, p. 196) aponta que o sistema capitalista compete com os interesses contraditórios de frações singulares do capital, por um lado e, por outro, com os padrões de consumos de setores da população. O mesmo autor ainda coloca que o consumo como cultura de massa é fruto de uma 'colonização cultural', na qual os povos das Nações menos desenvolvidas aspiram a níveis de vida similares ao das mais ricas.

Vê-se que por detrás de uma ideologia pseudo-humanitária, há um modelo autoritário de sociedade (ALMEIDA E CARVALHO, 2009).

A questão ambiental travada nos debates políticos globais é complexa e envolve múltiplos interesses, devido ao fato de que a manutenção e a preservação da biodiversidade terrestre e o foco na regulação climática atmosférica são apenas alguns dos interesses explícitos presentes em questões estatais, das grandes corporações transnacionais e instituições multilaterais, da sociedade civil, inclusive por determinados grupos de intelectuais, ONGs etc. Porém, o que pode estar por trás de tais interesses, ou ainda, o que há de legítimo na discussão ambiental tal como apresentada na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista? E quais são as implicações desse contexto político sobre a Amazônia brasileira?

A ecologia, hoje, é um dos principais temas da nova geopolítica das nações. Tratar-se-á desse tema nessa investigação como um 'ambientalismo político' que tenta impor o modelo ambiental sugerido pelos países centrais como um projeto nacional aos países periféricos e semiperiféricos (BECKER, 1992; 2007). Reitera-se que estes são, justamente, os países que possuem as maiores reservas de biodiversidade e possibilidades de crescimento econômico, tornaram-se os novos polos de poder e líderes políticos em suas regiões e poderão, em poucas décadas, ameaçar uma hegemonia secular da tríade Estados Unidos da América – Europa – Japão na hierarquia do sistema interestatal capitalista.

Becker (1992), ao contrapor a consciência ecológica-legítima à ideologia ecológica, já reconhecia na passagem do milênio a ideologização da questão ambiental como o novo parâmetro da geopolítica mundial. A autora diferencia a ideologia, a utopia e a consciência ecológica a partir das motivações ideológicas de cada uma. A ideologia ecológica surge do acirramento da competição interestatal que faz a ecologia ser também utilizada pelos interesses dominantes na geopolítica mundial. A consciência ecológica seria a preocupação legítima com o meio ambiente em razão do crescente antropogenismo em escala global. Por fim, o iminente fracasso em solucionar o

bem-estar dos homens e grande dificuldade em estabelecer um ‘futuro comum’ para a humanidade compõem a utopia ecológica.

Sabroza e Leal (1992, p. 52) apontam que a coincidência do momento em que se concretiza a integração da economia capitalista em escala global e a colocação destas questões ecológicas não parece casual. A geopolítica do ambientalismo global como uma realidade contemporânea apareceu no fim da década de 1960 e início da década de 1970, num contexto geopolítico marcado por discussões sobre a explosão demográfica, do crescimento econômico da periferia mundial, pela recessão dos países centrais, a corrida armamentista e aeroespacial da Guerra Fria que, inclusive, levou o homem a perceber a questão do planeta em risco e os efeitos globais do antropogenismo. Daí se procurou difundir a tese de que os efeitos da agressão ambiental não se expressariam localmente, obrigando a pensar em um sistema globalizado e interdependente, na busca de soluções também compartilhadas.

A hipótese desta investigação reside no fato de que tal imposição endereçada aos países (semi)periféricos como um projeto nacional possui outros interesses. Os países semiperiféricos, por exemplo, o grupo dos chamados Brics, sigla dos países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul⁴, são aqueles que possuem grandes áreas ricas em recursos naturais e minerais, elevada biodiversidade, grandes territórios e população absoluta, além de crescimento econômico acima da média mundial já há alguns anos, mesmo em tempo de crise econômico-financeira do sistema capitalista mundial. Estes se constituem também como alguns dos países que seriam menos afetados se realmente acontecer ou acontecesse uma catástrofe ambiental global (como a elevação dos níveis dos mares) em função do considerável tamanho territorial e população absoluta.

Observando a escala continental e nacional, a Amazônia sul-americana, especialmente a Amazônia brasileira – recorte de análise desta pesquisa – vem sofrendo intensas ingerências externas veladas por uma ideologia globalizante colocada, sobretudo nos grandes fóruns globais, como nas últimas

⁴ Embora não façam parte dos Brics, Tailândia e Indonésia também estão incluídos nesse processo.

Conferências das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável. Nas próximas décadas para o Brasil, e também para outros países sul-americanos, ter a Amazônia em seus territórios pode se tornar um peso político com pelo menos duas faces em razão da importância que ela passou a ter como símbolo e regulador estratégico de gases emissores de efeito estufa (GEEs). Por um lado, para o Brasil e seus vizinhos, a Amazônia pode representar um símbolo de soberania nacional e, quiçá, de um novo padrão de integração e desenvolvimento regional. Por outro lado, possuí-la em seus territórios pode representar uma ameaça às suas soberanias em razão do inestimável valor estratégico de regulação climática global que tornou a região portadora da segurança ambiental do gênero de vida humano.

Não se pode negar também que o tipo de integração regional e projetos de desenvolvimento em andamento, que colocam a Amazônia como corredor de exportações de *commodities* agrícolas e minerais para o Pacífico, em especial para a China, favorece e dá suporte para a proliferação de um discurso ambientalista conservador devido ao seu caráter ‘ecoagressivo’, primário-exportador e predatório de recursos naturais. Os países amazônicos estão perdendo uma oportunidade real de saltarem de uma estrutura produtiva arcaica para uma pautada no conhecimento da natureza e da biotecnologia, áreas estratégicas do moderno capitalismo (CAMPELLO, 2011B). Os países amazônicos e, especialmente o Brasil, devem-se perguntar: desmatar no ritmo do agronegócio ou preservar para se apropriar do patrimônio genético?

Fazendo uma projeção de um provável futuro cenário geopolítico global baseado na questão ambiental, os países sul-americanos, em especial o Brasil, podem estar perdendo uma oportunidade de serem líderes de um processo que um desenvolvimento socioeconômico, erradicação da fome e pobreza, e que o promova bem-estar à população e a sustentabilidade da natureza às próximas gerações.

Todavia, uma falsa dicotomia entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental vem tornando o ambiente alvo de interesses conflitantes. Na Amazônia, a crise ambiental deve ser vista a partir de uma abordagem geopolítica na ‘arena’ do sistema interestatal capitalista. O olhar da

comunidade internacional volta-se para a Amazônia e a preservação das florestas tropicais. Este olhar pressupõe 'soluções comuns', idealizadas por países centrais, para economias e sociedades diferenciadas, além do pagamento de serviços ambientais que podem imobilizar o bioma sem agregar real valor à floresta em pé, e mantendo-se o padrão de acumulação nas mãos dos grandes proprietários de terra.

Nesse sentido, o Mercado de Carbono e o REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), este último atualmente conhecido por REDD+, são exemplos de políticas ambientais insustentáveis do ponto de vista político e socioeconômico sob a luz da globalização financeira e também do ambiente. Ambas representam políticas e mecanismos regulatórios vinculados à mercantilização dos elementos da natureza. Para os países que possuem grandes áreas de biodiversidade, o REDD representa uma verdadeira imobilização e ingerência externa nos parques naturais com enorme potencial estratégico a ser explorado, apenas para proveito de outros que podem poluir e se desenvolver ao comprar créditos de carbono. Na questão social, mantém-se a perpetuação das desigualdades regionais entre os grandes proprietários de terra e o restante da população. Sobre a ameaça das mudanças climáticas, não transforma a origem do problema, apenas coloca limitações de crescimento econômico aos mais pobres.

Países centrais, através de interesses nacionais travestidos de ONGs e corporações transnacionais buscam, incessantemente, reconhecer e mapear as potencialidades regionais através de pesquisas científicas, tanto com seres humanos como na natureza. Como resposta, com bastante timidez e reproduzindo modelos exógenos, começam a surgir iniciativas a partir de interesses geopolíticos dos Estados nacionais sul-americanos em integrar o continente para defender as riquezas cobiçadas externamente e mal exploradas internamente, inaugurando uma escala de ação sul-americana contra pressões internacionais.

A crítica internacional na região ainda não revelou sua verdadeira face. O objetivo de tais mecanismos é frear a devastação ambiental ou há outros fatores envolvidos na Amazônia? Os benefícios para os amazônidas ainda não

estão claros e se percebem interesses econômicos e políticos, sobretudo estratégias de apropriação geoeconômica de atores, nas riquezas regionais extremamente mal utilizados pelos países amazônicos.

Desta forma, compreender as problemáticas da Amazônia, região que carrega o peso de ser símbolo de um desafio ecológico global, e área de disputa entre as grandes potências e, mesmo, dentro do tabuleiro político nacional, é um grande desafio geopolítico.

Assim, constituem **objetivos centrais** principais desta dissertação:

- analisar a questão ambiental como um tema geopolítico fundamental na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista.
- analisar os reflexos desse debate na Amazônia brasileira, maior patrimônio natural global e recorte de análise desta pesquisa.
- analisar os modelos de desenvolvimento sustentável e de economia verde que, através de mecanismos políticos de mercantilização e financeirização dos elementos da natureza, como o REDD, podem perpetuar a desigualdade socioeconômica e tecnológica entre as nações e a divisão internacional do trabalho.
- contribuir com a necessidade de um padrão de desenvolvimento autônomo para a Amazônia sul-americana, como estratégia de defesa, a partir de uma integração regional pautada pelo conhecimento da natureza sob a liderança brasileira.

Além dos objetivos centrais que norteiam essa dissertação, o aprofundamento do tema levou para a discussão dos seguintes **objetivos específicos**:

- analisar o processo de formação do sistema interestatal capitalista e suas diferentes questões.
- esclarecer o contexto político no qual a Amazônia brasileira tornou-se símbolo ecológico global e os riscos associados à falta de ação do Estado brasileiro em

desenvolvê-la.

- esclarecer a imposição do ambientalismo como uma ideologia conservadora e uma ação ideológica para perpetuar as desigualdades entre o centro e a periferia do sistema interestatal mundial.

- analisar como o Brasil, através de suas ações, pode estar vulnerável aos efeitos do ambientalismo político e os reflexos disso nos países amazônicos.

O **Capítulo I** discute o processo de construção e a consolidação do sistema interestatal capitalista como um conceito fundamental de análise em uma investigação em Economia Política Internacional. Ainda nesse *Capítulo* busca-se reconhecer as contradições e questões históricas em diferentes contextos políticos do sistema capitalista e esclarecer o aparecimento da questão ambiental como um dos paradigmas geopolíticos do mundo contemporâneo.

O **Capítulo II** busca explicar o contexto global no qual a Amazônia, especificamente a Amazônia brasileira, tornou-se um símbolo ecológico. Através da análise da questão ambiental por um viés questionador, discute-se o real interesse político-ideológico do ambientalismo e de como as ingerências externas, os mecanismos políticos de regulação econômica e apropriação da biodiversidade, e os padrões de desenvolvimento 'importados', podem afetar a Amazônia, região portadora de uma das maiores riquezas energéticas, hídricas e de biodiversidade do planeta, e o próprio interesse nacional. Ainda nessa seção, procura-se colocar quais são as reais necessidades e questões ambientais e socioeconômicas que afligem a Amazônia brasileira, periferia nacional e região com péssimos indicadores socioambientais. Tanto no espaço rural e, sobretudo em áreas urbanas, espaço onde vivem mais de 70% dos 25 milhões de brasileiros que vivem na região.

O **Capítulo III** analisa o atual debate ecológico no seio de uma crise financeira mundial do Sistema Interestatal Capitalista. As motivações ideológicas, as contribuições ecológicas e os significados geopolíticos das Conferências das Nações Unidas sobre a temática, desde a Conferência de

Estocolmo, em 1972, à última Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a *Rio+20*, formalmente realizada em junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, estão relacionadas à atual conjuntura geopolítica mundial. Nesse *Capítulo* também se discutem os modelos de desenvolvimento sustentável e a atual economia verde, novos padrões de desenvolvimento lançados pelos líderes do sistema capitalista que afirmam, teoricamente, estar em harmonia com os recursos naturais e com o bem estar da humanidade.

O **Capítulo IV** critica as ações patrocinadas pelo Estado brasileiro na Amazônia e as tentativas frustradas de integração regional que, inclusive, dão margem ao discurso ambientalista conservador, às políticas neoliberais de financeirização da natureza e tornam a região vulnerável sob o ponto de vista da soberania nacional e do desenvolvimento socioeconômico da população. Ainda neste *Capítulo*, pretende-se sistematizar algumas contribuições para o desenvolvimento da Amazônia e que poderiam representar um novo padrão de desenvolvimento na região e uma nova colocação geopolítica do Brasil no sistema interestatal capitalista.

Questionamentos e projeções futuras encerram esta investigação. Procuramos a audácia ao discutir uma temática com pouca literatura e estudos disponíveis e relacioná-la a um contexto que já se faz presente no sistema interestatal capitalista; e a inovação por tentar interpretar a história do presente e contribuir com um novo pensamento estratégico para a Amazônia e para a geopolítica nacional.

CAPÍTULO I – A ECOLOGIA COMO QUESTÃO GEOPOLÍTICA NA ATUAL CONJUNTURA DO SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA

O campo de pesquisa em Economia Política Internacional nasceu juntamente com a ciência moderna, ainda no século XVII, a partir de um movimento histórico no qual aparecem os primeiros Estados nacionais e a afirmação do capitalismo como sistema socioeconômico. Esta área do saber tem como propósito a elaboração de respostas a uma agenda de desafios e problemas concretos que se mantém, em alguns casos, até hoje. Entretanto, o debate ecológico no sistema interestatal capitalista como um paradigma geopolítico é um tema relativamente novo e carece de questionamentos teóricos e análise crítica.

Por séculos desconsiderada no debate político-econômico e também em outros campos da ciência e do conhecimento, a questão ambiental tornou-se, a partir dos anos 1960, um tema fundamental de discussão não só de movimentos sociais e da própria ciência, como no sistema interestatal capitalista a partir de olhares, perturbações e interesses distintos. Além da consciência-ecológica legítima, isto é, os ideais promulgados por movimentos organizados nos quais seus objetivos têm como foco reivindicações em prol da redução dos impactos antrópicos ao planeta Terra e dos questionamentos e estudos científicos para esclarecer os mitos e verdades nessa área, a temática também envolve atores geopolíticos com influência global.

A problemática ultrapassou a questão de uma consciência-ecológica legítima e a constatação geofísica de que inauguramos a era geológica do *Antropoceno*. A questão ambiental é tão relevante e, ao mesmo tempo, paradoxal, que ultrapassou os limites de discussão dos movimentos sociais e da ciência. Atualmente, a ecologia é um tema fundamental nas relações interestatais e não pode ser negligenciada na agenda dos Estados nacionais e na discussão no seio da própria ONU.

Este *Capítulo* busca uma interpretação crítica da conjuntura político-econômica do sistema interestatal capitalista na qual, em nível internacional a ONU, através do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), e os países centrais através de seus interesses nacionais e de suas fundações e corporações, intensificaram o debate sobre o tema. A partir, principalmente, das reuniões do Clube de Roma (1968) e da primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo (1972), estes atores encaminham fóruns de discussão e Conferências em todo o mundo e difundem mecanismos regulatórios e pressões político-ideológicas que não equacionam o problema ecológico e, ao contrário, atuam como forma de ingerências sobre os países menos desenvolvidos com objetivos que visam a perdurar a condição desigual entre o centro e periferia e legitimar o sistema capitalista (SUERTEGARAY E SCHAFFER, 1988).

O que chamamos de 'ambientalismo político' nessa dissertação, estratégia difundida também pelas organizações multilaterais, deve ser analisado como um elemento inerente ao próprio sistema capitalista para a abertura de novas fronteiras econômicas e frentes de negócios financeiros, além de consolidar modelos de desenvolvimento hierárquicos e autoritários que, necessariamente, alimentam-se das disparidades tecnológicas e socioeconômicas entre as nações e, até mesmo, dentro das nações.

Frente a esta realidade, que envolve a expansão desse debate permeando a geopolítica global, é que se colocam as seguintes indagações: i) caberia o campo da Economia Política Internacional ficar alheio a esta discussão? ii) Como a questão ambiental se caracteriza como um novo paradigma geopolítico no sistema interestatal capitalista?

O *Capítulo* divide-se em duas seções. A primeira analisa a gênese de construção e a expansão do sistema interestatal capitalista, além de pontuar algumas de suas questões históricas. A segunda esclarece como a ecologia, no século XXI, faz parte das questões geopolíticas de grande importância engendradas na nova geopolítica das nações.

I.1 – Formação, Consolidação e Expansão do Sistema Interestatal Capitalista

A formação e consolidação do sistema político e econômico mundial – o que seguindo uma perspectiva teórica-conceitual heterodoxa denominamos como sistema interestatal capitalista – é uma construção eurocêntrica que tem sua origem associada, segundo Fiori (2007), aos acontecimentos políticos e às transformações socioeconômicas do *Longo Século XIII* (1250-1453). Este período singular da história foi caracterizado pelo início da fusão entre a esfera do poder simbolizado pela autoridade central do soberano sobre um território delimitado a partir de imposição de fronteiras, jurisdição própria e tributação que, por sua vez, influenciou na formação dos primeiros Estados nacionais, com a esfera da riqueza da burguesia. Isto é, além da primazia da unificação territorial através de uma base física juridicamente consolidada – representado pelo Estado – nesse contexto surge outra novidade histórica: a transição do modo de produção feudal para o sistema capitalista.

Segundo Braudel⁵ (1984), o capitalismo tem suas raízes na Europa no fim do século XV em razão da formação de um mercado mundial – a economia-mundo – e da inauguração da divisão internacional do trabalho. O autor chama este período de transição para o capitalismo e início do sistema interestatal de o *Longo Século XVI*⁶ (1453-1688). Transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que tiveram início na passagem da Baixa Idade Média para a Idade Moderna foram alguns dos determinantes para o sucesso na etapa da construção do sistema interestatal capitalista e da hegemonia do universalismo europeu⁷ em escala global.

⁵ Braudel (1984; 1996) defende que o capitalismo é o anti-mercado, pois nele se desenrolam as trocas desiguais e a acumulação dos grandes lucros monopolistas em detrimento da livre-concorrência.

⁶ Essa nomenclatura não faz referência a um tempo gregoriano, isto é, preciso. É o início da expansão global da Europa. A Europa, região atrasada economicamente do mundo, torna-se uma força expansiva capaz de subjugar o mundo em pouco mais de três séculos.

⁷ O universalismo europeu, conceito de Wallerstein (2007) para expressar a visão dominante e a construção de uma história mundial eurocêntrica, foi reflexo de um expansionismo iniciado ainda no século XV que, em nome da fé cristã, impõe seus domínios sobre outros continentes

Através de uma aliança entre a ‘geometria do poder’ com a ‘geometria da riqueza’ e de uma característica inicial já expansionista e anárquica, Fiori (2007) esclarece a construção do sistema interestatal capitalista.

O verdadeiro ponto de partida do ‘sistema mundial moderno’ é os ‘Estados-economias nacionais’ que foram ‘inventados’ pelos europeus e que se transformaram em ‘máquina de acumulação de poder e riqueza’, dotadas de uma ‘compulsão expansiva’ maior do que a dos primeiros poderes e capitais que se formaram na Europa durante o ‘longo século XIII’. Os ‘Estados-economias nacionais’ foram o produto final da acumulação de poder e riqueza que ocorreu antes da chegada do século XVI. Mas, depois disso, a ‘pressão competitiva’, a ‘conquista’ e a ‘acumulação de poder’ seguiram sendo ‘necessidades imperativas’ desse novo sistema (FIORI, *Op. Cit.*, p. 27).

Nesse período da história europeia, há um lento processo de mutação, cujo resultado será uma ruptura qualitativa na história política, econômica e social do continente. Um processo de concentração de poder e de expansão das unidades de poder, altamente segregadas no continente europeu em razão de uma intensa fragmentação territorial, sobretudo do Império Romano, favoreceu uma capacidade notável de conquista territorial e de acumulação de riqueza. Braudel (1984) afirma que nesse período histórico se inicia a fusão entre o Estado e as economias nacionais e o vitorioso expansionismo europeu. Neste sentido, Fiori (2007, p. 24) ressalta que a originalidade da Europa, continente no qual emergem as principais potências mundiais responsáveis pela expansão e consolidação do sistema interestatal capitalista, foi a forma em que ‘a necessidade da conquista’ induziu e depois se associou com a ‘necessidade do lucro’. Os processos de conquista e expansão territorial externa e de subjugação e obediência interna ocorrem simultaneamente sob o comando de uma autoridade central nos primeiros Estados nacionais⁸.

com a instauração, por exemplo, do colonialismo na América, sob o lema da ‘civilização’ dos povos ‘não civilizados’, do ‘progresso’ moral e do desenvolvimento econômico, e, posteriormente, do imperialismo, principalmente na África e Ásia nos séculos XIX e XX sob a luz do *darwinismo social*.

⁸ A formação do Estado moderno teve como elementos cruciais para o nascimento das economias-capitalistas nacionais a obtenção do excedente via aumento da produtividade, a imposição de moedas e tributos, além da taxação e recolhimento de impostos.

O sistema interestatal capitalista nasce, assim, como produto singular da fusão entre o poder de Estado centralizado com a acumulação de riqueza interna. Desde a sua gênese até os dias de hoje, a burguesia e a autoridade central possuem seus interesses político-econômicos alinhados sobre o interesse de expansão e internacionalização de seu capital nacional.

Como é sabido, na Europa – ao contrário dos impérios asiáticos -, a desintegração do Império Romano e, depois, do Império de Carlos Magno provocou uma fragmentação do poder territorial e um desaparecimento quase completo da moeda e da economia de mercado entre os séculos IX e XI. Mas a desintegração política e atrofia econômica se reverteram nos séculos XII e XIII, quando começaram os processos de centralização do poder territorial e de mercantilização da economia, que culminaram com a formação dos Estados-economias nacionais europeus. Essa ‘pré-história’ do ‘sistema mundial moderno’ oferece um ponto de observação privilegiado das relações iniciais entre poder, o dinheiro e a riqueza que se tornaram a especificidade e a grande força propulsora do ‘milagre europeu’ (FIORI, 2007, p. 14).

A centralização do poder nas mãos do soberano foi um passo importante para a passagem, seguindo uma perspectiva Braudeliana, da economia de trocas para uma economia de anti-mercado, isto é, para o capitalismo.

Para Fiori (2007), a discordância com Braudel (1996) e Marx (1988) se dá, pois a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do jogo das trocas, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Mas veio do mundo do poder e da conquista, o impulso gerado pela ‘acumulação do poder’, como no caso das grandes ‘Repúblicas Mercantis’ italianas, como Gênova e Veneza.

Nesse raciocínio, Arrighi (1996) elucida que transição realmente importante não foi a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. Em outras palavras, “a fusão singular do Estado com o capital” (ARRIGHI, *Op. Cit.*, 1996, p. 35).

As estreitas relações entre o Estado com os capitalistas são reconhecidos por Tilly (1984) que, sob outro ângulo, aponta as forças do mercados como determinantes na construção do sistema interestatal capitalista:

O capitalismo e os Estados nacionais cresceram juntos, e é de se presumir que tenham dependido um do outro de algum modo, mas os capitalistas e os centros de acumulação de capital, muitas vezes, ofereceram uma resistência deliberada à ampliação do poder do Estado (TILLY, 1984, p. 110).

A questão é que a constituição do Estado moderno e a afirmação do sistema capitalista, novidades históricas da passagem da Baixa Idade Média para a Idade Moderna, foram determinantes para a rápida expansão e o domínio mundial europeu que ocorrem, fundamentalmente, em razão da fusão entre o poder centralizado estatal com a acumulação de riqueza interna. A acumulação de riqueza interna só foi possível com a atuação do Estado impondo sua moeda e tributos, recolhendo impostos e respaldando a ascensão de uma pujante burguesia mercantil (METRI, 2011). Por outro lado, o Estado para ser forte necessitava do apoio constituído da nobreza e da burguesia ao Príncipe – a autoridade central.

Neste contexto, Maquiavel escreve *O Príncipe* em 1513, abordando os Estados e as formas de conquista e preservação do poder. Maquiavel (2001) colocou o pensamento de ação estratégica do Príncipe para conservar e acumular o poder sobre os homens. O desejo de conquistar é coisa verdadeiramente natural e ordinária e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados e não censurados (MAQUIAVEL, *Op. Cit.*). Isto é, no plano real o poder é fluxo, mais do que estoque e, com isso, precisa ser exercido e se reproduzir. É o ato de conquista a força originária que instaura a acumulação de poder.

A atual conjuntura geopolítica global surge de uma ruptura da condição marginal da Europa em que a necessidade de competição interestatal foi a força motriz impulsionadora do sistema capitalista (KENNEDY, 1989; WALLERSTEIN, 2005). Na pequena Europa, a fragmentação territorial em

inúmeros Estados, reinos, ducados e regiões induziu a competição e o próprio expansionismo para outros continentes. Elias (1993) aponta que a guerra induz ao ato de expansão territorial, algo necessariamente contínuo no sistema interestatal capitalista até os dias de hoje.

A Europa destaca-se na história humana pelo número de guerras travadas. A mesma Europa hoje que se autodenomina guardiã dos direitos humanos e portadora dos valores da evolução da civilização mundial é a mesma que ainda toma a dianteira em ações militares em diversas regiões do mundo.

Kennedy (1989) afirma que a falta de qualquer grande império centralizado na Europa e as rivalidades marciais entre seus vários reinos e cidades-Estados estimulou uma constante busca de progresso militar, que interagiu proveitosamente com o progresso tecnológico e comercial também registrado nesse ambiente competitivo e empresarial. No século XVI, as lutas de poder dentro da Europa estavam também contribuindo para a própria ascensão econômica e militar do continente acima de outras regiões do mundo.

As unidades de poder europeias construíram, entre si, um sistema competitivo, bélico e expansivo desde o início de suas existências, como se constata ao analisarmos os últimos seis séculos do sistema interestatal capitalista.

Com sua situação interna solidificada já no século XIII, Portugal, tornou-se o pioneiro Estado centralizado na Europa. Com sua limitação de recursos naturais e com o mar Mediterrâneo dominado pelos muçulmanos, seu ineditismo nas navegações para outros continentes representou passo decisivo para a expansão marítima europeia nos séculos seguintes. Em um curto espaço de tempo, o expansionismo europeu rapidamente se modifica de um ato heroico de sobrevivência interna para modificar o rumo da história global. A partir da segunda metade do século XVI, a posição periférica e atrasada da Europa em relação ao Oriente se transforma com o domínio sobre as principais rotas comerciais, mercados, especiarias e metais preciosos, fundamentos do intervencionismo estatal mercantilista, mas também com a expansão e

imposição da cultura e de valores eurocêntricos sobre os povos 'não civilizados' (WALLERSTEIN, 2007). Nascia, assim, uma histórica de opressão e de domínio eurocêntrico em escala planetária.

Além da precoce e pioneira hegemonia portuguesa, ao longo dos séculos seguintes outras potências coloniais se sucederam através do poder na liderança hierárquica do sistema interestatal capitalista, as hegemônias, da coroa espanhola, da França, da Holanda, do Império Britânico e, por fim, do poder estadunidense.

Assim, a construção do sistema interestatal capitalista teve custos elevados para a maior parte da população mundial. A consolidação do sistema recaiu sobre povos e territórios que tiveram sua soberania violada em proveito da hegemonia do universalismo europeu. Além da violência sobre os homens, a natureza sempre foi uma fronteira econômica a ser apropriada pelo capital na lógica de expansão dos interesses dos Estados economias-nacionais e na busca incessante pelo lucro.

Fiori (2007, p. 22) afirma que, depois do século XVI, foram sempre os 'Estados-economias nacionais' que lideraram a expansão capitalista e sempre foram os Estados expansivos ganhadores que lideraram a acumulação de capital, em escala mundial⁹. Desta forma, a economia-mundo é desde o

⁹ Dada às características essenciais concentradoras do capitalismo, inevitavelmente o sistema é hierarquizado em escala global segundo o desenvolvimento e o poder geopolítico dos países. Tal hierarquização se dá entre países periféricos, semiperiféricos e centrais. Estes termos têm origem nas diversas correntes da *Teoria da Dependência* e em Wallerstein (1974) que, anos mais, acrescentou a expressão semiperiférico (SOUZA, 2003; RODRIGUES, 2009). Os países periféricos, pouco industrializados, possuem o PIB e sua pauta de exportações muito dependentes do setor primário. Possuem, também, problemas sociais graves (enorme pobreza absoluta e mesmo fome endêmica, desigualdades etc.) (SOUZA, *Op. Cit.*; RODRIGUES, *Op. Cit.*). Já os países centrais são industrializados e geoeconomicamente e geopoliticamente dominantes em escala global, apesar das diferenças entre eles (por exemplo, a distância de potencial militar que separa os EUA dos países europeus ou do Japão). Embora não estejam livres de diversos problemas (como racismo, xenofobia e, mesmo, pobreza e desemprego), historicamente, as sociedades desses países conseguiram superar, em geral, os problemas materiais mais graves, como a pobreza absoluta (SOUZA, *Op. Cit.*; RODRIGUES, *Op. Cit.*). Por fim, os países semiperiféricos são aqueles que mesclam algumas características dos países centrais, como o forte nível de industrialização (embora, via de regra, não sejam indústrias de tecnologia de ponta), com muitas características dos países periféricos, a começar pelos problemas sociais. Os países semiperiféricos são, normalmente, ou 'países subdesenvolvidos industrializados', como o Brasil, ou, também, países europeus que não chegaram, nunca, a se afirmar como países centrais, mesmo tendo sido, em alguns casos, potências coloniais, como Portugal (SOUZA, *Op. Cit.*; RODRIGUES, *Op. Cit.*).

princípio concentradora em zonas de acumulação (BRAUDEL, 1984) e hegemonias, e o sistema interestatal capitalista é expansionista interna e externamente.

A mercantilização da natureza e o controle de patentes tecnológicas que poderiam funcionar, na verdade, como mecanismos tecno(eco)lógicos cabem perfeitamente na análise da relação entre os Estados e as economias nacionais feita por Hilferding em outro contexto histórico. Por detrás de interesses ‘pseudo-humanitários’ e ‘ambientalmente sustentáveis’ existe a necessidade de expansão do capital. Isto é, o interesse privado é salvaguardado e expandido pelos Estados nacionais.

Daí a exigência de todos os capitalistas interessados em países estrangeiros para que o poder estatal seja forte, cuja autoridade proteja seus interesses também no mais longínquo rincão do mundo, daí a exigência que se levante uma bandeira de guerra que precisa ser vista por toda parte, para que a bandeira do comércio possa ser plantada por toda a parte. Mas o capital de exportação sente-se melhor quando o poder estatal do seu país domina completamente a nova região, pois então é excluída a exportação de capital de outros países, o referido capital goza de uma posição privilegiada e seus lucros contam ainda com a eventual garantia do Estado (HILFERDING, 1985, p. 302).

Ao longo da construção do sistema interestatal capitalista, a ajuda mútua e a solidariedade socioeconômica entre as nações, o respeito e a tolerância às minorias religiosas, étnicas e políticas, o desenvolvimento baseado em pressupostos de universalização do bem-estar e da qualidade de vida aos mais diversos povos, e a preocupação com a biodiversidade do planeta nunca foram levados em consideração. Por que, justamente quando a periferia do sistema capitalista apresenta considerável crescimento econômico e os países centrais uma significativa estagnação e, em alguns casos, recessão econômica, que a ‘ambientalização’ toma força? A resposta dessa questão pode ser inserida no discurso neoliberal dentro da atual conjuntura do sistema interestatal capitalista.

Desde a sua gênese, o desenvolvimento do capitalismo é desigual e combinado, apoiando-se em uma divisão do trabalho em escala mundial. Os Estados nacionais, as corporações econômicas e as organizações multilaterais acabam por se constituírem em articulações contraditórias, particulares, de classes, tornando-se elementos de uma configuração imperialista mundial. Atualmente, como pretende-se colocar, tal configuração se baseia em um falso ambientalismo, isto é, a ecologia como palavra de ordem na geopolítica global deve ser entendida sob uma perspectiva capitalista.

I.2 – A Questão Ambiental como Paradigma Geopolítico

Os primórdios dos movimentos ecológicos e da discussão ambientalista sob uma perspectiva geopolítica confundem-se com as primeiras reuniões engendradas pelo Clube de Roma, na década de 1960. O Relatório *The Limits of Growth*, de 1972, foi o embrião das discussões sobre a relação homem e ambiente, na qual se abordou a situação presente e o futuro dos homens. Este Relatório, numa perspectiva neomalthusiana, apontou elementos limitantes ao crescimento dos países relacionados a cinco pontos centrais: i) crescimento demográfico; ii) produção alimentar; iii) ritmo de crescimento industrial; iv) níveis de poluição; v) e consumo de recursos naturais (MEADOWS *et al*, 1972). A ecologia torna-se uma preocupação global no desenrolar dessa discussão poucos anos depois, especificamente na Conferência de Estocolmo, em 1972.

Não por acaso, essa discussão vem à tona em um contexto de estagnação e recessão econômica dos países centrais pós-crisis de 1973¹⁰ e 1979, período em que alguns países periféricos, revelam ameaças aos interesses do bloco hegemônico. O meio ambiente e o processo de ‘ambientalização’ já afloram como uma estratégia política na agenda global dos Estados nacionais.

(...) quando, no após-guerra, os movimentos de libertação nacional começaram a questionar a (des)ordem colonial, toda a responsabilidade passou a ser atribuída à explosão demográfica. É sabido que as curvas de crescimento populacional dos países subdesenvolvidos não começaram a crescer na década de 1950, mas, no mínimo, duas décadas antes. Só que, a essa altura, os movimentos de libertação ainda não ameaçavam o colonialismo. Por outro lado, o desemprego crescia fortemente tanto na Europa como nos Estados Unidos, e ninguém poderia atribuir tal fato ao crescimento demográfico, mas sim à crise do capitalismo mundial. (TRICARD, in *Hérodote* nº 26, p. 6 *apud* VASENTINI, 1988, *Prefácio*).

¹⁰ A primeira grande Crise do Petróleo ocorre em represália à *Guerra do Yom Kippur* (1973), quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), composta por uma maioria de nações árabes, eleva consideravelmente os preços da *commodity*, ocasionando crise de energia e efeitos político-econômicos em escala planetária.

O discurso ambientalista aparece em um contexto geopolítico marcado pelo 'medo' da explosão demográfica e do crescimento econômico da periferia mundial. Essa discussão difundiu que os recursos naturais, historicamente apropriados pelas potências coloniais e suas corporações econômicas poderiam se extinguir. Nessa lógica, surge também a ideia de governança global sobre os danos ambientais, sendo imposta como uma política necessária a todos, evitando que os países centrais assumissem os danos de uma predação histórica secular dos recursos naturais em seus territórios e também nas ex-colônias.

Desde a gênese de construção do sistema político mundial, os interesses dos capitalistas confundem-se com a atuação dos Estados nacionais. A aliança do poder político com a burguesia foi importante na consolidação do sistema e, ainda hoje, é uma necessidade do capitalismo. Atualmente, essa necessidade pode ser compreendida no lançamento e na imposição de modelos de desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde¹¹.

Os pressupostos ideológicos lançados pelas grandes potências não questionam a essência do capitalismo e elegem a tecnologia como a ferramenta salvadora do planeta, podendo perpetuar a divisão internacional do trabalho. A tecnologia, condição necessária para uma economia de baixo carbono, pode minimizar de maneira significativa o antropogenismo global, mas não resolve.

Becker (1992) ao revelar que a questão ecológica é tecnológica, geopolítica e, conseqüentemente, ideológica, teme o processo de *apartheid* tecnológico que pode acentuar a nova ordem mundial simbolizada pela oposição Norte / Sul.

Uma das mais importantes questões políticas no final do século tende a ser, portanto, a acentuação das desigualdades entre centros e periferias. Na medida em que a disputa Leste/Oeste desaparece, o mundo passa a ser dividido entre o rápido e o lento a partir da posse

¹¹ O *Capítulo III* analisa com mais profundidade os mecanismos ideológicos e conservadores por trás dos modelos de desenvolvimento sustentável e de economia verde.

do conhecimento científico e das redes de comunicação. Trata-se da era do *apartheid* tecnológico (BECKER, 1992, p. 192).

As estratégias de poder e a mercantilização dos elementos da natureza fazem parte de um ‘jogo’ denominado por Porto-Gonçalves (2006) como ‘geopolítica da biodiversidade’. Tais mecanismos regulatórios e conceitos portadores de verdades ‘universais’ devem ser inseridos na lógica de construção de um neoliberalismo de caráter ambiental. O mesmo autor, ao relacionar a ligação entre tecnologia, poder e meio ambiente, aponta como as implicações da privatização do mundo da ciência e da técnica repercutem na estreita relação entre o grande capital e os líderes na esfera política mundial. A mercantilização dos elementos da natureza através de mercados fictícios em bolsas de valores e o controle de patentes ‘tecno(eco)lógicas’ por corporações de nações poderosas vêm contribuindo para a persistência do abismo existente entre o centro e a periferia na atual conjuntura global¹².

Na virada do milênio inicia-se o uso do capital natural reservado na década de 1990, acentuando-se a vertente da acumulação em contraposição à vertente capitalista. Observa-se um processo de mercantilização de elementos da natureza transformados em mercadorias fictícias, pois não foram produzidas para venda no mercado – que geram mercados reais, cuja regulação está em curso nos grandes fóruns globais (BECKER, 2005, p. 36).

Nesse sentido, podemos aproximar a análise de Bukharin (1984) sobre o sistema capitalista a esse contexto.

O desenvolvimento do capitalismo mundial traz como resultado, de um lado, a internacionalização da vida econômica e o nivelamento econômico; e, de outro, em medida infinitamente maior, o agravamento extremo da tendência à nacionalização dos interesses capitalistas, à formação de grupos nacionais estreitamente ligados

¹² Como retórica na lógica do desenvolvimentismo e repetindo modelos exógenos, o Porta-voz brasileiro na Conferência da ONU Sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, 1972, afirmou que um país que não alcançou um nível satisfatório mínimo para prover o essencial, não está em condições de desviar recursos consideráveis para a proteção do meio ambiente.

entre si, armados até os dentes e prontos, a qualquer momento, a lançar-se uns sobre os outros (BUKHARIN, 1984, p. 66).

Sobre as contradições da inserção da ecologia em uma nova geopolítica global, não se trata de fazer julgamentos ideológicos e nacionalistas sobre as reivindicações dos movimentos sociais e tampouco sobre as ações dos Estados nacionais, mas compreender suas ações como parte do sistema interestatal capitalista. Como Fiori (2004) aponta:

No mundo das grandes potências e dos demais Estados e economias nacionais, não existem bons e maus, nem melhores ou piores, em termos absolutos. O que existe são Estados que, em determinados momentos da história, assume posições mais ou menos favoráveis à paz e à 'justiça internacional'. Mas, mesmo nesses casos, há que se distinguir a retórica da ação concreta, porque todas as grandes potências já foram colonialistas e anticolonialistas, pacifistas e belicistas, liberais e mercantilistas e quase todas elas, além disso, já mudaram de posição várias vezes ao longo da história (FIORI, 2004, p. 57).

A revolução tecnocientífica reconfigurou o sistema interestatal capitalista e o colocou em sua fase globalizante e monopolista-financeiro. Como forma de recuperar o sistema de uma crise financeira do modelo neoliberal, pretende-se, também, mercantilizar os elementos da natureza, inclusive por uma nova solução promovida pelo mundo corporativo atendendo pelo nome de economia verde (CALDAS E QUINTELA, 2011).

Seguindo essa perspectiva analítica, a questão ambiental passa a ser uma ferramenta política utilizada por países centrais, organizações multilaterais e corporações econômicas. A partir do interesse econômico-nacionalista, Caldas e Quintela (*Op. Cit.*), colocam:

De fato, é impressionante a capacidade criativa que as grandes empresas e instituições financeiras têm de se reinventar e auferir ainda mais lucros nos momentos de instabilidade política, de grandes tragédias sociais e catástrofes naturais (CALDAS E QUINTELA, 2011, p. 16).

A privatização e financeirização da natureza não surgem de uma vontade explícita de transformação do modelo de organização socioeconômica no qual vivemos há séculos. Pelo contrário, através de mecanismos regulatórios como o ‘mercado de crédito de carbono’, a já díspar divisão internacional do trabalho pode ser agravada e os impactos antrópicos serem, agora, legitimados e exclusivos daqueles que podem pagar pelo direito de poluir em favor do bem-estar social de uma minoria do planeta. Quando, na verdade, o modelo de desenvolvimento sustentável deveria se afirmar através do pagamento de quem polui e, principalmente, de quem já poluiu!

O REDD, por exemplo, não só mantém como contribui para aumentar os processos de apropriação destrutiva da natureza e de destruição de sua organização ecológica.

Os mecanismos de pressão idealizados pelos principais atores e líderes do sistema interestatal capitalista atuam sob uma falsa bandeira ecológica e possuem interesses implícitos dos Estados-economias nacionais que lideram o sistema há séculos. Tais ações tornarão os países subdesenvolvidos e, principalmente, as camadas mais oprimidas de suas populações, como os povos indígenas, camponeses e outras populações tradicionais, fornecedores de um novo tipo de trabalho remunerado (CALDAS E QUINTELA, 2011, p. 16). Suas florestas e reservas naturais, imobilizadas para absorver GEEs, virarão uma mercadoria, e a natureza, elemento estratégico no novo biocapitalismo baseado na genética, um serviço ambiental aos países centrais.

Sob a égide do chamado ‘desenvolvimento sustentável’, esse ‘esverdeamento’ do capitalismo está diretamente relacionado ao aumento exponencial da apropriação dos recursos naturais, da expropriação de pessoas e comunidades de suas terras e territórios e, finalmente, da exploração de agricultores e comunidades tradicionais, que, mediante contratos públicos ou privados, passam então a ser considerados ‘prestadores de serviços ambientais’ (CALDAS E QUINTELA, 2011, p. 16).

Obviamente, como tratado no sistema interestatal capitalista, o conceito de natureza não é natural e, assim, a luta ecológica é uma luta social. Por que,

então, separar a ecologia da política, a natureza da sociedade, o natural do histórico?

O meio natural que condiciona nossa existência biológica deriva de um jogo econômico na medida em que torna-se fonte de lucros, de rendas de situação, de meios de dominação. Os Estados maiores promovem tanto o desenvolvimento das armas biológicas quanto da arma alimentar. Nessas condições a ecologia adquire inelutavelmente uma dimensão política (PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 45).

A política, *stricto sensu*, diz respeito à arte dos cidadãos definirem os limites para suas vidas. A ecologia mexe com os limites do homem e, neste sentido, com o que é da essência política. Os ambientalistas, movimentos importantes do mundo contemporâneo, tiveram o mérito de colocar o tema ecológico nas lutas políticas e nas mais diversas ciências, porém, apresentam inúmeras contradições em suas ações e objetivos.

Porto-Gonçalves (1984;2004) coloca que uma das características centrais de qualquer discurso ideológico é a sua pretensão de ser portador de uma verdade universal. Nesse caso, até mesmo o discurso ambientalista possui traços dogmáticos de uma ideologia extremamente utópica e, muitas vezes, conservadora, que não questiona a origem do problema. Em tempos de neoliberalismo, as contradições políticas socioeconômicas vão sendo institucionalizadas através de mecanismos regulatórios e pressões políticas de variadas formas.

O mesmo autor ainda vai além e afirma que as ideologias não falam simplesmente por seus enunciados, mas, principalmente, por seus silêncios, por aquilo que não dizem. Assim, os movimentos ecológicos dominantes ignoram as relações de ver o mundo e a realidade material. Gomes (1988) afirma que a luta ambiental não pode ser desligada da questão política, e esta, por sua vez, envolve o econômico e o social.

O movimento ecológico, direta ou indiretamente, possui uma fragilidade teórica paradoxal por dois motivos divergentes: i) ao questionarem os impactos

antrópicos ao planeta levantam uma bandeira extremamente necessária e urgente para o futuro da humanidade; ii) mas, ao não criticarem o modelo interestatal hierarquizado e a sociedade de consumo em que vivemos, e ainda, ao não defrontarem o sistema interestatal capitalista, suas lutas se tornam vazias, conservadoras e utópicas.

Sobre a banalização do discurso ecológico e suas contradições existentes na lógica neoliberal, o autor coloca que:

O fato de as empresas terem incorporado a defesa do meio ambiente em seu discurso mostra sua face mais certa. De acordo com o antropólogo José Sérgio Leite Lopes, a 'ambientalização' é uma forma de discurso, consensual, todo mundo passa a ter esta preocupação ecológica, de preservação, sustentável, atributos são criados para designar as empresas, com seus gerentes e setores especializados, o discurso incorporado e suposta consciência ambiental profunda ganham destaque. Tudo isso é uma figura de retórica? Ninguém pergunta de onde sai o carvão para alimentar os fornos das empresas de ferro-gusa. Trata-se de carvão vegetal e ele é retirado da floresta, na grande maioria dos casos. Com a crise, acontece a retração. E a oportunidade de evidenciar que auto-sustentabilidade de que estamos falando aumenta. E que desenvolvimento é este? Perguntamos ansiosos. As perguntas ajudam à percepção. O castelo de cartas está caindo e a curto prazo vai provocar algumas percepções diferentes (ALMEIDA E CARVALHO, 2009, *Prefácio*).

Porto-Gonçalves (1984) complementa:

As grandes indústrias têm, assim, garantidos, os mercados para seus produtos através dos bancos que, por sua vez, ao viabilizarem as indústrias, se viabilizam na medida em que as indústrias dependem dos bancos para terem seu capital de giro, financiamento da produção e... crédito ao produtor rural para comprar seus produtos. Trata-se de um 'ecossistema' complexo cujo equilíbrio dinâmico tem profundas implicações ecológicas (PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 22).

Todavia, é preciso ressaltar que a ambiguidade não é atributo específico

do movimento ecológico. Vivemos em uma sociedade estruturada com base em interesses (de classe) contraditórios, e qualquer movimento reivindicativo comporta paradoxos.

Na esfera da geopolítica interestatal, inegavelmente o antropogenismo sobre a natureza deve ser uma questão urgente a ser discutida nos fóruns globais. O que se espera como resultados práticos desses encontros políticos não são responsabilidades comuns de países com trajetórias históricas e realidades socioeconômicas distintas. Esperam-se responsabilidades diferenciadas e que não agravem o abismo já existente entre as nações.

As rápidas transformações que estão ocorrendo no planeta colocaram o desafio ambiental também na agenda interestatal. Este *Capítulo* buscou esclarecer que, ao contrário de soluções para a questão antrópica, vê-se no interior do sistema interestatal capitalista uma coalizão de interesses dos países centrais em manter seus interesses e de suas corporações em detrimento da maior parte do planeta e do próprio futuro da humanidade.

Antes mesmo da emergência do sistema capitalista, os meios de produção – a terra, os instrumentos – não estavam livremente à disposição de todos os homens. O capitalismo é um sistema muito complexo e contraditório, atravessa as relações cotidianas dos indivíduos, organizando as suas relações entre si e com a natureza. O capital, por si próprio, tem uma essência antiecológica.

Portanto, percebe-se na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista uma clara imposição de agenda dos países centrais e suas organizações aos países periféricos. Becker (1992) afirma que a questão ecológica vem sendo imposta aos países periféricos como um projeto nacional, quando, na verdade, essa não é a prioridade no projeto de nação desses países que, necessariamente, precisam erradicar a fome e a pobreza.

Não há, contudo, críticas e tampouco mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento ocidental. O capitalismo se mantém forte e se reinventa

através de um neoliberalismo ‘esverdeado’ ou por um ‘*global new green deal*’.¹³ A atual fase do sistema capitalista, a da globalização financeira, busca afirmar modelos de desenvolvimento capitalistas de realidades alheias – o desenvolvimento sustentável repaginado de economia verde exige necessariamente domínio de tecno(eco)logias – e implantá-los na periferia mundial como forma de mercantilizar os elementos da natureza¹⁴, perdurar as perversidades e os ganhos exorbitantes da especulação do capital financeiro, controlar recursos estratégicos e se apropriar da biodiversidade dos países menos desenvolvidos, e, por fim, manter as disparidades da divisão internacional do trabalho.

Se o novo padrão técnico-econômico e os movimentos políticos são indicativos da desordem global, as relações Norte-Sul atestam a tentativa de manter a ordem, a ecologia constitui um vetor desse movimento. Na raiz do conflito, jaz a desigual distribuição mundial da natureza e da tecnologia (BECKER, 2007, p. 293).

Entender como o Brasil pode ser afetado por esse processo ideológico e como a Amazônia tornou-se símbolo ecológico global são os desafios do próximo *Capítulo*.

¹³ Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (2008), a iniciativa *Green Economy* (Economia Verde) tem como objetivo mobilizar e reorientar a economia para investimentos em tecnologias verdes e infraestrutura natural, podendo ajudar mercados a acelerar a transição rumo a uma economia verde e ao estabelecimento de um Novo Plano Global Verde.

¹⁴ Milton Santos, a partir de uma perspectiva de valoração da natureza, afirma que, na era da ecologia triunfante, é o homem quem fabrica a natureza, ou lhe atribui valor e sentido, por meio de suas ações já realizadas, em curso ou meramente imaginadas (SANTOS, 2000, p. 82).

CAPÍTULO II – A AMAZÔNIA COMO SÍMBOLO ECOLÓGICO GLOBAL

A maior floresta tropical, a maior fonte de água doce, a maior biodiversidade, muito se fala da Amazônia como bioma, como fonte de riqueza natural e diversidade ecológica. Intensa bibliografia e literatura abarcam esta temática. Todavia, as especificidades internas amazônicas e a invisibilidade das questões socioeconômicas, no meio urbano e no meio rural, são pouco debatidas na pesquisa acadêmica e nos grandes fóruns políticos e ambientais globais.

Quando abordamos a questão ecológica na Amazônia, a desideologização do meio ambiente como algo utópico é uma premissa¹⁵. A visão ambientalista dominante coloca a Amazônia – o bioma – como guardião do futuro climático mundial. Não se pode negar a importância da Amazônia como um patrimônio natural e cultural da humanidade¹⁶, mas há que se pensar a região de forma crítica, para observar que, nela, a maioria da população vive em péssimas condições, inclusive sanitárias e ambientais, o que repercute negativamente em sua economia, no padrão de vida de seus habitantes e, principalmente, na saúde da população, além de contribuir para um círculo vicioso de impactos ao próprio ambiente¹⁷.

Com o latente questionamento acerca do aquecimento global e das mudanças climáticas, além da possível escassez futura de água potável, uma

¹⁵ No caso amazônico, é necessário reconhecermos que os habitantes da região também são parte do meio ambiente, e a saúde deste interfere diretamente na saúde da população regional.

¹⁶ De igual ou maior importância é a cultura indígena, com suas mais de duzentas línguas faladas (BECKER, 1991).

¹⁷ Os estados de saúde ou doença dependem da interação e equilíbrio entre o meio físico e o meio biológico e, ainda, das formas de inserção do homem no processo de desenvolvimento econômico e social. Numa visão holística de defesa da vida que busque a simbiose do bem-estar humano afetando o mínimo possível na dinâmica da natureza, o meio ambiente urbano também merece destaque da academia e de políticas públicas na tentativa de otimizar a erradicação de doenças, da miséria e de ambientes insalubres. Muitas vezes, a questão ambiental urbana é minimizada, esquecendo-se que esta pode ser a causa das principais enfermidades, internações e gastos em saúde pública (CAMPELLO, 2011A).

diversidade de atores e grupos, nacionais e internacionais luta pela defesa da região, numa visão estritamente utópica e sem levar em consideração as especificidades regionais, as distintas realidades dos países amazônicos e, muito menos, de seus habitantes.

A partir de análises produzidas em Campello (2011A) em relação ao espaço ambiental urbano amazônico, constatou-se que a disponibilidade de serviços básicos de infraestrutura sanitária fornece indicadores importantes a respeito da qualidade de vida da população, pois as condições de saneamento interferem diretamente nos impactos causados na saúde pública e no ambiente das cidades regionais. Tais contradições, de certa forma, são invisíveis aos olhos dos mesmos atores que lutam pelo meio ambiente com objetivos circunscritos em uma consciência-ecológica 'primeiro-mundista' e tampouco por aqueles com interesses voltados para a mercantilização e apropriação dos elementos da natureza.

A Amazônia é extremamente diversificada do ponto de vista ecológico, social e ambiental, e a compreensão de seu espaço como algo homogêneo é um entrave às políticas públicas e ao pleno desenvolvimento. As questões relativas à Amazônia são complexas, por ser ela uma região que carrega consigo mitos¹⁸ e dilemas que perduram da era colonial até os dias de hoje, agravados, principalmente, em decorrência dos seus processos históricos, políticos e econômicos, e, no mundo contemporâneo, por fatores que extrapolam a ecologia legítima.

Por isso, falar em meio ambiente no território de maior biodiversidade global é contraditório. Como aceitar que há escassez de água potável em cidades inseridas na Bacia Amazônica? No caso nacional, muitas dessas cidades ainda possuem os piores números na questão do abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, de internações por malária, e de doenças veiculadas pela água, como as diarreias. Apesar da relativa melhora em alguns pontos, ainda possuem números que correspondem à alta taxa de

¹⁸ Por exemplo, a Amazônia não é, cientificamente, o 'pulmão do mundo'.

mortalidade infantil, além de outros indicadores relacionados ao saneamento básico e ambiental e à saúde pública (CAMPELLO, *Op. Cit.*).

A região, para alguns, é um espaço geopolítico estratégico como regulador das possíveis mudanças climáticas e, para outros, uma fronteira econômica amplamente cobiçada pelas metrópoles brasileiras e por potências e corporações internacionais.

Szwarcwald *et al* (1992) sustentam que a preocupação com o futuro comum do planeta e a almejada sustentabilidade não passa de uma retórica, se antes não enfrentarmos, com seriedade, a situação de penúria em que se encontram dois terços da humanidade, e no caso brasileiro, parte considerável da população, principalmente dos complexos regionais Nordeste e da Amazônia, recorte espacial de análise desse trabalho.

A modernização perversa no Brasil teve e ainda tem impactos na reprodução humana das camadas mais oprimidas da população, sobretudo das regiões mais pobres do país (GIFFIN, 1992). Na Amazônia, o processo de ocupação a partir de uma economia de fronteira e do predomínio de tipos de atividades econômicas predatórias decorrentes das necessidades do mercado externo são fatores que devem ser considerados para entender a urgente questão ambiental, ou melhor, socioambiental, que aflige verdadeiramente a região e os seus habitantes¹⁹. Além disso, o processo de concentração de terra e renda no espaço agrário gerou processos de urbanização acelerados e excludentes que, dentre outros impactos, trouxeram para o espaço amazônico um fenômeno conhecido como a ‘urbanização da pobreza’ e deterioração da qualidade de vida (MACHADO *et al*, 2008²⁰; BECKER e EGLER, 1992).

¹⁹ No Brasil, a questão ambiental está intimamente associada à questão social (BUSS, 1992), dando embasamento ao termo que corresponde com mais exatidão as necessidades urgentes da e para a Amazônia: justiça socioambiental. A modernização de cima para baixo favoreceu a destruição e degradação ambiental de imensos espaços naturais e urbanos. Enquanto a população pobre se viu obrigada a habitar ambientes insalubres e de precária infraestrutura sanitária e ambiental, historicamente, a outra camada da sociedade se apropriou da natureza transformando-a conforme seus interesses, muitas vezes vinculados aos ciclos econômicos comandados pelo mercado externo na lógica da economia de fronteira (CAMPELLO, *Op. Cit.*).

²⁰ Machado *et al* (2008) ainda apontam que o fluxo de população pobre para as cidades da região também exerceu papel central na propagação de doenças antes restritas às áreas rurais, como a malária e a dengue.

A sustentabilidade exigida pela comunidade global para a Amazônia, ancorada na dimensão ambiental e climática, não leva em conta a situação em que se encontra a população regional e, muito menos, suas dificuldades econômicas e condições socioambientais. Os interesses implicitamente colocados na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista, como colocados no *Capítulo I*, estão voltados para o capitalismo globalizante neoliberal. Hess (2007, p. 22) insinua que “muitas vezes as elites econômicas e políticas veem suas ações como representando os melhores interesses da sociedade”.

Sustentabilidade é sustentar ao máximo, ao longo do tempo não somente os recursos econômicos, mas também os valores ambientais, sociais, culturais e sobretudo éticos, conforme sugere Nogueira-Neto (1994).

É importante observar que, qualquer que seja o resultado do debate sobre o modelo de desenvolvimento sustentável ou de economia verde que esperam para a Amazônia, sabe-se, hoje, que os custos do modelo atual recaem sobre grupos populacionais que não participam dos benefícios decorrentes da acumulação de riquezas do modelo exportador de *commodities* agrícolas e minerais, produzidas através de métodos predatórios de serviços ecossistêmicos e de relações capitalistas de trabalho que perpetuam as desigualdades socioeconômicas e agravam as questões antrópicas.

A geopolítica contemporânea, definida pelas relações entre poder e a prática do poder sobre o espaço geográfico, tem no desenvolvimento sustentável uma feição atual de uma cooperação internacional hierarquizada que busca, incessantemente, ajustar o sistema capitalista e politizar a natureza (BECKER, 2004; 2007).

Nesse sentido, a politização da natureza tem a Amazônia como um foco privilegiado de ação.

A materialidade dos conflitos na região envolve corporações transnacionais e estatais, agentes financeiros governamentais e privados, organismos mundiais e movimentos ecológicos, cientistas e militares, índios, seringueiros e garimpeiros formando as mais

esdrúxulas coalizões. Ela é a síntese contraditória da articulação nacional/transnacional e do modelo industrialismo / ecodesenvolvimento dominantes na economia mundial do final do século XX. Entretanto, permanece a dificuldade em redefinir e negociar um novo padrão de desenvolvimento regional para a Amazônia que considere não apenas a dimensão ecológica, mas também o problema social de grande fronteira, onde os conflitos por territorialidades são abertos e violentos (BECKER, 1992, p. 149).

Desta forma, questiona-se se é importante 'salvar a natureza' através dos modelos e acordos ora discutidos pelas grandes organizações multilaterais globais, como a fome, a pobreza e a enfermidade do povo? O objetivo principal deste *Capítulo* é apontar a necessidade de mudança do teor do debate ambientalista sobre a região tal como vem sendo engendrado no sistema interestatal capitalista.

Com fins metodológicos, esse *Capítulo* foi dividido em quatro seções. A primeira define o significado, ou os significados, da Amazônia – do bioma à região sul-americana. A segunda seção analisa o processo de ocupação da Amazônia brasileira, algumas de suas particularidades econômicas e a consolidação da região como uma histórica periferia nacional. A questão socioeconômica, altamente relacionada aos impactos antrópicos e ao histórico modelo agroexportador, é tema brevemente trabalhado na terceira seção. A repercussão da questão ecológica na região e suas variadas pressões externas, além da 'escolha' da Amazônia como símbolo ecológico global, encerram esse *Capítulo*.

II.1 – De que Amazônia estamos falando?

Quando falamos de Amazônia, podemos abordar diversos significados e devemos compreender cada um de acordo com o contexto em que se insere. Podemos falar do bioma²¹, do rio e de sua bacia hidrográfica, da floresta e da região – brasileira e sul-americana. A volumosa bacia hidrográfica do rio Amazonas e a imensa floresta tropical, por exemplo, são os aspectos que determinam o bioma amazônico, que tem cerca de 7 milhões de quilômetros quadrados e ocupa 40% do continente sul-americano, envolvendo o Brasil e mais oito territórios, inclusive do Departamento Ultramarino da França, a Guiana Francesa.

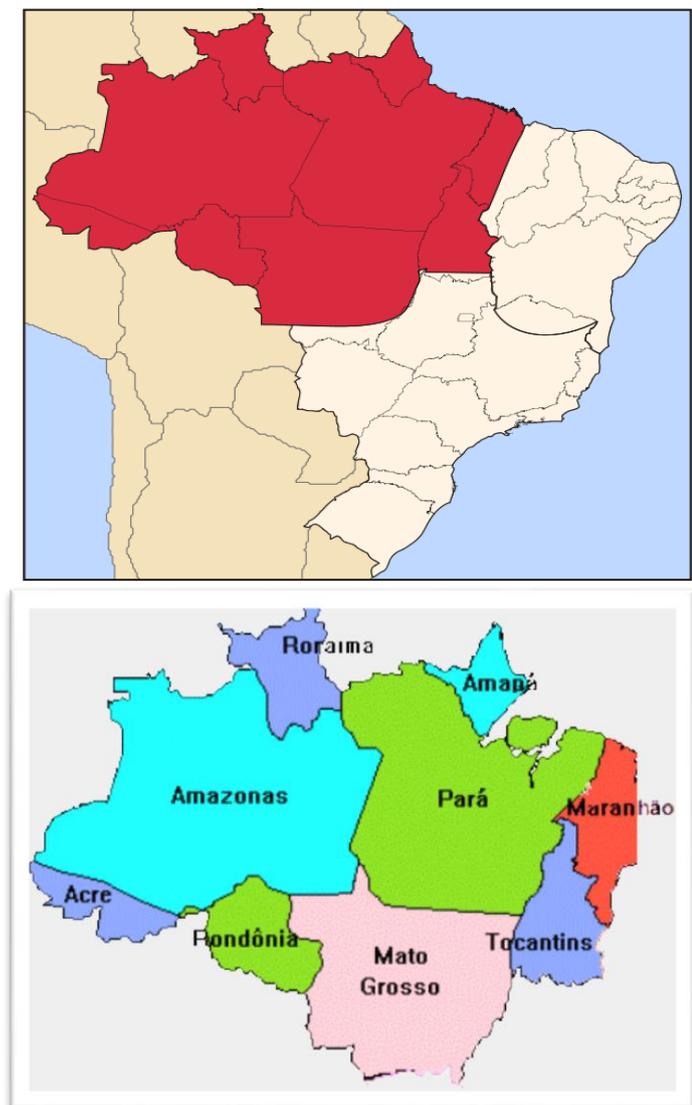
Cerca de 1/20 da superfície terrestre, 1/5 da água doce, 1/3 das florestas latifoliadas do globo e apenas uma pequena porcentagem da população mundial estão contidos na Amazônia Sul-americana, 63,4% dos quais sob a soberania brasileira, o que a coloca hoje como uma questão nacional. Seu imenso patrimônio natural, pouco e inadequadamente utilizado, recebe pressões variadas, e é também um objeto de ingerência externa para adesão do Brasil aos projetos ou propostas oriundos ou impostos do 'Norte' (BECKER, 2005).

A Amazônia brasileira, região de análise desta dissertação, é um dos três complexos geoeconômicos²² do país junto com o Centro-Sul e o Nordeste. Como um complexo regional que ocupa pouca mais de 60% do território nacional, a Amazônia ultrapassa as divisas da região Norte, chegando ao estado do Mato Grosso, no Centro-Oeste, e parte do Maranhão, no Nordeste.

²¹ Biomas são grandes eco-regiões geográficas com condições ambientais específicas que determinam a flora e fauna típica de uma região.

²² Essa divisão tem como base as características histórico-econômicas e fisiográficas do país, isto é, os aspectos da economia e da formação histórica e regional, além do zoneamento ecológico da natureza. Foi inaugurada pelo geógrafo Pedro Geiger, em 1967, e é mais original e representativa das diferenças do território nacional do que a Divisão Oficial Político-Administrativa do IBGE.

Figuras 1 e 2 – Amazônia Legal: Localização no Brasil e Composição por Unidades da Federação.



Fonte: Portal Eletrônico do IBGE.

Embora em parte do *Capítulo II*, sobretudo em relação aos aspectos geopolíticos e ecológicos, procure-se relacionar a pressão ambientalista sobre a Amazônia brasileira e a Amazônia Sul-americana, é importante frisar que esta região do subcontinente americano, periferia econômica em todos os países em que se encontra, possui diferentes processos históricos de ocupação, distintas realidades socioeconômicas e diversas especificidades regionais e ambientais que lhe conferem o *status* de maior biodiversidade global e ainda um mistério à ciência nacional e mundial.

II.2 – Histórico de Ocupação da Amazônia Brasileira e a Consolidação de uma Periferia Nacional

Historicamente, além de motivos estratégicos, a ocupação da Amazônia ocorreu através de fluxos migratórios gerados a partir da valorização de produtos extrativos da região no mercado internacional, com destaque para os surtos econômicos²³ de produção da borracha²⁴. Nesse sentido, a própria integração da Amazônia ao país teria sido promovida à prioridade máxima por razões de acumulação e legitimação do território, como capaz de oferecer ‘equilíbrio geopolítico’ interno e externo (BECKER, 1982).

No Brasil, a fronteira não se resume a uma vasta extensão de terras livres a ser explorada por homens também pretensamente livres, nem tampouco representa um determinado tipo de periferia, mas corresponde a um processo de integração da economia nacional (FOREWAKER, 1982). Com a integração territorial, por razões geopolíticas e econômicas, milhares de trabalhadores foram deslocados para as novas áreas de expansão agrícola no Centro-Oeste e na Amazônia (BECKER, *Op. Cit.*).

O paradigma que caracterizaria, portanto, a ocupação e colonização da região seria o da economia de fronteira. A partir de 1960, sob o comando do Estado brasileiro, rompe-se com o padrão de fluxos migratórios pontuais associados a picos de desenvolvimento econômico localizados (BECKER,

²³ Os surtos econômicos ocorrem quando a economia, nos seus diferentes processos, passa a ter força de competição no âmbito local, regional, nacional ou global, acompanhada de uma maior demanda por determinados produtos, bens, funções ou processos que ali ocorrem. Os surtos propiciam o lucro e divisas para as regiões, no entanto se não forem seguidos por um desenvolvimento da economia como um todo, entram em decadência com a mesma intensidade em que ocorreram (FURTADO, 1954; 2007; CAMPELLO, 2009).

²⁴ O que ocorreu na história da Amazônia foi a repetição de surtos econômicos despertados pelo mercado externo. O crescimento econômico colocou a população e o desenvolvimento regional à margem deste processo. Como frisou Furtado (*Op. Cit.*), os surtos propiciam o lucro e divisas para as regiões, no entanto, se não forem seguidos pela obtenção da diversificação econômica e desenvolvimento de um mercado interno, não levam a economia ao crescimento, e os recursos retornam a condições de subutilização. No caso da borracha, tão peculiar na história amazônica, e atualmente símbolo de resistência da sustentabilidade florestal e da florestania em alguns estados da região, ficou sujeita a crises e à concorrência externa e entrou em decadência com a mesma intensidade com que ocorreu (CAMPELLO, *Op. Cit.*).

2001). A fronteira agrícola é empurrada em direção à região através de um processo contínuo no tempo e em maior extensão. A legitimação da apropriação da fronteira foi expressa nas relações de domínio que se estabeleceram dentro de uma forma histórica do desenvolvimento do Estado capitalista brasileiro, o Estado autoritário do Regime Civil-Militar (FOREWAKER, 1982).

Quadro 1. Síntese do Processo de Ocupação da Amazônia.

Discriminação	Período
Formação Territorial	(1616 – 1930)
Apropriação do Território	(1616 – 1777)
Delineamento da Amazônia	(1850 – 1899)
Definição dos Limites	(1899 – 1930)
Planejamento Regional	(1930 – 1985)
Início do Planejamento	(1930 – 1966)
A Produção do Espaço Estatal	(1966 – 1985)
Uma Fronteira Experimental	(1985 - ...)
A Fronteira Socioambiental	(1985 – 1996)
A Incógnita do <i>Heartland</i> Ecológico	(1996 - ...)

Fonte: Becker (2007).

Entre 1870 e 1920, e durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorre a ocupação maciça da região. Nos dois períodos de abundância da borracha, mais de 500 mil nordestinos direcionam-se para a Amazônia para trabalhar com o, até então, ‘ouro negro’. No período de 1970/2010, a população amazônica quase que quintuplicou, evoluindo de aproximadamente 5,3 milhões para 25,5 milhões de habitantes. Além de apresentar as maiores taxas de fecundidade entre os anos 1970/2010, sempre superiores à média brasileira, o êxodo-rural e a migração intrarregional favoreceram o *boom* demográfico nas cidades.

Figuras 3, 4 e 5. Brasil: Padrões de Migração Interna.



Fonte: Portal Eletrônico do IBGE.

Becker (1982) destaca, ainda na década de 1980, a contradição entre o crescimento rápido e desequilibrado, e a aparente contradição de um intenso processo de urbanização em área destinada à produção agrícola.

A ocupação da região, como que acompanhando o padrão de urbanização do restante do Brasil associado ao *boom* demográfico do pós-II Guerra Mundial, caracterizou-se pela concentração da maioria da população em poucas cidades e nas capitais estaduais. Do que decorre que, atualmente, cerca de 18 milhões de pessoas vivem no espaço urbano, o que coloca em questão o mito de uma floresta inabitada, de um 'deserto verde'²⁵. Becker (1990) discute a Amazônia como uma floresta urbanizada, onde mais de 1/4 da população total da Amazônia Legal vivem nas capitais estaduais²⁶, com destaque para Manaus, Belém, metrópoles regionais e as duas únicas cidades que a população ultrapassa 1 milhão de habitantes da Amazônia (e, agora, São Luís do Maranhão), exercendo forte atração populacional e contando com uma crescente região metropolitana (Tabela 1).

Na Figura 6, verifica-se claramente a maior densidade populacional também nas cidades médias, como as outras capitais estaduais e a concentração urbana ao longo das rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém, além das cidades em torno dos grandes projetos de mineração,

²⁵ Expressão retirada em sala de aula da Professora Lia Osório Machado para se referir ao medo da floresta na época colonial e os mitos históricos que perduram até hoje.

²⁶ Belém, Boa Vista, Cuiabá, Macapá, Manaus, Palmas, Porto Velho, Rio Branco e São Luís.

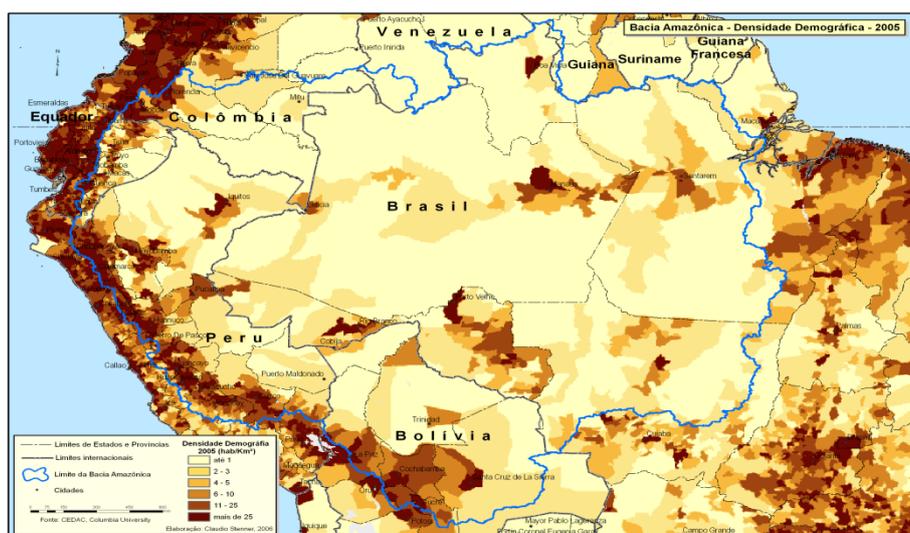
como na região de Carajás, são as principais áreas urbanas da Amazônia Legal. Chama a atenção o fato que a população da 'floresta' aumentou cinco vezes em quarenta anos enquanto a do Brasil não mais que dobrou nesse mesmo período (IBGE, 2010).

Tabela 1. Maiores Cidades da Amazônia Legal e Peso na População Total nas Respectivas Unidades da Federação (2010).

Cidade e População	Unidade e População	Cidade/Unidade (%)
Manaus – 1.802.014	AM – 3.483.985	52%
Belém – 1.393.399	PA – 7.581.051	18%
São Luís – 1.011.943	MA – 6.574.789	15%
Cuiabá – 551.350	MT – 3.033.091	18%
Ananindeua – 471.980	PA – 7.581.051	6%
Porto Velho – 428.527	RO – 1.562.409	28%
Macapá – 398.204	AP – 669.526	60%
Rio Branco – 336.038	AC – 733.559	46%

Fonte: IBGE (2010).

Figura 6. Amazônia: Densidade demográfica em 2006.

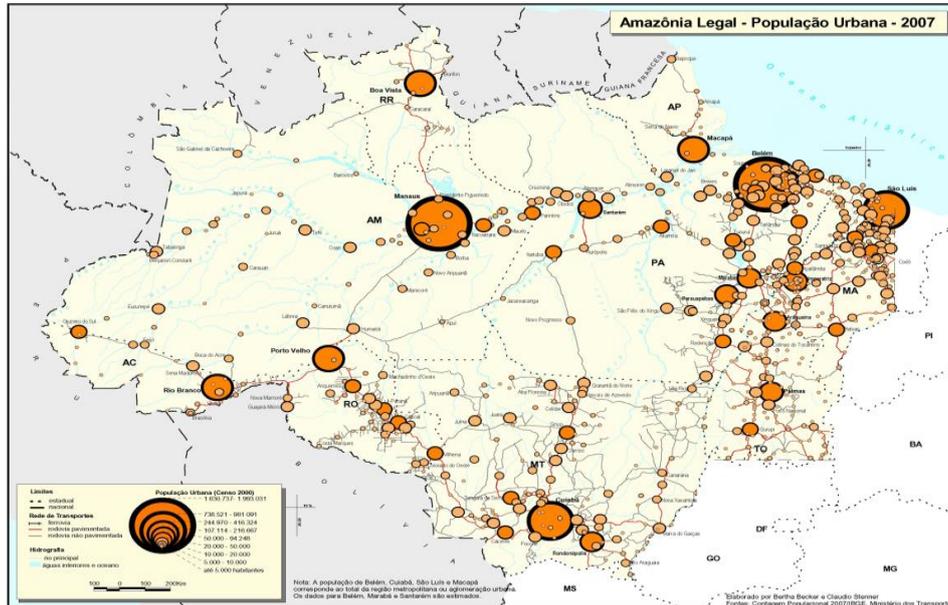


Fonte: Becker e Stenner (2008).

Na figura 7, nota-se que há claramente uma maior concentração populacional nas capitais estaduais e ao longo das rodovias. Na Amazônia, como visto em experiências em toda a sua história, o desenvolvimento ocorreu nas pontas do processo, ou seja, em cadeias produtivas que drenavam lucros para pessoas externas à região. Porém, a partir da segunda metade do século XX, o processo de destruição da vida e do ambiente alcançou escalas jamais vistas. A expansão da fronteira agrícola, a desestruturação da economia extrativista e o êxodo rural favoreceram o lucro de pessoas e cadeias

produtivas exógenas à região e incentivaram o ciclo rodovia–imigração–desflorestamento–pasto–pecuária e/ou grãos.

Figura 7. Amazônia: Concentração Populacional e População Urbana em 2007.



Fonte: Becker e Stenner (2008).

A força da administração pública e do Estado na organização social das unidades federativas e das capitais estaduais é um fato marcante na Amazônia. A grande fonte de arrecadação econômica e o principal empregador direto é o próprio Estado, o que explica o fato de grande parte dos empregos formais estarem diretamente vinculados às funções públicas. Outra grande parte está vinculada às atividades informais, que atingem grande parte do país, mas em especial a Amazônia.

A ausência de diversificação de atividades e serviços econômicos nas cidades, que torna a população extremamente dependente do Estado e da informalidade, é ainda mais grave no espaço agrário. Como exceção a essa situação, vemos a Zona Franca de Manaus (ZFM), com incentivo do Estado²⁷ e no coração da floresta, onde encontra-se implantado um parque industrial moderno e diversificado (Polo Industrial de Manaus – PIM), especializado na

²⁷ O surgimento de algumas aglomerações industriais na Amazônia nas últimas décadas está historicamente associado a políticas estatais que atraíram investimentos nacionais e transnacionais para a região com interesses explicitamente geopolíticos.

produção e montagem de bens de consumo comercializados em todo o Brasil e exportado para vários países. No Polo de Manaus, encontram-se instaladas importantes transnacionais, empregando diretamente um pouco mais de 100 mil pessoas no processo produtivo, colocando esta cidade como uma das maiores economias do país, símbolo da Amazônia, configurando-se como a principal metrópole regional.

A Tabela 2 informa sobre a condição econômica marginal dos municípios amazônicos, com exceção de Manaus, e as Unidades da Federação da Amazônia Legal, que ocupam as piores posições no cenário nacional. Além disso, percebe-se a importância do peso econômico das capitais estaduais para os respectivos estados.

Tabela 2. Posição dos Municípios da Amazônia Legal Segundo Ranking dos 150 Mais Ricos do País, Posição das Unidades Federativas, Participação do PIB do Município em Relação às Unidades Federativas (PIB em R\$ mil – 2008).

Município, PIB e Posição	UF, PIB e Posição	PIB do Município na UF
Manaus – 38.116.495.000 (6 ^a)	AM – 46.823.000 (15 ^a)	81%
Belém – 15.316.130.000 (23 ^a)	PA – 58.519.000 (13 ^a)	26%
São Luís – 14.724.350.000 (26 ^a)	MA – 38.487.000 (16 ^a)	38%
Cuiabá – 9.014.929.000 (44 ^a)	MT – 53.023.000 (14 ^a)	17%
Parauapebas – 6.572.427.000 (66 ^a)	PA – 58.519.000 (13 ^a)	11%
Porto Velho – 5.218.343.000 (88 ^a)	RO – 17.888.000 (22 ^a)	29%
Rondonópolis – 4.355.081.000 (102 ^a)	MT – 53.023.000 (14 ^a)	8%
Macapá – 4.294.914.000 (105 ^a)	AP – 6.765.000 (25 ^a)	64%
Barbacena – 3.860.431.000 (113 ^a)	PA – 58.519.000 (13 ^a)	7%
Marabá – 3.593.892.000 (118 ^a)	PA – 58.519.000 (13 ^a)	6%
Rio Branco – 3.549.306.000 (123 ^a)	AC – 6.730.000 (26 ^a)	53%
Ananindeua – 3.083.495.000 (138 ^a)	PA – 58.519.000 (13 ^a)	5%

Fonte: IBGE (2008).

Podemos dividir a população amazônica em três grupos:

(i) populações tradicionais, que inclui indígenas, seringueiros e grupos extrativistas, ribeirinhos e de aldeias rurais, cada vez mais afetados pelo avanço da fronteira agrícola e pela falta de oportunidades no campo, principal grupo que caracteriza o êxodo rural e os movimentos migratórios intrarregionais para as principais cidades;

(ii) os agropecuaristas, que detêm a terra e, em alguns estados, ainda o poder político, constituem um grupo caracterizado pelo conservadorismo e por uma

visão desenvolvimentista que atribui grande valor às queimadas para a comercialização de *commodities* para o mercado externo. Possuem grande força na região denominada arco do desmatamento, principalmente no Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e em parte do Pará;

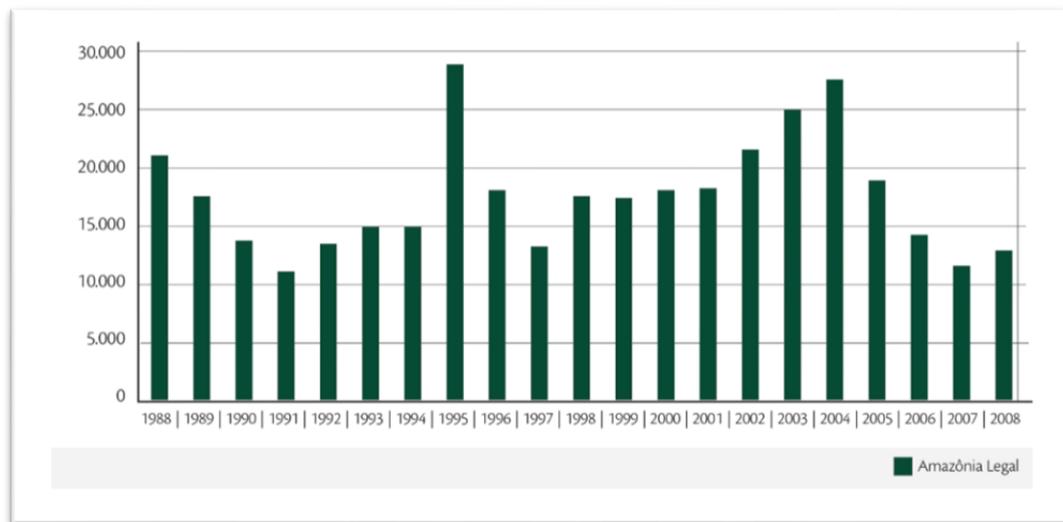
(iii) o terceiro grupo, as populações das cidades amazônicas, constituído por migrantes de outros estados e por grande parte daqueles que constituem o primeiro grupo, é o mais populoso e apresenta as maiores carências e dificuldades socioeconômicas, o que repercute na saúde de grande parte da população e no próprio saneamento ambiental das cidades, extremamente insalubres.

Salienta-se que, nos últimos quarenta anos, houve uma profunda mudança estrutural na questão social e econômico-espacial na Amazônia em decorrência dos processos de colonização induzidos pelo Estado e da urbanização na região. O crescimento desordenado e a fraca infraestrutura sanitária e ambiental das cidades pela sua correlação com o fenômeno de expulsão das áreas rurais certamente é o principal problema ambiental da Amazônia.

A partir das década de 1970/1980, ocorrem fluxos migratórios para a Amazônia, em razão da expansão da fronteira agrícola. A floresta dá lugar às pastagens e às grandes propriedades, e o agronegócio ocupa os antigos seringais e as áreas de cultivos tradicionais. A partir deste período, e não por acaso, há o aumento do desflorestamento, dos conflitos no campo e da concentração fundiária, além do excepcional crescimento desordenado das cidades amazônicas.

O Gráfico 1 coloca as taxas de desmatamento em quilômetros quadrados na Amazônia Legal, de 1988 a 2008. Ocorrem momentos de queda brusca e aumento violento de desmatamento. Interessante salientar que a expansão do agronegócio no Centro-Oeste expande a fronteira agrícola para a Amazônia. As figuras 8 e 9 comparam a vegetação natural e a cobertura vegetal em 2006.

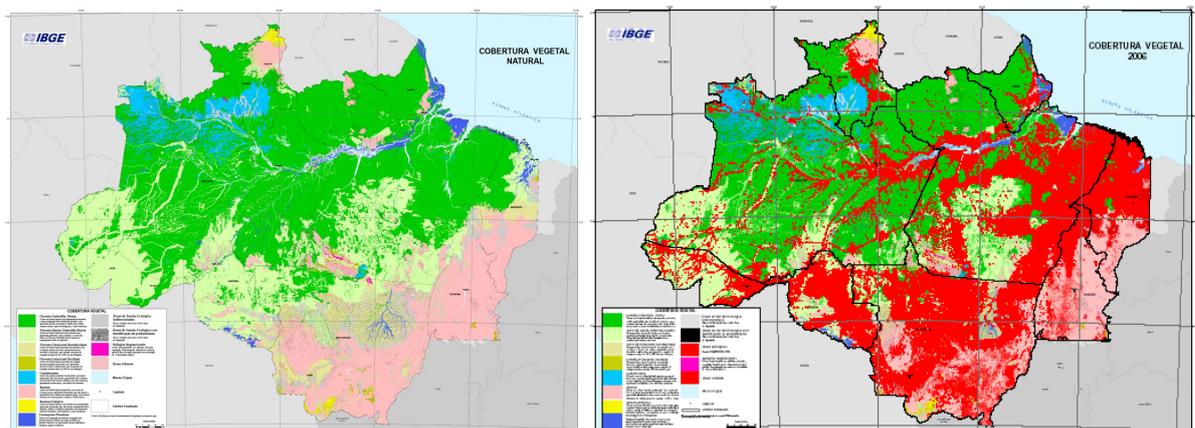
Gráfico 1. Taxa de Desmatamento Anual. Amazônia Legal, 1988-2008.



Fonte: PRODES, INPE (2010).

Observa-se, claramente, o avanço do desflorestamento na borda da floresta, principalmente avançando nos estados do Mato Grosso, Rondônia, Pará, Tocantins, onde se constitui a fronteira agrícola e o avanço do agronegócio, denominado 'arco do desmatamento' ou região de 'povoamento consolidado' (BECKER, 2005).

Figuras 8 e 9. Cobertura Vegetal Natural e Cobertura Vegetal em 2006



Fonte: Becker e Stenner (2008). *Resolução mais ampla em anexo.

Nas tabelas 3, 4 e 5, embora não estejam indicados dados exclusivos relativos à Amazônia Legal, observa-se que a média de fecundidade da região Norte no período entre 1970 e 2000 foi bem superior ao restante do Brasil. Por outro lado, na tabela 5, observa-se o crescimento vegetativo acentuado das

regiões Norte e Centro-Oeste nos últimos anos. Ambas são áreas de expansão da fronteira agrícola e, também, as mais pobres do país.

Tabela 3. Taxas médias de fecundidade do Brasil e da região Norte entre 1970 e 2000.

Fecundidade	Total	Urbano	Rural
Brasil	3,875	3,225	5,5
Norte	5,525	4,675	6,925

Fonte: IBGE (2000).

Tabela 4. Taxa de crescimento populacional entre os censos de 2000 e 2010.

Censo 2010	
Região	Taxa Crescimento
Brasil	1,17
Norte	2,09
Nordeste	1,07
Centro-Oeste	1,90
Sul	0,87
Sudeste	1,05

Fonte: IBGE (2010).

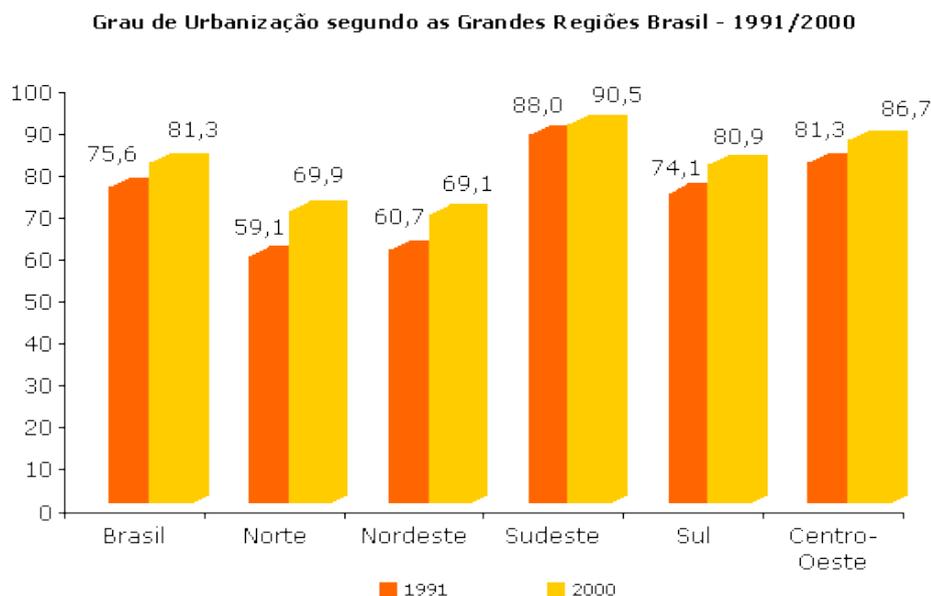
A tabela seguinte demonstra o crescimento médio das unidades da Federação nos últimos anos. Apesar de um crescimento menor do que nas últimas décadas, as áreas de expansão da fronteira agrícola respondem pelos maiores percentuais, ainda elevados em relação à média nacional.

Tabela 5. Taxa de crescimento médio das unidades da federação entre os censos de 2000-10.

UF	Taxa Crescimento	UF	Taxa Crescimento
Rondônia	1,24	Pernambuco	1,06
Acre	2,77	Alagoas	1,01
Amazonas	2,15	Sergipe	1,49
Roraima	3,36	Bahia	0,70
Pará	2,05	Minas Gerais	0,91
Amapá	3,44	Espírito Santo	1,27
Tocantins	1,80	Rio de Janeiro	1,06
Maranhão	1,52	São Paulo	1,08
Mato Grosso	1,94	Paraná	0,88
Piauí	0,93	Santa Catarina	1,55
Ceará	1,29	Rio Grande do Sul	0,49
Rio Grande do Norte	1,33	Mato Grosso do Sul	1,66
Paraíba	0,90	Goiás	1,84
Distrito Federal	2,25	Fonte: IBGE (2010).	

Em 2008, a região representava 8% do PIB nacional (o que retornava como investimento estatal era 3%). Segundo o último Censo, concentra 13% da população brasileira (IBGE, 2010). Em apenas quarenta anos, a população urbana saltou de 15% em 1970, para 75% em 2010. Entre 1991 e 2007, enquanto a população da região cresceu 44,3%, a do Brasil cresceu 28,9%.

Gráfico 2. Brasil e Regiões: Urbanização – 1991/2000



Portanto, o processo de urbanização em determinadas regiões da Amazônia brasileira ocorreu de maneira extremamente acelerada nas últimas décadas. Em virtude da falta de perspectiva no campo e da alta concentração de terra, seringueiros, extrativistas, pequenos agricultores e ribeirinhos migraram para as cidades, sem que estas se tornassem capazes de absorver o grande contingente populacional que resultou desse processo. O *boom* populacional e urbano e o intenso êxodo rural na região resultaram da alta concentração de terra e da falta de apoio ao extrativismo vegetal, atividade que preserva o meio ambiente e mantém a população na floresta.

A devastação das florestas e a expulsão da população para as periferias urbanas, como decorrência, entre outros fatores, da concentração na posse da terra, favoreceu a urbanização de doenças antes restritas às regiões rurais (doenças associadas à expansão da fronteira, como a malária) e a presença de

doenças antes desconhecidas, por exemplo, entre populações indígenas, remetem-nos também para os vínculos indissolúveis entre desenvolvimento, ambiente e saúde.

Sendo assim, na Amazônia a modernidade se fundiu com a pobreza num tecido complexo. De tal modo que, a afirmação de Porto e Martinez-Alier (2007), no sentido de que os problemas de saúde pública de um país ou região são retratos de processos de desenvolvimento marcados por desigualdades econômicas e sociais pode ser aplicada à região.

Tabela 6. Distribuição da População por estados.

Estados	População	Nº de Municípios
Rondônia	1.560.501	52
Acre	3.480.937	22
Amazonas	732.793	62
Roraima	451.227	15
Pará	7.588.078	143
Amapá	668.689	16
Tocantins	1.383.453	139
Maranhão	6.569.683	217
Mato Grosso	3.033.991	139
Amazônia Legal	25.469.352	805
Brasil	190.732.694	5.565

Fonte: IBGE (2010).

A tabela 6 mostra o reduzido número de municípios da região que detém 61% do território nacional. Conclui-se que os municípios regionais têm peculiaridades quando comparados a municípios de outras regiões do Brasil: a grande dimensão territorial, as dificuldades de locomoção interna dentro dos estados e dos próprios municípios devido às grandes distâncias intrarregionais e a fraca infraestrutura física da Amazônia, além do isolamento espacial de comunidades e vilas consideradas urbanas. Estas questões também dificultam a implementação de políticas públicas e a tomada de decisão.

Salienta-se que o processo de urbanização da região obedeceu tanto ao processo de metropolização, isto é, à grande concentração demográfica em poucas cidades e nas regiões metropolitanas, como ao surgimento de uma imensa maioria de municípios com população de até 50.000 habitantes (mais de 80% do total).

Por fim, a Tabela 7 compara o Produto Interno Bruto (PIB) e o peso econômico das regiões político-administrativas, e também dos complexos regionais brasileiros. A concentração de poder e riqueza no Sudeste e no Centro-Sul são incontestáveis. Por sua vez, a Amazônia e o Nordeste, complexos regionais, e as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, que possuem estados que compõem a Amazônia Legal, têm um peso reduzido no PIB brasileiro.

Tabela 7. Posição das Regiões e dos Complexos Regionais Brasileiros na Economia (2008).

Região	PIB em R\$ mil (2008)	Brasil e Complexos Geoeconômicos Regionais	PIB em R\$ mil (2008)
Sudeste	1.698.590.000 / 56%	Brasil	3.031.865.000 / 100%
Sul	502.052.000 / 17 %	Centro Sul	2.426.634 / 80%
Nordeste	397.503.000 / 13%	Nordeste	359.016.000 / 12%
Centro-Oeste	279.015.000 / 9%	Amazônia	246.215.000 / 8%
Norte	154.705.000 / 5%		

Fonte: IBGE (2008).

Esta seção buscou pontuar alguns elementos sobre o processo histórico de ocupação da Amazônia, colocando alguns dados estatísticos a respeito dos aspectos socioeconômicos e espaciais da região, para apresentar uma perspectiva crítica em relação à visão dominante ambientalista utópica e aos mecanismos ideológicos-economicistas.

Dessa forma, o debate ecológico global sobre o bioma só fará sentido se, antes, forem reconhecidas as especificidades internas da região, como os pífios indicadores socioeconômicos e a busca dos amazônidas por justiça socioambiental, e como a região poderá trilhar, de fato, um desenvolvimento humano pleno e em consonância com os recursos naturais.

II.3 – Um Olhar Urbano sobre a Questão Ambiental na Amazônia

O debate sobre a preservação das florestas tropicais e as ideias *apocalípticas* difundidas no seio das discussões sobre a possibilidade das mudanças climáticas colocaram a Amazônia – região de maior biodiversidade global, de estoque de água doce e de outras riquezas de incalculável valor estratégico – como objeto de interesses nacionais e internacionais que, muitas vezes, não correspondem aos anseios da população regional. Em outras palavras, as especificidades amazônicas desconhecidas pelo grande público não favorecem a preservação do patrimônio natural e tampouco colaboram para a propagação da vida e do saneamento ambiental nos centros urbanos da ‘floresta’ bem como nas áreas rurais e florestais. Falsos dilemas tornam a Amazônia alvo de conflitos pela posse e uso da terra, que impactam no desflorestamento progressivo sem expressiva agregação de valor para dar lugar às *commodities* e no êxodo massivo de população rural para as cidades.

Nos últimos quarenta anos, essa região transformou-se significativamente e, desde o fim dos anos 1980, a Amazônia pode ser considerada uma ‘floresta urbanizada’, pois mais de 70% de sua população vive em cidades. Parte considerável de suas cidades são insalubres e contam com uma precária infraestrutura sanitária e ambiental, o que torna milhões de brasileiros, principalmente aqueles com menos condições socioeconômicas, vulneráveis a um universo de enfermidades e doenças, como a malária, a diarreia e a esquistossomose²⁸.

O crescimento desordenado das cidades amazônicas como um reflexo da expulsão do campo é um fenômeno importante para se entender as questões ambientais que atingem a região. É uma correlação fundamental, pois leva à reflexão sobre quais são as questões fundiárias na Amazônia que estão

²⁸ Cumpre lembrar que três das oito Metas do Milênio (ONU) são relacionadas à saúde, e duas destas têm na região amazônica índices extremamente elevados e acima da média nacional (redução da mortalidade infantil, da malária e de outras doenças).

repercutindo no êxodo massivo para as cidades e para o próprio agravamento da questão ambiental. Em um curto período cidades inteiras foram construídas²⁹, atraindo novos migrantes e reconfigurando o processo de ocupação regional perverso para a população e também ao próprio espaço natural.

Há que fortalecer a presença do Estado³⁰ na Amazônia e buscar soluções para vencer os problemas sanitários e ambientais da região 'eleita' símbolo da luta pela preservação das florestas tropicais e pela relação sustentável do homem com a natureza. Equipar e fortalecer as cidades são as melhores formas de se reverter o quadro caótico de saúde pública, transformar a insalubridade ambiental em ambientes sustentáveis e, acima de tudo, dar dignidade à população do complexo geoeconômico mais pobre do país.

A universalização do saneamento significará o resgate de uma dívida social histórica com a população brasileira. É urgente a definição de um padrão de desenvolvimento para a Amazônia que considere não apenas a dimensão ecológica, mas também o problema social. As cidades da região, ao se tornarem salubres e equipadas com saneamento ambiental, poderão propagar um novo tipo de desenvolvimento e olhar sobre a natureza em contraste com o desenvolvimento predatório contemporâneo, podendo vir a ser portadoras da sustentabilidade, da saúde humana e também de todo o bioma, livrando os países amazônicos de sucessivas tentativas de ingerências globais.

Rodriguez *et al* (1992, p. 42) colocam que:

Um novo modelo de desenvolvimento não pressupõe a ausência de crescimento econômico, mas o seu direcionamento para atender às necessidades das pessoas quanto à qualidade de vida e

²⁹ Além disso, pela dimensão continental da região, nas décadas de 1990 e 2000 centenas de municípios se emanciparam. Desta forma, não há como falar de meio ambiente, da maneira ideológica, em municípios com fragilidades institucionais básicas e que não são sustentáveis do ponto de vista político e socioeconômico. A maioria deles depende do fundo de participação dos municípios (FPM) e de outros repasses federais e estaduais, necessitando, urgentemente, de engenharia sanitária para melhorar a saúde pública, o saneamento ambiental e, assim, lograr mais justiça social.

³⁰ Wallerstein (1999) afirma com a teoria do sistema-mundo que é o Estado, e não as forças do mercado, o principal ator capaz de intervir na solução das questões socioeconômicas, alocando força e recursos para amenizar as dificuldades das sociedades acentuadas a partir da mundialização e globalização da economia.

salubridade ambiental. O conceito de saúde, articulado com este modelo, precisa ser diferente do hegemônico, contemplando outras dimensões de vida humana, inclusive suas interações com um ambiente protegido e não apenas dominado pelas relações econômicas (RODRIGUEZ *ET AL*, 1992, p. 42).

Seja qual for o modelo de sustentabilidade adotado, este deve incluir as cidades da região, nas quais vivem mais de 18 milhões de brasileiros, como as portadoras de economias e sociedades com justiça socioambiental, aliando o fundamento tecnológico à valiosa sabedoria popular, inclusive agregando o conhecimento indígena. O conhecimento empírico das populações tradicionais possui enorme valor. A política regional deve se concentrar em tornar as cidades modernas e com alternativas viáveis ao domínio do modelo capitalista ‘ecoagressivo’³¹.

Segundo análise de Pereira da Silva (2010), as atividades de intervenções em saúde no Brasil são ‘predatórias’ de recursos públicos (importamos medicamentos, equipamentos e sistemas), ao contrário do que se observa nos países centrais. “A saúde na Suíça dá lucro; no Brasil custa caro”, afirma o autor. Reduzir a dependência externa de insumos estratégicos, como medicamentos e bioprodutos, além da redução da taxa de mortalidade infantil para menos de dez óbitos por mil nascidos vivos, são metas a serem alcançadas pelo Estado brasileiro (SAE, 2010). No contexto amazônico, as principais vocações da região, isto é, a produção de cosméticos e fitoterápicos, pode ser a chave para o maior de seus problemas: a saúde humana e ambiental.

As cidades do século XXI, com o planejamento urbano e mecanismos de gestão, devem buscar a eliminação do déficit habitacional, a universalização do saneamento básico e a garantia de mobilidade e acessibilidade para todos. Essa é a verdadeira questão ambiental que atinge a Amazônia e que, depois de resolvida, poderia ser importante na consolidação de um padrão de

³¹Leal *et al* (1992) salienta que o modelo de desenvolvimento ecoagressivo que destrói o ambiente, também é a causa de inúmeros problemas de saúde que afetam nossa população.

desenvolvimento autônomo, em consonância com o aproveitamento e respeito à renovação dos recursos naturais para as próximas gerações.

Cabem ao Estado a formulação e a aplicação de políticas públicas orientadas ao equilíbrio do desenvolvimento e à promoção do bem-estar geral, enfocando não só na distribuição espacial, qualidade e eficiência das redes e dos serviços oferecidos, mas também na natureza relacional do saneamento básico com a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida das populações. Pois além dos grandes problemas ambientais debatidos nos grandes fóruns globais, há a questão ambiental urbana, negligenciada. Há de se associar a questão social à questão ecológica.

O desconhecimento da situação em que se encontra a maior parte dos amazônidas corrobora para a implementação de políticas públicas ou projetos oriundos do 'Norte'. Políticas que, como vem sendo praticadas, ignoram ou são incompatíveis com os anseios e o bem estar para a população regional. Como ruptura ao que se tem visto, inicia-se a construção teórica de um próprio projeto nacional de desenvolvimento sustentável. Segundo o documento elaborado pela SAE intitulado *Brasil em 2022* (SAE, 2010), é urgente incorporar a dimensão ambiental na gênese das políticas públicas.

Vale salientar que, sobre a crise do modelo de degradação ambiental, dentro do próprio governo (e do Estado) há diferentes discursos, de diversos ministérios, interesses, atores, etc., correspondendo a diferentes motivações. O discurso oficial está em consonância com a sustentabilidade ambiental e um novo tipo de desenvolvimento econômico, pois se afirma que:

A sociobiodiversidade constitui uma real oportunidade de se transformar em alternativa econômica ao desmatamento e à degradação ambiental. Investimentos em CT/I poderão constituir-se na base estrutural para o desenvolvimento, por exemplo, de polos de bioindústria. O desenvolvimento do País está, também, estrategicamente associado ao avanço da inovação e intensificação tecnológica no setor da indústria ambiental (SAE, 2010, p. 222).

Entretanto, resta a conversão das palavras em práticas.

II.4 – A Amazônia como Símbolo Ecológico Global. Para quem?

Para entendermos como a Amazônia se transformou em símbolo ecológico, é preciso remontar a meados do século passado.

Becker (2010b) assinala que:

A partir dos 1970 a revolução científico-tecnológica valorizou duplamente a natureza amazônica, como capital natural e como condição de sobrevivência do planeta. Ao mesmo tempo, a crescente velocidade e a incerteza dos processos globais tornam difícil discernir o significado efetivo dos projetos propostos para seu desenvolvimento. A difusão ampla e veloz dos perigos do aquecimento global e da economia verde como uma solução, dificultam uma reflexão maior sobre o interesse nacional e regional na adoção dessas proposições (BECKER, 2010b, p, 1).

Somente após a década de 1970, através de um contexto geopolítico já apontado no *Capítulo I*, e também pela luta e o ‘empate’ dos seringueiros pela preservação de seu modo de vida baseado na exploração sustentável dos recursos florestais, liderados por Chico Mendes, que a atenção da comunidade internacional volta-se aos sangrentos conflitos pela posse da terra (grileiros x posseiros) e no avanço cada vez maior da agropecuária aos moldes da *plantation* e da extração ilegal de madeira. Nos anos 1980, em face da escala de grandes projetos, inclusive madeireiros, que atuam diretamente sobre vastas extensões de florestas, estão sendo atingidas diretamente as comunidades indígenas e extrativistas. A região, ainda na década de 1980, tornou-se cenário para as discussões ambientalistas pela preservação das florestas tropicais.

Todavia, além de questões legítimas, um olhar político indica que a coincidência do momento em que se concretiza a integração da economia capitalista em escala global e a colocação das questões ecológicas não parece casual. Becker (1992), ao contrapor a consciência ecológica-legítima à ideologia ecológica, afirma que a questão ambiental é o novo parâmetro da

geopolítica mundial, que tenta impor o ambiente como um projeto nacional aos países periféricos, justamente àqueles que possuem maior biodiversidade e que tendem a redefinir a economia global neste início de milênio (por exemplo, afetando alguns países dos chamados Brics, grupo de nações emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Observa-se que a natureza, desde então, foi dissociada da sociedade, e as cidades e homens como que situados fora do meio ambiente. A questão ambiental surge, portanto, como um tema político e, nessa perspectiva, a vida dos amazônidas e as mazelas sociais regionais não mereceram tanta ênfase.

Szwarcwald *et al* (1992, p. 251), apontam que a “consciência da preservação ecológica só pode ser interiorizada e reproduzida quando as sociedades e, em particular, os indivíduos que a compõem se sentirem atores na construção de uma ordem social que os considere e os inclua”. As características da utopia ambiental ora em voga excluem as camadas mais pobres e os países periféricos da sociedade de consumo em nome do bem estar global que, contraditoriamente, não os atinge.

Os homens parecem não saber que somos parte do meio ambiente. Mais do que isso, o ambiente é composto pela lógica da natureza e pela lógica da sociedade (Becker, 1992). A apropriação do ambientalismo preservacionista pela vertente da sustentabilidade econômica é colocada a seguir:

A lógica cultural dos movimentos sociais se associa à dos movimentos ambientalistas, convergindo para a meta de preservação da natureza baseada em alianças com as populações locais e favorecendo a implantação das reservas de valor (áreas protegidas). Porém, os avanços na globalização dos mercados e nas tecnologias desestabilizam esse contexto. Se as décadas de 1970 a 1990 foram de grande preocupação ambientalista mundial, com investimentos na proteção da natureza, na virada do milênio o desenvolvimento sustentável toma novo rumo. Torna-se mais forte a sua vertente econômica. Inaugura-se o capital natural (BECKER, 2011C).

Certamente, é preciso conter o desflorestamento que exerce impactos negativos na saúde da população e na economia a longo prazo da Amazônia,

que perde os serviços de saúde que os ecossistemas podem oferecer, como a cura de doenças e tratamentos fitoterápicos, e sofrem os efeitos da poluição e vinda de vetores e pragas para o ambiente urbano. O mero ambientalismo ‘fundamentalista’ não protege a natureza e tampouco impede o avanço das *commodities*, que na lógica de economia de fronteira, derruba florestas e dá lugar a pastos, especulação e conflitos fundiários, inaugurando o apogeu do agronegócio na política nacional (como a polêmica do *Código Florestal* no Congresso Nacional que se arrastou durante anos).

A ideia de defesa das florestas tropicais, em especial da Amazônia, reside em sua dupla função. De pé, ela retém GEEs, tornando-se verdadeiros sumidouros de carbono; e se for derrubada e queimada, pelo contrário, constitui-se uma forte emissora desses gases (BECKER, 2008). Não se pode negar a importância da luta ambientalista, mas é impossível controlar e evitar o uso da terra em tão gigantesca região sem criar alternativas econômicas viáveis que forneçam perspectivas e geração de renda para a população. É de fundamental importância o debate sobre novas propostas para a preservação do patrimônio natural da Amazônia, mas com o pensamento que considere, além de determinados aspectos do bioma, a questão social evidenciada pelo fato de que a Amazônia brasileira abriga em seu interior vinte e cinco milhões de habitantes, dos quais mais de 70% vivem em cidades.

A visão dominante ambientalista, além de não levar em conta os danos ambientais históricos dos países centrais sobre os recursos naturais e a saúde humana, torna-se uma imposição estratégica aos países periféricos e emergentes. Tal pressão ainda não revelou sua verdadeira face: ingerência externa, pacto climático, interesse nos recursos naturais e culturais?

O Mercado de Carbono e o REDD (*Reduced Emissions for Deforestation and Degradation*) são exemplos de pressões políticas que, na concepção dessa dissertação, são insustentáveis do ponto de vista político, socioeconômico e, principalmente, ambiental. Para os países que possuem grandes áreas de biodiversidade, representa uma verdadeira imobilização e ingerência externa aos parques naturais com enorme potencial estratégico a ser explorado, apenas para proveito de outros, que podem poluir ao comprar

créditos de carbono. Na questão social, mantém-se a perpetuação das desigualdades regionais entre os grandes proprietários de terra e o restante da população. Sobre a ameaça das mudanças climáticas, não transforma a origem do problema; apenas coloca limitações de crescimento aos mais pobres. Becker (2011b) complementa que a proposta REDD mantém as florestas improdutivas, envolve as florestas nativas, não possui clareza quanto a quem recebe o financiamento e não atinge as causas do desflorestamento, isto é, a mudança no padrão de produção e consumo do sistema interestatal capitalista.

Sendo a Amazônia alvo de interesses de muitos países, corporações e pessoas externas à região, caberia ao Brasil, como maior detentor desse bioma, identificar os problemas regionais e propor soluções que viabilizassem o seu desenvolvimento. Entretanto, o desenvolvimento sustentável³² que se pretende para a Amazônia deve ser entendido como algo além de um representativo crescimento de setores da economia, como um desenvolvimento tecnocientífico das estruturas produtivas aliado às melhorias sociais e à universalidade da saúde, que envolve também o acesso à cultura e a representação política em consonância e harmonia com o meio ambiente. Assim sendo, tal desenvolvimento deve ser condicionado para a melhoria nas condições de vida dos verdadeiros protetores da floresta, a população regional. Contudo, diversos conflitos de interesses dificultam a utilização de concepções e ações adequadas para esse desenvolvimento regional (BECKER, 2005).

É preciso definir um novo padrão de desenvolvimento regional para a Amazônia, que considere não só a dimensão ambiental, mas também o problema social. Além disso, “A Amazônia já é verde. Precisa mesmo é de uma base econômica que assim a mantenha” (BECKER, 2011A). Em outras

³² O conceito de desenvolvimento sustentável, que será discutido no próximo capítulo, esteve presente no relatório *Nosso Futuro Comum*, de 1987, e na Rio-92, surgindo como um pacto ou aliança entre meio ambiente e desenvolvimento. Neste contexto, o desenvolvimentismo econômico apropria-se do conceito dada a importância estratégica do ambiente para o crescimento econômico ‘racional’ e do futuro climático mundial. Salienta-se que o Relatório *Brundtland* e o conceito de desenvolvimento sustentável foram endereçados aos países subdesenvolvidos.

palavras, a defesa da floresta apenas funcionará com base em atividades produtivas que valorizem e utilizem o patrimônio natural e cultural regional.

Pois, independentemente dos interesses externos na região, evitar o desflorestamento é necessário, pois a floresta recicla mais da metade da água que circula no ecossistema regional (que contém 20% de água doce do planeta), representa 50 bilhões de toneladas de carbono e contém boa parte das espécies conhecidas no mundo. Seu potencial econômico é imenso e o desflorestamento, de fato, é o ‘suicídio’ do bioma.

Algumas questões que permeiam o debate ambientalista global são colocadas abaixo.

A ênfase no desflorestamento, decorrente do receio que a destruição significará perda da biodiversidade e efeito estufa, é uma prioridade dos países desenvolvidos – bem diversa da nossa. O conflito de prioridades revela a complexidade da questão ambiental. Ela não envolve apenas a questão ecológica, mas também a ideologia ecológica; não envolve apenas a gestão autoritária do território nacional, mas também interesses associados às rápidas transformações no cenário internacional, que configuram uma questão tecno(eco)lógica e conferem à Amazônia uma posição de área crítica no contexto geopolítico mundial (BECKER, 1992, p. 143).

O conceito dominante de desenvolvimento sustentável extremamente abstrato é, por isso, amplamente difundido na academia e no público em geral. O Relatório Brundtland *et al* (1987) o define como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. A noção de sustentabilidade deveria ser ampliada para algo que ultrapasse os aspectos econômico e energético e envolva a melhoria da qualidade de vida da maior parte da população, sem colocar em risco a sobrevivência humana no planeta. A Amazônia precisa ter um caminho autônomo para o desenvolvimento. Não há um modelo ou estratégia únicos, mas apenas princípios básicos: poupar recursos eliminando desperdício, articulação insumo-produto na produção, valorização da diferença para obter complementaridade, envolvimento da

população no processo (BECKER, 2011b). Esse tipo de desenvolvimento deve ser produtivo.

Há conhecimento e produção suficientes para alcançarmos de fato uma ‘aldeia global’, no entanto, no atual modelo de desenvolvimento não há distribuição alguma das benesses do capitalismo. Com a globalização perversa, alguns, para continuarem em posição de destaque, necessitam da exploração de populações e de territórios alheios, das diferenças de oportunidades e de consumo, e da perpetuação da divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2000).

Motivações de origens muito diversas que incluem os movimentos sociais, regionalismos e nacionalismos, a crítica da ecopolítica privilegiando a questão da contabilidade socioambiental, e o ecodesenvolvimento perseguido pelo Banco Mundial, convergem para a percepção de que os efeitos diretos da interação de fatores ecológicos, sociais, econômicos e políticos na escala local representam elementos regulatórios e inovadores para o desenvolvimento global. Em que pese a coexistência de interesses diversos, persiste a tendência monopolista à concentração e à centralização do capital, cuja globalização avança através da incorporação extensiva de novos espaços que afetam o Estado e os conceitos de soberania e nacionalismo (BECKER, 1991, p. 99).

As pressões sobre a região atuam através de diferentes meios. Atuam através do discurso da desestatização³³, de uma complexa relação de ONGs com objetivos ecológicos suspeitos, da relação duvidosa de grupos empresarias com a mídia, da imposição do modo de uso dos territórios nacionais, da retração de crédito das principais organizações financeiras globais para projetos considerados ‘poluentes’ etc³⁴. Sobre os riscos associados às tais imposições, Becker (1992) assinala que:

³³ A ideologia neoliberal propõe a execução de uma estratégia de modernização dos aparatos institucionais, incluindo como componentes centrais a desburocratização, a privatização e a descentralização.

³⁴ Com a conclusão dos trabalhos do relatório *Brundtland*, o Brasil implantou medidas de caráter diplomático reparador, como a criação do Ibama. Outro polo de pressão foi o Banco Mundial, estabelecendo o financiamento de projetos mediante estudos de impactos ambientais, particularmente sentida no setor elétrico e de mineração (MAIMON, 1992, p. 273).

A questão tecno(eco)lógica é, antes de tudo, uma questão nacional. O ponto de partida para enfrentá-la é reconhecer e reafirmar que a Amazônia não é a Antártida – parcelada pelas grandes potências mundiais –, ela é o patrimônio essencial da nação brasileira (BECKER, 1992, p. 193).

A globalização colocou o desafio ecológico como questão de sobrevivência da humanidade, e a Amazônia é um símbolo desse desafio. Entretanto, a questão amazônica é social, e aceitar as imposições ‘ambientalistas’ oriundas do ‘Norte’ é retirar mais da metade do território produtivo nacional e consolidar a pobreza na região. O Brasil é uma potência média semiperiférica, posição alcançada com altos custos ambientais e sociais. É, portanto, injustificável negar à sociedade brasileira o direito ao uso dos seus recursos e ao produto do seu trabalho acumulado, vitais para a redinamização de sua economia e para a redução das desigualdades sociais e regionais.

A Amazônia brasileira é, pois, a extensa reserva territorial da sociedade do país e um dos últimos grandes e ricos espaços pouco povoados do planeta. A imensa variedade de espécies biológicas das florestas e dos rios e seu delicado equilíbrio ecológico tornam o seu desenvolvimento sustentado uma incógnita: um desafio à ciência mundial e à sociedade brasileira em particular (BECKER, 1991, p. 91).

Como os países amazônicos podem, de uma maneira soberana, buscar a simbiose de um modelo que utilize o biovalor como estratégia de desenvolvimento aliado à manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos? A estratégia pode ser a de tornar a floresta um laboratório vivo e avançado em ciência, tecnologia e inovação (CT/I), com foco na cura de doenças, nos tratamentos preventivos naturais e na produção de fitoterápicos. O futuro do capitalismo se reconfigura em sua forma ‘bio’, isto é, como biocapitalismo. Com a concorrência interestatal em CT/I, o biocapital poderá abrir possibilidades de extração de biovalor e uma tentativa de reinvenção do capitalismo. É com base nessa perspectiva que Acero (2011) argumenta que, com o sistema de patentes cada vez mais se tornando uma ferramenta

estratégica, o biocapital se expande para todos os âmbitos da produção e da reprodução social.

Mota (2006), por sua vez, sustenta que a valorização de recursos naturais resume-se em um conjunto de métodos úteis para mensurar os benefícios proporcionados pelos ativos naturais e ambientais, os quais se referem aos fluxos de bens e serviços oferecidos pela natureza às atividades econômicas e humanas.

Na perspectiva de valorização de uma economia verde autônoma para a Amazônia, conciliar o aproveitamento econômico com a sustentabilidade ambiental é um dos grandes desafios da sociedade e do Estado brasileiro. Para a região, a valoração econômica dos recursos naturais é a estratégia de defesa de sua própria natureza.

A Amazônia tornou-se um símbolo ecológico global. Mas, para quem? O *Capítulo* buscou colocar um olhar da questão ecológica sobre outra perspectiva de análise. Os habitantes da região, sobretudo das cidades amazônicas, e não os 'palestrantes e gestores do Norte', são os que mais sentem a verdadeira questão ambiental que atinge o bioma, principalmente, pela omissão ou pelas tentativas desastrosas de ocupar, povoar e dinamizar a região patrocinadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas.

Inegavelmente, conter o desflorestamento deve ser uma política de Estado, mas a não utilização do patrimônio natural e a privatização de grandes áreas florestais em troca de 'créditos de carbono' obtidos pela mercantilização e financeirização dos elementos da natureza pode ser um risco gigantesco para o país. Risco pelas tentativas de apropriação do banco genético regional e por perdermos uma oportunidade de investir em uma 'moderna economia florestal' baseada no conhecimento da natureza e em investimentos em P&D e em CT/I. E também pela omissão política por manter milhões de pessoas e a maior parcela do território brasileiro em uma 'eterna' condição, sob o *status* de periferia nacional.

CAPÍTULO III – A GEOPOLÍTICA AMBIENTAL NA ATUAL CONJUNTURA DO SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA

A atual crise global do modelo de desenvolvimento capitalista vem repercutindo nas diversas sociedades, com impactos dramáticos sobre a qualidade de vida de mais de 2/3 da humanidade e dizimando o meio ambiente em nome do ‘progresso’ e do ‘desenvolvimento’. Com o exemplo da questão socioambiental amazônica apontada no *Capítulo* anterior, ressalta-se que é em relação ao meio ambiente que o modelo hegemônico vem revelando sua maior capacidade de impacto, interferindo, conseqüentemente, na saúde e no bem-estar humano (SABROZA E LEAL, 1992).

Enquanto Latour (1994), numa perspectiva antropológica, aponta que o homem está sempre em busca da modernidade; no entanto, argumenta que “*jamais fomos modernos*”. Esta reflexão resulta numa clara ideia da visão do homem sobre o antigo como obsoleto, da rapidez das modificações, e da ambição pelo ‘progresso’.

O homem, agora com o domínio da tecnologia, não se importa com os limites impostos pela natureza (KRUGER, 2001). Muito se fala em desastres naturais. Realmente, são as forças da natureza se rebelando, ou fenômenos naturais que apenas se tornam catástrofes pelo desrespeito humano aos limites da natureza? Em outras palavras, será o homem vítima da natureza ou a natureza apenas responde ao uso indiscriminado dos seus recursos, o que acarreta em enorme pressão sobre o patrimônio natural? Nesse sentido, o ambiente torna-se simultaneamente um ‘agressor’ e um ‘agredido’ (FRISZON, 1992 *apud* STOTZ *et al*, 1992).

A humanidade vive um momento histórico crítico, no qual a questão do desenvolvimento está associada ao domínio dos homens sobre a natureza, onde se promove a ideia de que ser ‘desenvolvido’ é ser ‘urbano’ e ‘industrializado’. Não há respeito por povos que possuem seu modo de vida baseado em outros valores que ultrapassam o materialismo histórico. Os padrões universais de desenvolvimento baseiam-se na apropriação, no uso e

na exploração do meio ambiente, surgindo como imposição a todos os povos, e não como opção (PORTO-GONÇALVES, 2004). As próprias concepções dos modelos de desenvolvimento sustentável e de economia verde não modificam essa ideia.

Os homens parecem não aceitar que fazem parte do meio ambiente. Mais que isso, o ambiente é composto pela lógica da natureza e pela lógica da sociedade (BECKER, 1992). A própria origem do termo ambiente nos diz muito. A palavra vem do latim '*ambulare*', que significa 'mundo circundante', o 'mundo por onde andamos', com o qual interagimos e exercemos influência pelo simples olhar (TAMBELLINI, 2008).

O conceito de meio ambiente, como formulado em ecologia, permite duas aproximações necessariamente não excludentes: aquilo que está entre os indivíduos e aquilo que os contém. É, simultaneamente, o espaço de reprodução das espécies e a fonte de recursos para esta reprodução (SABROZA E LEAL, 1992, p. 53).

Nos últimos séculos, principalmente a partir do Iluminismo e do surgimento da indústria moderna, há uma ruptura que leva ao pensamento antropocêntrico, que subjugou a natureza aos seus interesses, colocando o ambiente como um espaço afastado das interações humanas e da própria gênese das relações entre a sociedade e a natureza. Navarro (2008) salienta que:

Os processos de desumanização da natureza e desnaturamento do homem, elaborados pelas etapas da construção da ciência moderna, baseada no racionalismo, confirmaram as externalidades recíprocas entre o homem e a natureza. O homem entendido como ser excluído do conceito de natureza, estando acima desta, pela superioridade de sua propriedade racional, legitimando a degradação da natureza percebida meramente como fonte inesgotável dos mesmos recursos (NAVARRO, *Op. Cit.*, p. 95).

O estabelecimento de protótipos de desenvolvimento extremamente vinculados aos padrões pré-definidos pelas oligarquias financeiras e industriais impostas pelo 'Norte' levou os homens à crença da falácia da igualdade entre os povos e nações. Não obstante, as burguesias nacionais dos países

periféricos, como analisou Florestan Fernandes (1968), sempre mantiveram grandes ligações com o exterior, demonstrando certa indiferença em relação aos problemas concretos da maior parte da população. A aliança entre o capital internacional com o capital privado nacional dos países periféricos e semiperiféricos contribuiu com o processo de expansão e construção do sistema interestatal capitalista e para a perpetuação da própria divisão internacional do trabalho.

O subdesenvolvimento das nações, assim, não deve ser entendido como um 'estágio' para alcançar o desenvolvimento, mas como parte da própria hierarquia do capitalismo. Circunstâncias históricas desfavoráveis, principalmente o colonialismo e o imperialismo mantiveram a maior parte do espaço geográfico mundial à margem dos processos de 'desenvolvimento', 'progresso' e 'evolução' (CASTRO, 1968). A integração econômica e a desigualdade socioespacial surgem de processos histórico-geográficos e político-culturais complementares e não excludentes. Constata-se que são intrínsecos a esse sistema o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento não é a ausência de desenvolvimento, mas o produto de um tipo universal de desenvolvimento mal conduzido (CASTRO, 1970; 2003).

O mais modesto conhecimento de História mostra que o subdesenvolvimento não é nem original nem tradicional e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem com o passado dos países atualmente desenvolvidos. Os países subdesenvolvidos de hoje nunca foram subdesenvolvidos ou pouco desenvolvidos (GUNDER FRANK, 1970, p. 30).

Acosta (2005, p. 128) ressalta que o desenvolvimento não pode ser alcançado cumprindo uma série de etapas preestabelecidas. Dessa forma, como crítica à falácia da igualdade em culturas e povos com diferenciadas formações socioeconômicas, o 'desenvolvimentismo' vem promovendo a ocidentalização mundial, o que Wallerstein (2007) chama de universalismo europeu, impondo ao mundo um conjunto de valores 'universais' padronizados

por uma globalização perversa, fruto de um histórico processo de colonização cultural.

A partir dos anos 1960, na gênese dos movimentos ecológicos, até mesmo a reivindicação ambientalista foi influenciada pelo domínio ideológico dos grandes interesses capitalistas globais, buscando culpar os países periféricos pelos efeitos mais graves ao meio ambiente, quando, na verdade, eram os mais industrializados os provocadores das maiores mazelas e pressões sobre os recursos naturais. Todavia, apesar da falha inicial do movimento ecológico, não se pode negar que este mesmo movimento tornou o ambientalismo uma questão geopolítica contemporânea, apresentando reflexões à sociedade global e obtendo vitórias significativas através de pressões exercidas sobre os principais agentes político-econômicos do sistema interestatal capitalista.

Com a constatação do esgotamento dos recursos naturais, o movimento ecológico surge influenciando novas perspectivas tecnocientíficas e político-culturais. Entretanto, as ações de poucos e que beneficiam igualmente poucos colocam a humanidade em risco. Atualmente, tais ações são legitimadas pelo discurso empresarial e midiático difundido através da promoção de padrões de desenvolvimento capitalistas almejando a 'sustentabilidade' e o respeito ao ritmo de renovação do meio físico. A essência da acumulação de capital e de obtenção de *mais-valia* continua a mesma, portanto, não passam de retórica.

O próprio conhecimento tecnocientífico vem sendo utilizado por uma lógica economicista e não a favor da relação equilibrada entre o homem e a natureza. A utilização da técnica é fundada no controle do homem sobre o homem e na submissão da natureza aos interesses da propriedade privada. A técnica é, hoje, o símbolo da divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2000). Porto-Gonçalves (*Op. Cit.*) ainda relaciona a técnica às imagens, que formam um poder perverso, capaz de atravessar fronteiras territoriais e culturais, incentivando a homogeneização de culturas dominantes.

A consciência tecnocientífica não vem sendo utilizada pelo bem da coletividade.

O grande papel da comunidade científica, em qualquer sociedade, é contribuir para que a percepção dos fatos (naturais, sociais, físicos, econômicos etc.) seja a mais próxima da realidade para que as decisões tomadas sejam as mais adequadas. Mas, de nenhum modo, o produto da ciência, em matéria de decisões, elimina o debate político da sociedade. A comunidade científica é um segmento importante, e até mesmo decisivo, em qualquer sociedade moderna, mas sua produção precisa ser entendida pelos outros segmentos da sociedade para que se crie o 'consenso' nas decisões nacionais. O que significaria que a Ciência e a Universidade devem estar voltadas para os valores permanentes da sociedade e não para os efêmeros desígnios do poder (MONTEIRO, 1981).

O poder fragmentador do domínio da técnica na nova ordem mundial é exemplificado a seguir.

As forças mais reacionárias já apostam na necessidade de consolidar a desigualdades entre o Norte e o Sul, através de um projeto de apartheid tecnocientífico internacional nas relações internacionais (SABROZA E LEAL, 1992, p. 90).

Concomitante ao controle da técnica pelo grande capital e da contínua colonização cultural que impõe modos de pensamento e de comportamento em todo o mundo, pode-se colocar ainda que o próprio conhecimento científico foi apropriado pela lógica mercadológica, assim como a relativa perda de autonomia do Estado para os grandes conglomerados econômicos.

Porto-Gonçalves (2004) apela para uma revolução cultural como forma de transformar a sociedade capitalista. Já Gomes (1988) enfatiza o que a maior parte do movimento ecológico e a própria ciência temem em admitir, por também representarem interesses ambíguos. Isto é, a eliminação definitiva do perigo ecológico-ambiental passa, necessariamente, pela liquidação das relações de propriedade privada e de antagonismos de classes. A simples conservação é insuficiente para manter o equilíbrio natural dos processos da biosfera e da população mundial. A palavra de ordem 'sustentabilidade' passa a ser impositiva.

A desigualdade é estrutural em todas as sociedades de classes. Fazia parte da utopia liberal, entretanto, a perspectiva de que, com o desenvolvimento das forças produtivas, todos se beneficiariam, embora uns mais que outros. A partir dessa premissa, as ideias de progresso e avanço do processo civilizatório contribuíram para a consolidação de uma ética que autorizou a hegemonia do modo de produção capitalista sobre todos os outros, frequentemente utilizando a violência (SABROZA E LEAL, 1992, p. 52).

Gomes (*Op. Cit.*) coloca três questionamentos sobre a questão ambiental. O primeiro, de caráter utópico, apelando à consciência das pessoas. O segundo, de caráter idealista, cobrando posições junto ao aparelho estatal. E o terceiro, de caráter realista, obtido somente através de lutas políticas.

Os dois primeiros posicionamentos não vão ao centro da questão ambiental pelo fato de, no geral, não questionarem os compromissos do Estado burguês com as empresas monopolistas nacionais e transnacionais. Segundo, porque não penetram a fundo no domínio da formação econômica do modo de produção capitalista, nas suas contradições, nos seus jogos de interesses. Não compreendem o capitalismo em sua historicidade (gênese, evolução e perecimento). Não questionam o acelerado o processo de divisão internacional do trabalho que, por sua vez, passa pela industrialização imposta na regionalização dos espaços geográficos entre sistemas político-ideológicos e econômicos opostos, em que de um lado, o capitalismo por não corresponder mais às aspirações da sociedade perde, inexoravelmente, realidade histórica e torna-se desnecessário por motivo de não corresponder mais à verdade social (GOMES, *Op. Cit.*, p. 39).

O ambientalismo foi apropriado pela geopolítica dos Estados nacionais e das corporações econômicas. As Conferências das Nações Unidas sobre a temática formam um complexo debate entre os interesses dos Estados economias-nacionais e suas diferentes percepções na questão ecológico-econômica. O desenvolvimento sustentável, no fim dos anos 1980, e a economia verde, proposta a partir dessa década, são formas de readaptar o sistema capitalista às novas demandas ditas sustentáveis, evitando, contudo, modificar a raiz da questão da acumulação de poder. O REDD e o Mercado de

Crédito de Carbono, principais mecanismos ecológico-econômicos que surgem na tentativa de reduzir os impactos antrópicos ao planeta e como forma de manter pontos de biodiversidade global, sobretudo florestas tropicais e corpos hídricos, também devem ser incluídos na nova geopolítica das nações.

Para esclarecer tantos questionamentos, o *Capítulo* foi dividido em duas seções. As motivações geopolíticas e as conquistas ambientais oriundas das principais Conferências das Nações Unidas a partir de Estocolmo, em 1972, ao Rio de Janeiro, em 2012, serão brevemente analisadas na primeira seção. O desenvolvimento sustentável e a economia verde, padrões e modelos de organização socioeconômica e de produção do sistema capitalista, lançados em contextos políticos distintos vislumbrando tornar o desenvolvimentismo característico do sistema menos 'ecoagressivo', constituem-se como os objetos de pesquisa da segunda seção.

III.1.1 – Das Conquistas Ecológicas aos Significados Geopolíticos das Conferências das Nações Unidas

O ambiente forma um conjunto coeso de inter-relações que, dependendo da ação antrópica, pode entrar em colapso e colocar em risco a própria vida humana no planeta. Apesar dos diferentes impactos e pressões de diversas sociedades sobre o ambiente, as catástrofes naturais não respeitam as fronteiras nacionais e alcançam uma escala global.

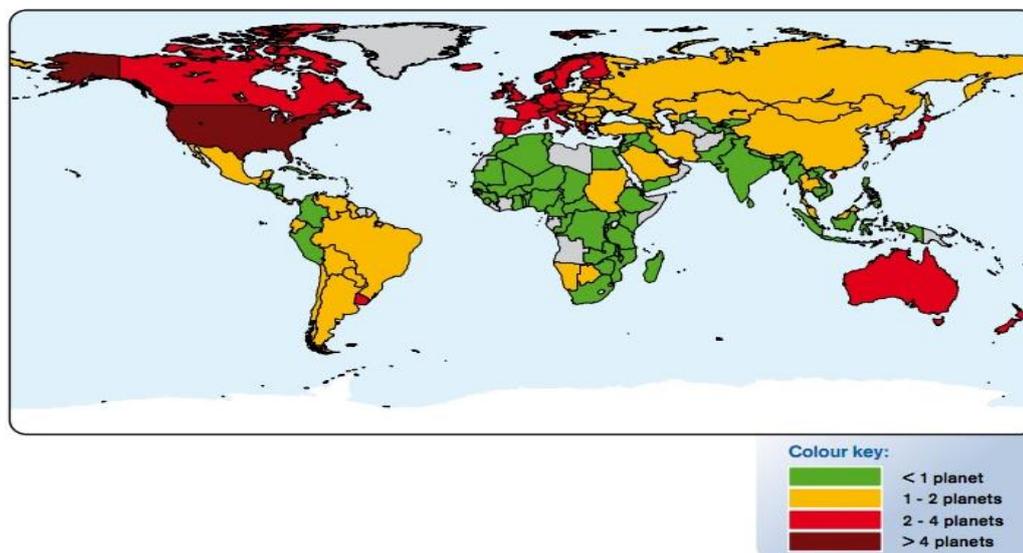
O Relatório de Desenvolvimento Humano, divulgado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), afirma que os países desenvolvidos – em virtude do seu grau de desenvolvimento industrial e elevado nível de consumo de suas populações – são os que mais interferem no ambiente, principalmente indiretamente. Paradoxalmente, os que pagam o preço mais alto pelos agravos ambientais são os países subdesenvolvidos, pois as alterações que afetam suas florestas, rios, oceanos, climas e solos podem representar a perda de seu sustento e de sua sobrevivência. Além disso, indústrias sediadas em países desenvolvidos têm instalado suas fábricas mais poluentes nas regiões subdesenvolvidas do mundo, intensificando a exploração e a degradação do meio natural, causando um processo conceituado como exportação de entropia (COELHO, 1996).

A figura 10 ilustra a pegada ecológica de cada nação sobre o planeta. Este índice, em síntese, compara a utilização que as diferentes sociedades exercem sobre os recursos naturais.

A Pegada Ecológica de um país, cidade ou pessoa corresponde ao tamanho das áreas produtivas de terra e mar necessárias para produzir e sustentar determinado estilo de vida. É uma forma de traduzir, em hectares, a extensão de território que uma pessoa ou toda uma sociedade utiliza, em média, para sustentar suas formas de alimentação, moradia, locomoção, lazer, consumo entre outros (Portal Eletrônico do WWF Brasil, 2013).

Há, claramente, a constatação que os países desenvolvidos possuem maior pegada ecológica do que as outras nações, gerando mais lixo e pressionando com mais intensidade os recursos naturais.

Figura 10 – Pegada Ecológica Mundial



Fonte: WWF, 2008.

O processo de desregulamentação financeira como estratégia do neoliberalismo favoreceu as grandes corporações na lógica da desconcentração espacial da indústria, sobretudo de suas indústrias clássicas pesadas rumo à periferia do sistema interestatal capitalista. Acselrad (2011) denomina de ‘chantagem locacional’ o processo de aceitação das condições e dos tipos de investimentos das grandes corporações, principalmente nos países semiperiféricos.

As autoridades tendem a ceder a muitas das pressões dos detentores do poder de investir. Entre elas a da aceitação de instalações, equipamentos e tecnologias que foram recusados em seus países de origem (ACSELRAD, *Op. Cit.*, p. 15).

Assim, é interessante para a ideologia neoliberal insistir na despolitização da questão ambiental, apontando que a tecnologia e a gestão são elementos necessários à proteção ambiental. Acselrad (2011, p. 16) enfatiza que os principais agentes financeiros do sistema interestatal capitalista ‘querem fazer do meio ambiente uma razão para aplicar reformas liberais’,

assegurando que a propriedade privada exerce melhor proteção e gestão do meio ambiente.

Uma retórica reacionária, ao longo dos últimos 200 anos, procurou sugerir que qualquer tentativa de mover a sociedade em direção a promover justiça social ou proteção ambiental faria que ela se movesse na direção contrária (ACSELRAD, *Op. Cit.*, p. 15).

Na conjuntura de construção e expansão do neoliberalismo, em 1991, o executivo do Banco Mundial, Lawrence Summers, escreveu o famoso *Memorando Summers*. Tal memorando foi escrito no seio da expansão do neoliberalismo para a periferia do sistema capitalista e, ao ser apropriado pelo movimento ambientalista, consagrou o termo 'injustiça ambiental'. O texto, desautorizado pelo Banco Mundial, dizia: “*Cá entre nós, o Banco Mundial não deveria incentivar mais a migração de indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos?*” Claramente o Memorando apresentava 'intenções ambientalmente perversas contra os despossuídos' (ACSELRAD *et al*, 2009).

Achselrad *et al* (*Op. Cit.*, p. 7) analisam o documento e apontam três considerações pertinentes aos países centrais e as suas corporações econômicas:

- O meio ambiente seria uma preocupação 'estética' típica apenas das classes sociais mais abastadas dos países desenvolvidos;
- Os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental que a população dos países desenvolvidos;
- Na 'lógica' econômica, poder-se-ia considerar que as mortes em países pobres têm custo mais baixo do que nos ricos, dado que os habitantes dos países mais pobres recebem salários relativamente mais baixos.

Conclui-se que a dimensão socioambiental é invisível aos olhos dos mercados. O mercado autorregulado não tem o objetivo e nem responsabilidade ética e moral sobre o meio ambiente e promoção de bem-estar às camadas mais pobres (SANTOS, 2000; SACHS, 2011).

Não há como salvar o mundo e esquecer a humanidade. Grzybowski (2011) questiona como podemos conciliar a agenda da sustentabilidade da natureza e da vida com a justiça social.

Nunca podemos esquecer que essa civilização, em que a riqueza de um povo é medida pelo ter sempre mais e mais bens, pela renda *per capita*, pela acumulação e crescimento do PIB, foi feita a pau e fogo, literalmente, durante os últimos séculos da história humana. Conquista e colonização, com a escravidão de povos inteiros, Revolução Industrial baseada no uso de energia fóssil e matéria-prima, com destruição e poluição ambiental quase sem volta, gerando a crise climática, com extrema miséria e extrema riqueza. Imperialismos e guerras, mudando de mãos e territórios, foram se sucedendo na medida da necessidade para garantir a dominação de tal civilização, até hoje. Com a globalização capitalista das últimas décadas, ela virou referência para praticamente toda a humanidade. Pelo pior caminho, criamos as condições para a emergência de uma comunidade planetária interdependente (GRZYBOWSKI, 2011, p. 6).

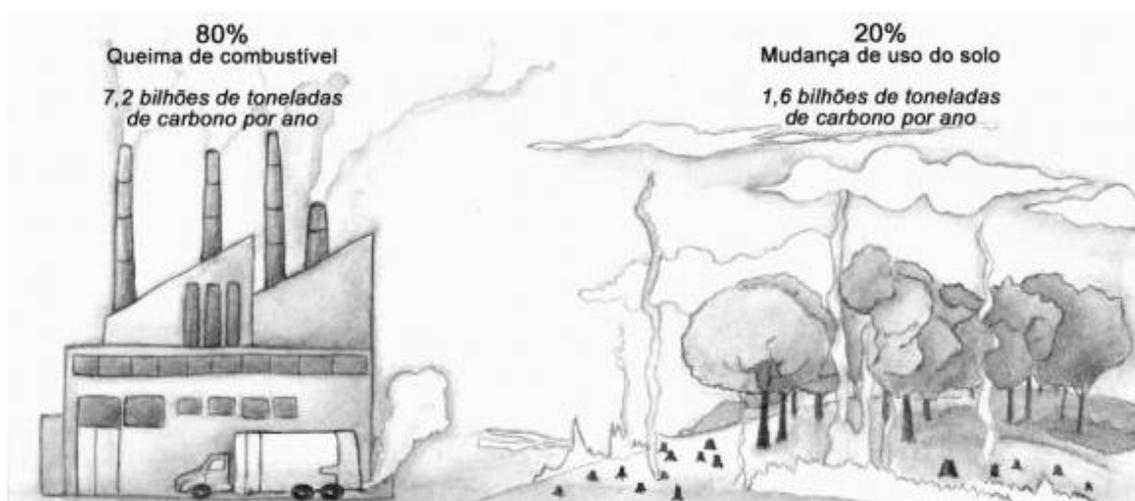
Paul Crutzen, o autor do termo Antropoceno, e outros intelectuais como Boff (2011), Sachs (2011) e Abramovay (2013) também afirmam que os homens pós-modernos inventaram uma nova era geológica. Há consenso entre eles ao considerarem que esta nova era geológica faz alusão a um tempo caracterizado pela força geofísica do homem em paralelo à impotência da natureza. Os autores mencionam que a entrada nessa nova era impõe ao homem dois desafios. Um de caráter ecológico, referente ao enfrentamento das mudanças climáticas provocadas pela emissão de GEEs de origem antrópica; e o outro com um viés humanitário, pela necessidade de reduzir as desigualdades socioeconômicas e as diferenças entre os níveis de vida entre as nações e, até mesmo, dentro das nações.

A ciência já reconhece a incapacidade de continuarmos nesse modelo autoritário: 'suicida' de sociedade e 'ecocida' com a natureza! Na próxima seção, a consolidação de alguns protocolos ambientais e a permanência do modelo capitalista evidenciarão, dentre outras questões, a contradição entre as questões levantadas pelos cientistas e a manutenção do domínio global pelos capitalistas.

III.1.2 – As Conferências das Nações Unidas

Inegavelmente, a preocupação com o meio ambiente foi consolidada como uma questão contemporânea global e vem sendo assunto de pauta na ONU, inclusive com a realização de diversas Conferências, Fóruns e Convenções, para tratar da relação entre o desenvolvimento econômico, o bem-estar humano e a preservação da natureza. Atualmente, com o medo que paira sobre a sociedade global em torno da polêmica da ameaça do aquecimento global³⁵, fenômeno de origem complexa e ainda não cientificamente comprovado, o debate ecológico foi politizado e incorporado à agenda financeira.

Figura 11. Mundo: Emissões Globais de Carbono para a Atmosfera.



Fonte: IPAM, 2013.

Os líderes do sistema capitalista não se dispõem a diminuir o ritmo de produção industrial e a modificar os padrões de consumo de parte da sociedade global. Por outro lado, os países pobres defendem que a

³⁵ Suspeita-se que componentes antropogênicos, como o CO² emitido da queima de combustíveis e de florestas, e o gás metano emitido na digestão de mamíferos, aumentem a concentração de gases na atmosfera que atuam no agravamento do efeito estufa. Sobre o desmatamento, aproximadamente 13 milhões de hectares de florestas tropicais são desmatados todos os anos (FAO, 2006 APUD IPAM, 2011). O desmatamento nos anos 1990 representou cerca de 20% das emissões totais de GEEs, fazendo da 'mudança no uso da terra' a segunda atividade que mais contribuiu para o aquecimento global (IPCC, 2007 APUD IPAM, 2011).

preocupação ambiental não pode afetar seu crescimento econômico. Atualmente, os emergentes também são parte do problema. A busca incessante por crescimento econômico nos moldes tradicionais, como no caso brasileiro, colocam este grupo de países na persistência de um desenvolvimentismo baseado na exploração dos recursos naturais. A despeito disso, o modelo preservacionista utópico criado pelos países centrais surge como alternativa conservadora e incapaz de modificar as questões socioeconômicas no interior dessas nações.

Sobre o quadro brasileiro, um dos países emergentes símbolos da multipolaridade econômica mundial e que seguem padrões 'ecoagressivos' de desenvolvimento, podem ser destacados: o projeto de retomar a construção de usinas nucleares, a polêmica em torno do Código Florestal, que se assemelha mais ao código do agronegócio, a exploração do Pré-Sal e as grandes obras de barragens na Amazônia.

Nesse sentido, Suertegaray e Schaffer (1988) defendem que as Conferências são oportunidades de discussão e de pensarmos o futuro que o homem quer dar aos rumos do planeta e do próprio homem na Terra. Estadistas e outros líderes políticos, empresários, cientistas, intelectuais, ONGs e movimentos sociais organizados participaram dessas Conferências buscando, com pesos políticos distintos, defender seus interesses ecológico-econômicos.

Desde os anos 1970³⁶, a ONU realizou quatro Conferências sobre a relação entre desenvolvimento socioeconômico e o equilíbrio do meio

³⁶ Antes da Conferência de Estocolmo, a primeira tentativa de tentar equacionar a questão econômica à ecologia, a UNESCO realizou a Conferência de Paris, 1968 – conhecida como Conferência sobre a Biosfera. Durante essa Conferência foi colocada a relação dicotômica entre economia e natureza.

O Programa Homem e Biosfera (MaB) foi criado como resultado da 'Conferência sobre a Biosfera', realizada pela UNESCO em Paris em setembro de 1968. O MaB foi lançado em 1971 e é um programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio. Busca o entendimento dos mecanismos dessa convivência em todas as situações

ambiente. Alguns apontamentos sobre a temática discutidos nesses principais encontros e em outros igualmente relevantes são colocados abaixo:

- Conferência de Estocolmo, 1972 – Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente (Uma só Terra).

Nesse encontro, considerada a primeira conferência mundial das Nações Unidas sobre a relação homem e natureza, a discussão foi polarizada entre os defensores do ‘Crescimento Zero’ *versus* os defensores do ‘desenvolvimento a qualquer preço’. Nesse contexto, em 1972, foi publicado o relatório *Os Limites do Crescimento*. O estudo, extremamente alarmista e voltado para a periferia do sistema capitalista em processo de industrialização e de explosão demográfica, não levou em conta os avanços socioeconômicos que frearam o crescimento populacional, as inovações tecnológicas e a descoberta de novas possibilidades de produção. A Conferência pedia crescimentos populacional e industrial zero, sendo favorável, assim, àqueles que já teriam alcançado um elevado processo de industrialização. A tese do ‘Crescimento Zero’ era um ataque direto às teorias de crescimento econômico contínuo propagadas por determinadas correntes econômicas.

Desse modo, duas posições extremas se confrontaram: a preocupação dominante com a natureza por influência do Clube de Roma, e os que defendiam primeiramente o crescimento econômico para depois se preocuparem com o meio ambiente. O Princípio 21 da ‘Declaração de Estocolmo’ foi a expressão da fragmentação dos interesses interestatais distintos na questão ambiental.

De acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos, de acordo com a sua política ambiental, e a responsabilidade de assegurar que as atividades levadas a efeito, dentro de sua jurisdição ou sob seu controle, não

bioclimáticas e geográficas da biosfera, procurando compreender as repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta.

prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora dos limites da jurisdição nacional (PRINCÍPIO 21: DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972).

Além do despertar da consciência humana pelas ameaças propagadas pela civilização industrial-tecnológica, a Conferência de Estocolmo também trouxe inovações para a própria ONU com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Somente na década seguinte, após a estagnação econômica dos anos 1970 e as recessões causadas pelas crises do petróleo de 1973 e 1979, a discussão volta à tona com o debate das questões ambientais. Nesse ínterim, a Amazônia brasileira passa a ser um símbolo global da preservação das florestas tropicais e da luta contra o desmatamento.

- Década de 1980

A discussão posta ao mundo pela Conferência de Estocolmo ficou logo relegada em razão das crises de 1973 e 1979. Contudo, no início da década de 1980, a ONU criou a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) para dar continuidade às discussões ecológicas globais. A Comissão foi criada em 1983 pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Contudo, em 1987 que a Comissão realizou até então o grande feito histórico da questão ambiental nas relações internacionais: a divulgação do relatório 'Brundtland', publicado como *Nosso Futuro Comum*.

O relatório *Nosso Futuro Comum* ficou conhecido como 'Brundtland' por ser coordenado pela primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, que chefiou a CMMAD. O conceito de desenvolvimento sustentável, introduzido pela primeira vez nesse documento, foi definido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades".

O relatório introduziu a questão da incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes, e inovou ao criticar o modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e seguido, igualmente, pelos países em desenvolvimento.

A proposta de integrar a questão ambiental ao desenvolvimento econômico, surgindo não apenas um novo termo, mas uma nova forma de progredir, aparece nesse processo. Para isso, o governo deveria se adaptar e adotar algumas medidas:

- limitar o crescimento populacional;
- garantir o fornecimento de alimentos em longo prazo;
- preservar a biodiversidade e os ecossistemas;
- diminuir o consumo de energia e promover o desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;
- aumentar a produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- controlar a urbanização desenfreada e fazer a integração entre os núcleos urbanos e as zonas rurais.

Em nível internacional, as propostas econômicas lançadas sugerem que:

- as organizações de desenvolvimento devem adaptar uma estratégia de desenvolvimento sustentável;
- a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço;
- as guerras devem ser banidas e a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.

Além disso, foi estabelecida conceitualmente a correlação entre pobreza e degradação ambiental. Os Estudos de Impactos Ambientais e os Relatórios de Impactos ao Meio ambiente (EIA-RIMAS), além das Organizações Não Governamentais (ONGs), surgem nesse contexto histórico.

Ainda no fim da década de 1980, merecem destaque a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, realizada em 1985, e o Protocolo de Montreal, de 1987. Nessa Convenção, ficou estabelecida a criação de um Tratado para a Proteção da Camada de Ozônio e, dois anos mais tarde, no Protocolo de Montreal, definiu-se um plano de metas para eliminar quinze tipos de CFCs (clorofluorcarbonos) e outras substâncias de efeitos nocivos similares à atmosfera.

Nesse Protocolo, em um esforço inédito, mais de 150 países se comprometeram a realizar mudanças tecnológicas. Um acordo global assinado realizado a partir de responsabilidades diferenciadas representou uma medida pioneira interessante.

Países desenvolvidos que historicamente tiveram maior consumo de Substâncias Destruídas da Camada de Ozônio (SDOs) devem contribuir financeiramente para apoiar a implementação de medidas para eliminar essas substâncias em países em desenvolvimento, como o Brasil (Convenção de Viena e Protocolo de Montreal, Acesso em 2012).

- Conferência do Rio de Janeiro, 1992 – Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

Foram necessários mais vinte anos até que ocorresse a segunda Conferência sobre o tema – a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), mais conhecida como ECO-92 ou Rio-92. A Cnumad foi realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a presença maciça de inúmeros chefes de Estado e representantes de movimentos sociais. O evento foi um grande marco na discussão ambiental na virada do século XX, popularizando o conceito de desenvolvimento sustentável, que passou a ser a ideia central do debate ecológico-econômico nas duas décadas seguintes.

O encontro buscava conciliar desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção do ambiente. O principal resultado do encontro foi a Agenda 21, um programa de ações para o desenvolvimento sustentável para o

século 21 assinado por 179 países. Durante o evento, foram aprovados também dois acordos importantes: a Convenção da Biodiversidade, com o objetivo de conservar a biodiversidade, fazer uso sustentável de seus componentes e dividir de forma justa os benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos; e a Convenção sobre Mudanças Climáticas, que serviu de base para o Protocolo de Kyoto, de 1997, que colocou metas de redução de GEEs.

- O Protocolo de Kyoto, 1997.

A Terceira Conferência das Partes (COP-3) teve como foco a polêmica do aquecimento global. A COP-3 fez história como uma convenção em que a comunidade internacional firmou um amplo acordo de caráter ambiental, apesar da recusa do EUA, acompanhados por Austrália e Canadá em não assinarem a meta de redução de GEEs. O Protocolo de Kyoto buscou:

- reduzir em 5% até 2012 a emissão de GEEs na atmosfera;
- incentivar a utilização de energias renováveis, como a energia eólica e solar;
- substituir o carvão mineral e o petróleo pelo gás natural;
- cobrar uma expressiva redução de comportamento dos países centrais.

Acrescenta-se ainda que, em 2000, a ONU, ao analisar os maiores problemas socioeconômicos mundiais, estabeleceu oito Objetivos do Milênio – ODMs – que devem ser atingidos por todos os países até 2015.

Figura 12 – Objetivos do Milênio



Fonte: <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>

- Conferência de Johannesburgo, 2002 – Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em 2002, dez anos após a ECO-92, a ONU realizou a terceira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, na África do Sul. A Conferência, conhecida também como Rio+10, tinha como objetivo rever as metas propostas pela Agenda 21 e trabalhar para programar o que já estava em andamento. A expectativa era de que houvesse a definição de uma ação global que conciliasse o desenvolvimento econômico e social com a preservação do ambiente. Todavia, em um contexto global assombrado pela ameaça terrorista pós-onze de setembro, a Conferência não trouxe resultados significativos.

- Conferência do Rio de Janeiro, 2012 - Quarta Conferência da Organização das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável.

A Rio+20, a quarta Conferência da Organização das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável, ficou assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Rio-92, onde em ambas, e também em outras Conferências, procurou-se discutir, teoricamente, uma agenda de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. Nesse encontro, no seio de uma grande crise da civilização industrial, com seu produtivismo e consumismo, ficou comprovada a impotência da questão ambiental na agenda dos principais agentes político-econômicos do sistema interestatal capitalista.

Em 2012, após a constatação da fraqueza teórico-metodológica do conceito de desenvolvimento sustentável, a Rio+20 inaugurou o conceito de economia verde. Em síntese, uma remodelação conceitual do conceito de desenvolvimento sustentável. Um dos principais interesses da Conferência foi estabelecer a discussão do conceito de economia verde para o alcance de um desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

Sachs (2012) comentou que a Rio+20 e a Cúpula da Terra, evento paralelo ao encontro dos Chefes de Estados reunidos pelas Nações Unidas,

foram os primeiros eventos a serem realizados no Antropoceno. Apesar disso, diversos temas discutidos pela Rio+20 não passaram de retórica, ao serem apropriados pelos principais agentes político-econômicos do sistema interestatal capitalista.

Abaixo seguem alguns destes pontos:

- O papel do cidadão para um consumo racional e colaborativo;
- Incentivo às certificações de produtos socialmente e ambientalmente produzidos;
 - Elaboração de uma nova formulação de PIB considerando indicadores sociais e ambientais;
 - Criação de metas ambientais ambiciosas;
 - Garantir segurança alimentar e hídrica aos homens;
 - A melhoria da urbanização como forma de promoção da saúde e do bem-estar;
- A valorização do conhecimento indígena;
- Discutir a questão das mudanças climáticas.

Apesar de certos avanços conquistados, a ONU representa uma ordem mundial hierárquica e suas Conferências refletem os interesses dos países centrais e de suas corporações econômicas e financeiras. Nesse sentido, todos esperavam da Rio+20 uma renovação de um compromisso assumido décadas antes e ainda não praticados décadas depois: a reversão do processo de destruição da base natural da vida (GRZYBOWSKI, 2011).

A utopia neoliberal venceu o debate na década de 1990. Esvaziou-se a ONU e cresceu o ilegítimo G-8, sob a liderança da única potência militar imperial, os Estados Unidos. Agora, no bojo da crise, apareceu o G20, um alargamento do clube fechado do poder mundial do G8, que não muda a essência da assimetria do poder e a dominação que propicia (GRZYBOWSKI, 2011, p. 7).

Abramovay (2013) argumenta que os danos catastróficos que o homem vem causando ao meio ambiente e as disparidades entre ricos e pobres foram os principais obstáculos da cúpula Rio+20. Não haverá Conferência que crie

um consenso ou pacto econômico-ecológico global enquanto perdurar um sistema que permite que o crescimento econômico desordenado destrua a saúde do planeta sem atender a bilhões de necessitados.

III.2.1 – O Capitalismo Contemporâneo e os Modelos de Desenvolvimento Sustentável e de Economia Verde

A recente Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) reafirmou a dificuldade de obter consenso entre Estados economias-nacionais com interesses e necessidades tão distintos. A Rio+20 deixou claro que não há, ainda, uma preocupação mundial ecológica que abarque todos os projetos de desenvolvimento nacionais. A referida Conferência fez parte de um processo global em andamento de consolidação de duas frentes econômico-ecológicas vinculadas ao neoliberalismo: a introdução do conceito de economia verde e a consolidação da biodiversidade como um novo mercado bilionário, representando a salvação para os investidores diante do naufrágio de outros mercados financeiros especulativos (RIBEIRO, 2011, p.10).

Os modelos de desenvolvimento sustentável e de economia verde, por exemplo, privilegiam a privatização dos elementos da natureza à transformação do modelo de produção e organização socioeconômica capitalista. Ambos consolidam a natureza como um grande mercado a ser controlado por organizações e recursos privados.

Discute-se a consolidação dos mercados financeiros a partir da natureza, o maior controle empresarial dos recursos naturais e a legitimação do uso de novas tecnologias de alto risco, como nanotecnologia, biotecnologia, biologia sintética e geoengenharia (RIBEIRO, *Op. Cit.*, p. 10).

A partir da década de 1990, a imposição do desenvolvimento sustentável como o cristalizador de um pensamento único vem dificultando a construção de uma solução compartilhada por todos. Freitas (2010, p. 3) crítica esse modelo questionando ‘como?’, ‘onde?’ e ‘quando?’ romper com a forma clássica de desenvolvimento. As nações mais pobres correm o risco de esperar por uma coisa que nunca pode acontecer. Para o autor, “pode estar sendo construído um empreendimento socioeconômico estruturalmente inconsistente e que

contribuirá para a intensificação das desigualdades sociais” (FREITAS, *Op. Cit.*, p. 3).

Ribeiro (*Op. Cit.*, p. 10) contribui à discussão pertinente a reconfiguração do sistema capitalista a partir da mercantilização dos elementos da natureza e da abertura de novas frentes para a expansão do capital, apontando que “os sistemas de pagamento por serviços ambientais e de comércio de carbono não aliviaram a crise climática, porém tiveram grandes impactos sobre as comunidades”.

A propaganda empresarial difunde no senso comum a ideia de que todas as questões ambientais podem ser resolvidas com o emprego de mais tecnologia, e não necessariamente por uma conscientização universal legítima e ruptura no modelo de sociedade hegemônico. Somando-se ao fato de que o processo de ‘ambientalização’ do mundo somente por processos tecnológicos é uma ilusão, as verdadeiras causas das crises, como a irracionalidade dos padrões de consumo e de produção vigentes, não são colocados em discussão. Além disso, a quem pertence o controle da tecnologia? As patentes tecnocientíficas, inclusive para a produção de energias como eólica e solar, estão nas mãos de grandes empresas, que assim aproveitam novas oportunidades de negócios (RIBEIRO, *Op. Cit.*). A questão ecológica pode ser uma desculpa para se agravarem as disparidades tecnológicas entre as nações.

Os efeitos de manipular um sistema global, pouco conhecido e de alta complexidade como o clima poderiam ser devastadores para muitos países, que nem sequer estariam envolvidos nessas práticas. A possibilidade de apropriar-se do termostato global seria dada aos países com mais recursos e tecnologias para desenvolver a ecoengenharia (RIBEIRO, 2011, p. 11).

Ainda nesse paradigma marcado pelo poder tecnocientífico, Becker (2007) aponta que a globalização da economia-mundo baseada na ciência, tecnologia e inovação, através do controle de pesquisa e de novos canais de financiamento para investimento seletivo, pode significar novo instrumento de perpetuação das relações assimétricas entre os Estados nacionais. Assim, a

economia verde pode favorecer a emergência de novas atividades fundadas no emprego de tecnologias 'verdes', legitimando ainda mais as ações humanas sem reconhecer os riscos associados ao egocentrismo antrópico sobre o planeta Terra.

Do ponto de vista internacional, o conceito de Economia Verde seria tão frágil quanto o conceito de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que não trata especificamente da assimetria de desenvolvimento. Aliviar a pobreza não significa necessariamente reduzir assimetrias. Ademais, a Economia Verde é intensiva em tecnologia, logo ela tende a beneficiar mais àqueles que controlam a produção desses intangíveis e a provisão dos respectivos serviços (CGEE, 2011, p. 5).

Questiona-se, também, o papel das grandes potências e de suas corporações econômico-financeiras, isto é, dos Estados economias-nacionais, como os entusiastas e promotores da mercantilização da natureza em razão dos interesses nacionais e de classes contraditórios que impedem uma tomada de consciência coletiva.

A história registra que os discursos desses governos destoam de suas ações práticas. Esses governos não efetivarão nenhuma experiência, nenhum processo ou modelo de desenvolvimento que ponha em risco o estado de bem-estar de seus eleitores, e as estabilidades econômicas e políticas de seus países (FREITAS, 2010, p. 3).

III.2.2 – A reflexão sobre os Modelos de Desenvolvimento Sustentável e de Economia Verde

O conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo relatório *Nosso Futuro Comum* foi apontado como um processo de mudança, no qual a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional se harmonizam e estão de acordo com as necessidades das gerações presentes e futuras.

Freitas (2010) relaciona o desenvolvimento sustentável como intrínseco ao processo de expansão do capitalismo contemporâneo com suas novas formas de concentração, organização, reprodução e circulação do capital. Entretanto, o autor afirma que, apesar do conceito não passar de retórica dos países centrais e de suas corporações econômicas, ele foi incorporado por movimentos sociopolíticos por parte da humanidade como uma conscientização que deve partir da própria mobilização coletiva.

Se por um lado, a construção das condições estruturais necessárias à operacionalidade do desenvolvimento sustentável, em escala planetária, tem um custo econômico e político que os governos dos países industrializados não estão dispostos a assumirem, por outro, os atores sociais têm desenvolvido estratégias para impedir que os processos econômicos subsumam os processos políticos, incorporando a 'condição humana' como o principal pressuposto da sustentabilidade (FREITAS, 2010, p. 4).

Assim como o desenvolvimento sustentável, a economia verde é um tema cuja definição e conceitos são amplos e pouco consensuais.

Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável não são sinônimos, mas conceitos complementares. As propostas de políticas para esverdear a economia não implicariam em mudança de paradigma, apenas a introdução de tecnologias mais limpas, enquanto que o conceito de Desenvolvimento Sustentável sim, ao envolver outras dimensões além da tecnológica, como aspectos sociais, compromisso com o futuro, padrões de consumo, sinergias

entre políticas públicas, mudanças de paradigmas econômicos e civilizatórios (CGEE, 2011, p. 5-6).

Através de uma conceituação técnica, o CGEE (2011, p. 9) contribui para a discussão e define a economia verde como “um processo que visa a redução do consumo de energia e de matéria-prima por unidade de produto e na redução de GEEs, sobretudo o CO₂, para o que, verdadeira revolução tecnológica é necessária.”

Lyrio (*apud* CHIARETTI, 2011), assessor extraordinário para a Conferência Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente, define a economia verde como “um processo de desenvolvimento que contemple a ideia de uma economia inclusiva e viável”. A diferenciação entre o desenvolvimento sustentável e a economia verde reside no fato de a segunda enfatizar o aspecto econômico e o papel das tecnologias para as mudanças de processos. O CGEE (2011) colabora com a discussão apontando que a economia verde:

(...) difere do Desenvolvimento Sustentável apenas por sua ênfase no econômico, pois seria mais uma nova abordagem da economia, capaz de estimular a abertura de novas frentes de investimento necessárias para a superação da crise financeira e ambiental do sistema capitalista e garantir sua expansão mediante ganhos de escala e de lucro no curto prazo. Representa um aprofundamento do processo de mercantilização (financeirização) que envolve o capital natural (CGEE, 2011, p. 7).

Em uma análise extremamente crítica, Ribeiro (2011, p.10) coloca que as propostas da economia verde se baseiam em três pilares.

- Maior mercantilização e privatização da natureza e dos ecossistemas, integrando suas funções (definidas como ‘serviços’) aos mercados financeiros;
- Promoção de novas tecnologias e vasta expansão do uso de biomassa;
- Um marco de políticas que permitam e subsidiem com recursos públicos esses desenvolvimentos privatizadores.

Ao criticarem a economia verde muitos autores acreditam que o investimento em tecnologias limpas implique em um *apartheid* tecnocientífico entre ‘Norte’ e ‘Sul’, aumentando a dívida e, portanto, mantendo as desigualdades entre as nações (CGEE, 2011, p. 7). Nesse sentido, o mesmo documento reforça a importância do papel da tecnologia no movimento em direção à economia verde.

(...) a expressão atribuída a um modelo econômico que conduz ao desenvolvimento sustentável através de uma regulação econômica eficiente para internalizar os custos ambientais, alterando os preços relativos e, conseqüentemente, induzindo uma mudança em direção a padrões de produção e consumo mais ecoeficientes. A principal responsabilidade dos países desenvolvidos estaria na redução da pressão que exercem sobre o meio ambiente para permitir que os países pobres possam crescer. Para a Economia Verde importa que o crescimento econômico com redução da pobreza possa estar baseado em investimentos em capital natural e, portanto, que a estrutura da economia mude na direção dos setores/tecnologias ‘verde’ ou ‘limpos’ que vão substituindo os setores/tecnologias ‘sujos’ ou ‘marrons’ (CGEE, 2011, p.5).

Ao tratar do interesse nacional vinculado à difusão da economia verde, Becker (2011b) enfatiza que a economia verde não pode ser um modelo generalizado para o mundo.

Se não criarmos nossa própria tecnologia verde, ficaremos para trás, dependentes das tecnologias desenvolvidas por europeus e americanos, sem falar da dependência financeira em relação a eles (BECKER, 2011b, p. 14).

O sistema político-econômico mundial se encontra numa realidade onde os modelos de desenvolvimento sustentável e de economia verde requerem novos olhares, sobretudo em sua aplicação em economias com trajetórias histórico-geográficas e realidades socioeconômicas tão distintas. A crítica à mercantilização da natureza questiona se o REDD e o Mercado de Crédito de Carbono agem como mecanismos de proteção ecológica ou como reguladores político-econômicos globais.

A partir de uma análise do sistema interestatal capitalista, constata-se que estes agem como os principais mecanismos regulatórios de pressão estreitamente relacionados ao neoliberalismo, ou como aponta Porto-Gonçalves (2004; 2006), à ‘natureza da globalização’.

O conceito de REDD pretende incluir na contabilidade das emissões de GEEs aquelas que são evitadas pela redução do desmatamento e a degradação florestal. Dessa maneira, os países em desenvolvimento detentores de florestas tropicais, que conseguissem promover reduções das suas emissões nacionais oriundas de desmatamento receberiam compensação financeira internacional correspondente às emissões evitadas (IPAM, 2013).

Percebe-se que a lógica hierárquica do sistema capitalista não é alterada. Ao contrário, o bem-estar e os padrões de consumo dos países centrais são legitimados através do pagamento pela imobilização de florestas, nativas ou não, dos países subdesenvolvidos.

O mercado ‘verde’ – TEEB, REDD, REDD+, PSA (PSE) são mecanismos criados nos últimos anos para precificar, mercantilar e financeirizar os recursos naturais, seu uso e seu acesso, de forma que grandes corporações continuem poluindo e passem também a comprar o direito de poluir. Aprofundam-se as relações desiguais entre Norte-Sul (CALDAS E QUINTELA, 2011, p. 16).

Em um contexto global baseado na possibilidade de aquecimento global, a proposta foi colocada elegendo os países tropicais como os responsáveis por estabilizar o clima por meio de suas florestas imobilizadas. Os custos para mantê-las deveriam, então, ser divididos por todos.

Hoje o conceito foi ampliado e é conhecido como REDD+, se refere à construção de um mecanismo, ou uma política, que deverá contemplar formas de prover incentivos positivos aos países em desenvolvimento que tomarem uma ou mais das seguintes ações para a mitigação das mudanças climáticas: i) Redução das emissões derivadas de desmatamento e degradação das florestas; ii) Aumento das reservas florestais de carbono; iii) Gestão sustentável das florestas; iv) Conservação florestal. (PINTO ET AL, 2009 APUD IPAM, 2011).

Por fim, é preciso colocar que o elemento humano e as populações tradicionais continuarão à margem do processo de acumulação de capital.

CAPÍTULO IV – UM DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO PARA A AMAZÔNIA COMO RESPOSTA AO AMBIENTALISMO POLÍTICO

A Amazônia necessita urgentemente de um padrão de desenvolvimento regional que possa alterar a dinâmica econômica dominante baseada na exploração predatória de recursos naturais e fornecer aos seus habitantes os benefícios e as inúmeras possibilidades de utilização de seu patrimônio natural de uma maneira autônoma e integrando processos políticos comuns através da inauguração de uma escala de ação nacional-continental.

A utilização dos recursos naturais por meio de métodos racionais, a valorização de cadeias produtivas das populações tradicionais e a formação de novos processos econômicos que levem em conta as especificidades naturais da Amazônia podem, por um lado, garantir a sustentabilidade da floresta e, por outro, evitar ingerências externas sobre a região sob um discurso amplamente contraditório. A contradição se instala através da promulgação de padrões de desenvolvimento pré-concebidos em fóruns globais pelos principais agentes político-econômicos do sistema interestatal capitalista que visam à mercantilização dos elementos da natureza e à ‘solução’ dos problemas ecológicos, sobretudo nos resquícios de biodiversidade global presentes nos países periféricos e semiperiféricos, pelo domínio de tecnologias ‘verdes’, da imobilização de grandes espaços naturais e da possibilidade de apropriação do patrimônio genético regional pelas grandes corporações econômicas dentro de um contexto capitalista de ‘neoliberalismo ambiental’.

A imobilização do patrimônio natural não corresponderá à ‘solução’ dos problemas ecológicos da região. A criação de parques e reservas naturais pode ser um meio fundamental para a manutenção de pontos da biodiversidade, mas não solucionam a questão socioeconômica e ambiental que atinge a Amazônia e seus habitantes. Faz-se necessário implantar modelos produtivos que aproveitem as vantagens naturais e o conhecimento das populações tradicionais e criar mecanismos políticos que modifiquem a histórica estrutura produtiva conservadora e ‘ecoagressiva’ da região.

A simples imobilização de grandes reservas florestais reduzirá as possibilidades de utilização da grande biodiversidade regional, que se constitui como um dos grandes trunfos de um sistema capitalista 'esverdeado', e não trará benefícios profundos aos amazônidas e ao bioma. A região precisa de uma base econômica que sustente a floresta em pé, agregue valor aos seus produtos e distribua os benefícios de sua utilização à população regional (BECKER, 2011B).

Entretanto, as práticas históricas 'ecoagressivas' patrocinadas pelo Estado brasileiro sobre a Amazônia revelam a falta de capacidade de lidar com tão complexa região, tornando o bioma vulnerável aos impactos antrópicos e fornecendo elementos para a crítica de um discurso 'ecológico' vazio, que não questiona o próprio modelo capitalista de produção e de organização social, e dando margem, também, às ingerências políticas globais sob um pretexto da ameaça das mudanças climáticas. As próprias mercadorias do modelo agroexportador brasileiro, baseado em uma economia de fronteira, são produzidas através de métodos arcaicos e de relações capitalistas de trabalho que perpetuam as desigualdades.

Análise recente da BBC (2011) enfatiza que enquanto China, Índia e Rússia têm criado leis para proteger suas florestas e agem para recuperar o que já foi devastado, o Brasil segue na contramão, desmatando mais do que é reflorestado.

O futuro ecológico da Amazônia e o desenvolvimento socioeconômico da maior parte da população regional, que não estão incluídos no modelo econômico predatório vigente, dependem de uma nova forma de inserção da Amazônia na economia-mundo. Desenvolver o patrimônio natural ou explorar o território no ritmo do agronegócio e na exportação de *commodities*? Repensar a forma de utilização do patrimônio natural amazônico como estratégia de defesa e soberania nacional-continental, e a promoção de justiça socioambiental à população, constituem-se como os principais desafios para a região.

O *Capítulo IV* divide-se em duas seções. A primeira seção aborda

algumas características do atual processo de integração sul-americana através de um enfoque amazônico e discute os riscos geopolíticos associados à dificuldade de definir um modelo de desenvolvimento regional. A segunda seção apresenta algumas contribuições para a construção de um modelo de desenvolvimento, defesa e utilização do patrimônio natural da Amazônia.

IV.1 – O Duplo Significado Geopolítico da Integração Regional

A integração regional é uma tentativa antiga de nações com processos históricos de colonização exploratória e repressão econômica similares para tentar vencer o subdesenvolvimento. Num continente marcado pela supremacia política, econômica, cultural e militar dos EUA, a integração massiva dos países latino-americanos esbarra na dicotomia ideológica daqueles que apoiam a liderança dos EUA e aqueles que vêm a sua presença como entrave ao desenvolvimento independente da região (MEDEIROS, 2009).

Os empreendimentos de integração subcontinental em andamento colocam a Amazônia como a força impulsionadora de ligação entre os vizinhos, mudando o eixo da bacia do rio da Prata e dos Andes, para a floresta transfronteiriça. No entanto, a complexidade ambiental ainda não conhecida e mal utilizada, as hostilidades naturais e geográficas da região, e a própria história de incorporação e posterior isolamento secular da floresta nos Estados nacionais, além da matriz extremamente economicista e agroexportadora dos projetos, muitos concluídos, suscitam cada vez mais debates entre ambientalistas e diversos segmentos sociais sobre a escolha deste modelo de desenvolvimento que se pretende na Amazônia. A região é mal integrada internamente e também externamente entre os nove territórios do continente que a compõem.

A integração entre Estados nacionais representa um processo de inter-relacionamento e interdependência multidimensional dentro de um contexto contemporâneo de globalização e de regionalização da economia-mundo. Ianni (1999) aponta que a regionalização econômica pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a inseri-la na dinâmica da economia-mundo transnacional. A regionalização econômica é estimulada porque, ao se integrarem as economias nacionais, redefine fronteiras e políticas econômicas, além de rearticular as forças produtivas. Tal processo se constitui como parte integrante de um novo parâmetro para a articulação das nações e do desenvolvimento do capitalismo.

Os impactos da globalização e da regionalização concomitantes ao avanço tecnológico da informática, do incremento da conectividade global através de múltiplas redes e dos meios de telecomunicação, informação e transportes, reduziram as distâncias e a compressão da relação espaço-tempo. A multiplicação dos tratados bilaterais e de acordos regionais visando a incrementar as relações políticas e socioeconômicas são parte do fenômeno da globalização e da revolução científico-tecnológica.

A integração da América do Sul pode consolidar a hegemonia do Brasil no contexto regional e definir o subcontinente como sua área de influência. A Amazônia poderia ser parte importante nesse processo e o seu desenvolvimento pautado no conhecimento da natureza seria fundamental para o futuro da região e também para uma nova colocação geopolítica do Brasil na no sistema interestatal capitalista.

Com diferenças entre o discurso de 1990, o do regionalismo aberto, e o atual, embora não tenha havido uma guinada de 360°, especialmente no campo da infraestrutura, a estratégia do Estado brasileiro é a de assumir sua liderança natural na América do Sul com ações visando à articulação regional. Todavia, a integração, para ser de fato consolidada, deve vencer a matriz exclusivamente comercialista e financeira, mas abarcar sociedade e a cultura e, até mesmo, alcançar a multidimensionalidade da integração. O processo de buscar uma identidade econômica continental deveria englobar aspectos sociais, culturais e políticos, levando-se em conta as especificidades naturais da Amazônia. A região deve ser vista como um trunfo político e a sua natureza como uma vantagem competitiva, não podendo ser compreendida em sua totalidade como uma gigantesca barreira geográfica exportadora de *commodities*.

Becker e Egler (1992) já colocavam no início da década de 1990 os diferentes interesses externos e a dificuldade nacional em definir uma agenda autônoma para a Amazônia.

A disputa por hegemonia entre as potências se desvela na polêmica sobre a construção e pavimento da Rodovia BR-364 que,

ligando o Estado do Acre ao Peru, completa a articulação com a Rodovia Transamazônica e acelera a conexão com o Pacífico Sul, onde interesses japoneses são cada vez mais intensos. Neste cenário, os EUA exercem pressão sobre o Japão para não liberar recursos para o término da rodovia, no sentido de manter a tradicional porta amazônica aberta para o Atlântico e o Caribe (BECKER E EGLER, *Op. Cit.*, p. 252).

Atualmente, em um contexto global com a emergência da China como potência econômica e comercial, a região vem se consolidando como uma área estratégica para o mercado desse país. A China, inclusive, injeta elevados recursos financeiros para a construção de projetos de infraestrutura de 'integração' regional que já funcionam, na verdade, como corredores de exportação de *commodities*.

Na região, diversos estudos comprovam que há uma ligação direta entre o asfalto e a devastação (PICOLI, 2006). Com o exemplo da BR-163, a perda de biodiversidade e a degradação ambiental ao longo das rodovias são ainda maiores em razão da não incorporação dos riscos socioambientais e da falta de visão holística das ondas de investimentos na Amazônia, desde o regime militar ao atual Programa de Aceleração do Crescimento, acarretando projetos que levam ao desmatamento e à migração, além de um tipo de desenvolvimento tradicional e predatório baseado no transporte convencional para o interesse e o lucro de atores externos à região.

A fronteira econômica é um espaço de alto interesse e valor estratégico para a exploração e investimentos de capital. Com grande parte dos recursos naturais já explorados e com potencial já conhecido, as reservas minerais, hídricas e de biodiversidade da Amazônia possuem valor inestimável. A região também representa a última fronteira brasileira e, em algumas hipóteses, global, e apresenta centenas de grupos indígenas e ribeirinhos, colonos, assentados, grupos extrativistas, dentre outros grupos tradicionais, que não estão inseridos nos projetos de integração em andamento.

Neste contexto uma questão se coloca tanto frente às políticas econômicas como às propostas de ambientalistas acerca da proteção do

bioma. Este modelo de desenvolvimento pode contribuir para a integração regional e para o desenvolvimento da Amazônia, fortalecendo a economia e a defesa da floresta na lógica do desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, favorecer a geração de riqueza e renda para as populações regionais, até então colocadas à margem deste processo?

Os eixos rodoviários que se encontram na Amazônia são verdadeiras pinças sobre a floresta e a problemática ambiental surge como contraponto ao aspecto econômico, pois, como se tem visto, não se discutem outras políticas concomitantes ao desenvolvimentismo convencional. Para a região se desenvolver, é preciso integrá-la com práticas, ações e modelos que agreguem valor e preservem o capital natural, bem como respeitem as diferenças culturais. A Amazônia possui interessante complexidade socioambiental, portanto suas questões demandam ações particulares voltadas para a sustentabilidade do bioma.

Inegavelmente a Amazônia precisa de uma articulação sólida no espaço para se explorar a complementaridade entre as diversas economias, colocar as cidades como promotoras do desenvolvimento e como espaço de fluxos, com processos produtivos além de *commodities* e organizando a estrutura e a dinâmica regional. Formas sustentáveis e eficazes de integração seriam incentivar a multidimensionalidade, isto é, equipar portos e hidrovias, além da construção de ferrovias para maiores distâncias e de pequenas rodovias para o trajeto de pequenas e médias. O que se questiona é a definição de prioridades e a discussão da sustentabilidade ambiental dos projetos para a emergência de um desenvolvimento regional sem destruir a natureza e o conhecimento popular tradicional, e que não dê margem de atuação aos movimentos ambientalistas conservadores.

Que forma de integração deve ser proposta para que a o capital natural seja preservado e os amazônidas beneficiados? O desenvolvimento proposto pode tornar a região palco de grandes eixos de exportação de *commodities* para os grandes centros comerciais do continente e também para além-mar, patrocinando os desastres ambientais, ou atuar na dinâmica de valorização das

riquezas naturais e dos habitantes da Amazônia, os verdadeiros protetores deste patrimônio natural.

O modelo proposto de desenvolvimento pelo governo nacional e pela IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) é criticado pelos opositores, ambientalistas e movimentos sociais, pois o modelo convencional de integração, isto é, os eixos rodoviários, poderá servir de alavanca ao avanço da fronteira móvel agropecuária e na exportação de produtos primários (carne e grãos), especialmente para o mercado asiático (China), além de contribuir para o fenômeno de migração e urbanização da pobreza.

Há uma relação direta entre desflorestamento, pecuária extensiva e a moderna agricultura (lê-se, agricultura mecanizada e concentradora de terra). O corte de madeira, legal ou não, é a premissa para a cadeia produtiva dominante na Amazônia. Com os pastos, o gado prepara a terra para a agricultura de grãos, expandindo cada vez mais o arco do desmatamento e adentrando a fronteira agrícola para o coração florestal³⁷.

A problemática e a formulação de uma agenda ambiental é extremamente complexa de ser definida, pois envolve interesses econômicos de grandes conglomerados e *lobbies* políticos, por um lado, e os impactos socioambientais associados aos empreendimentos, em sua maioria, conservadores do *modus operandi* e concentradores de riqueza, dificultando a tomada de decisões nesta complexa e diversificada região.

Sobre a integração física de regiões, há um amplo consenso e vinculação entre a melhoria de infraestrutura e desenvolvimento regional, mas o transporte sozinho não traz desenvolvimento (BECKER, 1982; HIRSCHMANN, 1958). Becker *et al* (2008b) contribuem à discussão afirmando que o transporte em si, isoladamente, não é fator de desenvolvimento, favorecendo o crescimento dos pontos conectados, mas não da área situada ao longo do eixo. Hirschmann (*Op. Cit.*) afirma que a imposição de uma

³⁷ Conceito de Becker (2010) para salientar um contínuo florestal relativamente preservado e com elevadíssima taxa de biodiversidade.

estrutura uniforme e autoritária, que não leva em consideração as especificidades locais, induz às desigualdades econômicas. Portanto, é preciso discutir a forma de integração em andamento e que tipo de desenvolvimento se pretende na Amazônia sul-americana.

Na Amazônia, como visto em experiências a partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento ocorreu nas pontas do processo, favorecendo o lucro de pessoas e cadeias produtivas exógenas à região e incentivando o ciclo rodovia–migração–desflorestamento–pasto–pecuária e/ou grãos. Inegavelmente é preciso a integração da Amazônia, mas como salienta Huntington (1997), divorciada da cultura, a proximidade não gera por si só aspectos em comum, mas pode induzir exatamente o oposto.

Porém, há iniciativas internas e externas que se chocam com os interesses e a estabilidade da região. Cresce o número de bases dos EUA ao redor da Amazônia, especialmente na Colômbia e no Peru. Governos de ideologias políticas diferenciadas entram constantemente em choque de colisão e a (des)ordem institucional de governos democráticos ameaça a estabilidade subcontinental, criando sucessivas crises nas relações internacionais. O futuro da Amazônia deve ultrapassar o jogo político.

Com o pós-II Guerra Mundial, a posição da América Latina nas questões globais pouco se alterou, exceção a Cuba, grande ator nas relações internacionais na época da Guerra Fria, e ao Brasil, neste século. Continuamos a ser um emaranhado de Estados nacionais com pouca representatividade e força política, extremamente dependentes dos países centrais e com territórios abertos para o capital internacionalizado. Com a globalização, contudo, dois importantes aspectos surgem com força: i) o regionalismo econômico internacional³⁸; ii) e a globalização dos mercados. Nos últimos trinta anos proliferaram acordos políticos e comerciais bilaterais e multilaterais no continente. O Pacto Andino, o Mercosul, a Unasul, a Aladi e a Iirsa foram

³⁸ O processo de regionalização econômica tem forte impulso no pós-Segunda Guerra Mundial na Europa. A necessidade de reconstrução de economias arrasadas pelo conflito de 31 anos – 1914/45 –, como afirma Hobsbawm (1995), aproximou mercados com acordos multilaterais e redução de barreiras tarifárias. Nos últimos cinquenta anos multiplicaram-se os acordos comerciais em diversas partes do mundo, em especial, citam-se a União Europeia, o NAFTA e a ASEAN.

algumas das iniciativas propostas de maior integração, sobretudo econômica do continente.

A IIRSA, por exemplo, surge em 2000, e tem grande impulso a partir do primeiro governo Lula (2003-06). Com objetivos estritamente econômicos de integração regional, a estratégia dos doze governos signatários da América do Sul, sob a liderança e maciços investimentos do Brasil, é equipar o continente com infraestrutura energética, de transportes e de comunicações e informação.

Grandes empreendimentos que vêm sendo implementados por iniciativa da IIRSA e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) podem levar ao avanço da fronteira agropecuária para a floresta ombrófila densa e, assim, perderemos a biodiversidade que a natureza levou milhões de anos para constituir. Reduziremos nossas chances de reivindicar e assumir nossa soberania política e econômica frente à cobiça internacional a partir de uma estratégia de defesa baseada em um novo modelo de desenvolvimento. A própria colocação geopolítica do Brasil como uma liderança regional fica ameaçada no sistema interestatal capitalista.

Urge a necessidade de um salto de qualidade na apropriação da natureza. Reproduzir esquemas exógenos não significa agregar valor à economia da região, mas torná-la refém de modelos que perpetuam nossa condição na divisão internacional do trabalho, devastam a terra e desvalorizam o conhecimento e a população regional.

A IIRSA foi idealizada como estratégia para a integração econômica sul-americana perseguida por diferentes segmentos defensores da lógica da globalização capitalista, como governos, empresas transnacionais e instituições financeiras multilaterais. Seus projetos vêm promovendo uma modernização conservadora. Os eixos rodoviários que já cruzam e/ou cruzarão territórios protegidos, terras indígenas e zonas importantes para a conservação da biodiversidade, já provocam reações de ONGs e movimentos sociais, com

destaque para a Madre de Dios-Acre-Pando (MAP), na fronteira Peru-Bolívia-Brasil, área de influência da Rodovia Transoceânica³⁹(Becker, 2004).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴⁰, proposto no primeiro ano do segundo governo Lula, em 2007, e o PAC 2, lançado em março de 2010, são políticas intrinsecamente associadas à estratégia da IIRSA de equipar o continente sul-americano, em especial, a região Amazônica, com infraestrutura voltada para as estratégias comerciais com base em investimentos em transportes (em sua maioria, modelos convencionais) e de energia.

Ações concretas da IIRSA e dos governos sul-americanos a partir da primeira década do século XXI obedecem a realização de projetos e políticas de maior integração entre os Estados nacionais do continente. A expansão do Mercosul e de outros acordos multilaterais, a criação da Unasul, em 2007, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), de 2009, sediada em Foz do Iguaçu, foram medidas que podem favorecer o intercâmbio sociocultural entre os países.

A Amazônia – verdadeiro coração geográfico da América do Sul – pode e deve ser incentivada como o polo de integração e articulação regional, fortalecendo a soberania dos Estados nacionais que fazem parte da bacia amazônica, mas também daqueles que compartilham de um passado colonial de exploração, submissão e subdesenvolvimento?

A Amazônia pode contribuir para o desenvolvimento regional através de um novo modelo de desenvolvimento, de autonomia e de defesa da floresta que valorize o patrimônio natural e sociocultural. A chave deste processo vai depender de nossa capacidade de reorganizar e articular o subcontinente –

³⁹ A rodovia Transoceânica, por exemplo, é um dos eixos de interligação proposto pela IIRSA que tem como objetivo conectar o oceano Atlântico ao oceano Pacífico, constituindo um corredor bioceânico que cruza a Amazônia Ocidental, parte dos Andes até chegar aos portos peruanos.

⁴⁰ As obras de construção de hidrelétricas atualmente em voga no país, especialmente na Amazônia, como as de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira (RO), e Belo Monte, no rio Xingu (PA), são parte integrante do contexto proposto pela IIRSA, na esfera continental, e pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, em nível nacional.

uma das mais antigas periferias do sistema-mundial capitalista (BECKER, 2009B)?

Trata-se de uma região que sofre os efeitos não apenas do passado colonial e ingerências externas dos *hegemon* globais, mas de uma enorme historiografia de preconceito do dominador. Embora com problemas, perspectivas e contextos internos diferenciados entre os Estados nacionais, aspectos comuns unem a região. Uma questão pouco debatida nos grandes fóruns econômicos e socioambientais globais sobre a região é a defesa da natureza e a soberania do território num contexto que não seja utópico (o sonho dos ambientalistas primeiro-mundistas) e nem predatório (o desejo dos grandes conglomerados internacionais).

Um novo modelo de desenvolvimento urge para contrapor a pressão ambientalista que reina sobre a região e a devastação patrocinada pelos Estados nacionais sul-americanos. Mais do que aumentar a taxa de exportação baseada em *commodities*, trata-se de se apropriar do que o território tem de melhor, agregando valor às trocas, modificando estruturas internas arcaicas e passando de um modelo econômico produtivo fordista para um pós-moderno pautado no conhecimento da natureza e com base em ciência, tecnologia e inovação (CT/I). Porque exportar *commodities* e minerais e não investir em CT/I visando à industrialização e inaugurando uma revolução industrial pautada no conhecimento sobre a natureza? (BECKER, 2009A).

Como alternativa de desenvolvimento socioeconômico e ambiental viável é preciso atribuir valor à floresta em pé e valorizar a biodiversidade e os produtos da região como forma de impedir o desmatamento e o esgotamento dos recursos (BECKER E STENNER, 2008).

Precisamos nos apropriar desta riqueza como forma de ultrapassar a condição de periferia mundial e afirmar a nossa soberania. Iniciativas de integração regional além das em andamento, isto é, a implementação de infraestrutura física de transportes, energia e telecomunicações, com capital maciço dos governos nacionais, surgem com a crítica que podem favorecer somente os grandes conglomerados internacionais e tornar a Amazônia um

imenso corredor primário-exportador do coração da América em direção aos mercados emergentes do Pacífico, principalmente em direção à China.

Os benefícios da preservação ambiental e tampouco da integração em andamento para a população regional ainda não estão claros e nem sendo vistos. Constata-se que há mais do que interesses econômicos e políticos, mas também estratégias de apropriação geoeconômica de atores. Movimentos sociais, ONGs e membros da academia levantam-se contra esse modelo autoritário e de degradação ambiental mas, na maior parte das vezes, não se posicionam com clareza e tampouco criticam a essência mercadológica do sistema capitalista.

Valorizar a cultura latino-americana, resgatar e reescrever nossa historiografia também são formas de iniciar a integração dos países que estão, na maioria das vezes, voltados mais para o 'Norte' e de 'costas' para os vizinhos. Reivindicar uma história cultural diferenciada não quer dizer que somos inferiores. Pelo contrário, apesar de presos a uma dominação histórica dos tempos coloniais até os dias atuais, temos autonomia e não somos produtos de uma artificialidade do dominador.

Como aproximar países que estão de costas uns para os outros? O aspecto econômico deve complementar a integração desses países. A integração entre os Estados nacionais implica um processo de inter-relacionamento e interdependência multidimensional perpassando aspectos socioculturais e políticos, isto é, os aspectos econômicos devem ser parte da integração, e não a integração em si (BARBIERO E CHALOULT, 2001). Conciliar a natureza, a cultura e a economia é uma premissa imposta pela integração. A Amazônia também é o território que une os países, os diversos povos originários, e onde a floresta e a bacia hidrográfica ultrapassam as fronteiras nacionais - do Atlântico ao Pacífico, chegando ao Caribe, aos Andes, ao Pantanal e ao Cerrado. A Amazônia é a grande riqueza e é a região transfronteiriça sul-americana. Além do aspecto natural e fisiográfico, a variedade étnica e linguística é uma vantagem competitiva regional.

Este milênio promete ser o do conhecimento daqueles que se apropriarem do melhor aproveitamento da tecnologia, da natureza e da biodiversidade. Os países que agirem neste modelo de desenvolvimento, em consonância com a sustentabilidade do meio e das próximas gerações, serão os líderes de um novo momento histórico e de uma nova geopolítica das nações. Assim, a revolução do pensar e do agir sobre a natureza, inclusive com o valor econômico dos serviços ambientais, pode levar os Estados amazônicos ao topo da inovação de patentes.

Pensar a Amazônia apenas como fronteira agropecuária ou mineral é desvalorizar os milhões de anos da construção da biodiversidade. Os países centrais já sabem do valor estratégico da natureza e começam a expandir seus domínios sobre os *hotspots*⁴¹ globais. A utopia sobre o conservacionismo ambiental impede o melhor aproveitamento da natureza e, ao contrário, não controla o avanço da degradação.

Algumas ações devem ser colocadas como agenda dos Estados-nacionais: i) a recuperação de áreas degradadas aliada às pesquisas visando ao aumento da produtividade agrícola e da pecuária intensiva; ii) a regularização de leis severas contra o desflorestamento; iii) equipar melhor o Estado nas regiões amazônicas; iv) apoiar os instrumentos de certificação de produtos sustentáveis; v) e no caso brasileiro, modificar o viés mercadológico e ruralista do Código Florestal e repensar o papel das *commodities* na Balança Comercial. Sawyer (2009) afirma que a iniciativa mais ousada seria uma moratória privada e pública, no Brasil e no exterior, contra a compra de produtos provenientes de áreas de desmatamento novo, não apenas para a soja na Amazônia, mas também incluindo o Cerrado e outros biomas ao redor do mundo.

⁴¹ O conceito de *hotspot* foi criado pelo ecólogo inglês Norman Myers, em 1988. Para Myers, *hotspots* seriam as regiões que concentram os mais altos níveis de biodiversidade e onde as ações de conservação seriam prioritárias. São consideradas *hotspots* áreas com pelo menos 1500 espécies endêmicas de plantas e que tenham perdido mais de três quartos de sua vegetação original.

À agenda devem ser incluídas a união e a integração. Antes de tudo os países amazônicos têm que agir de maneira complementar e ter posições comuns no mercado internacional de *commodities*, e não serem competidores ferrenhos. Daí a necessidade do Brasil, como a maior economia, território e população do subcontinente, assumir a liderança natural na região.

A competição é uma característica do capitalismo, mas que pode levar aos conflitos e às crises diplomáticas. Desse modo, neste início de século, ao que parece, nota-se a mera reprodução de modelos esgotados de desenvolvimento pautados na degradação do patrimônio natural e no esgotamento dos recursos naturais por parte dos próprios países sul-americanos, colaborando com a crítica do discurso utópico ambientalista global.

A Amazônia Legal ocupa 2/3 do território nacional, e a bacia hidrográfica da Amazônia cerca de 3/5 do continente sul-americano. Atravessa nove países, no entanto, sua frágil integração dentro dos países e entre os países fronteiriços constitui uma das dificuldades encontradas na tomada de decisões e na defesa e melhor utilização do patrimônio natural e cultural. Uma outra característica comum acerca da soberania da Amazônia refere-se justamente à questão interna, isto é, a face interna da soberania. Os países sul-americanos têm em comum a marginalidade do território amazônico e a fragmentação socioespacial da Amazônia ao tecido econômico nacional; a baixa densidade demográfica, conflitos de terra, isolamento secular, tráfico internacional de drogas e armas, a ameaça da biopirataria etc.

Sobre a Amazônia perduram imagens obsoletas e mitos que dificultam a tomada de decisão nas políticas públicas e, além disso, complicadas por fortes conflitos de interesses quanto ao uso do território regional. Acerca disso, Becker (2004) afirma que a regionalização pode ser um instrumento de planejamento para o desenvolvimento e para a sustentabilidade quando as políticas estão adequadas às diferentes realidades regionais. Um macrozoneamento da Amazônia sul-americana seria uma boa ação?

Os discursos da crítica ambientalista baseada em uma consciência-ecológica legítima e da lógica integracionista devem atuar juntos na promoção do desenvolvimento voltados para a valorização do patrimônio natural, para o intercâmbio socioeconômico e cultural dos amazônidas.

A forma de integração em andamento pode corroborar o discurso ecológico primeiro-mundista e tornar a região um cenário imobilizado e utilizado pelos principais atores do sistema interestatal capitalista com a política institucionalizada do 'pagamento pelo direito de poluir'. É preciso repensar também que tipo de desenvolvimento se pretende na Amazônia sul-americana, e como um novo modelo de desenvolvimento autônomo pautado no conhecimento da natureza pode favorecer uma estratégia de defesa e afirmação dos Estados nacionais na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista.

IV.2 – A Utilização do Patrimônio Natural como Estratégia de Defesa e Desenvolvimento para a Amazônia

Nas últimas décadas, a disputa por recursos naturais travadas por grandes conglomerados internacionais e nacionais, a demanda por *commodities* e a utopia ecológica polarizam a discussão sobre o futuro da região.

Na passagem do milênio e com a emergência da ameaça das mudanças climáticas, introduziram-se a biodiversidade e os serviços ambientais como elementos de um novo modelo (BECKER, 2007). Trata-se de uma novidade histórica que valoriza as funções dos ecossistemas e não mais apenas sua estrutura, sinalizando para o novo modo de produzir baseado na informação e no conhecimento como fonte de riqueza, capaz de utilizar sem vilipendiar o patrimônio natural (BECKER, 2009A).

Becker (2001;2005) resgata Polanyi (1944/1980) e aponta a mercantilização da natureza como a novidade histórica e a grande transformação do nosso tempo. Os serviços que a natureza pode oferecer são colocados no mercado (mercado do carbono, mercado do ar, mercado da água etc.,) como mercadorias fictícias buscando, principalmente, a redução de emissões de gases do efeito estufa, a regulação climática e a manutenção da biodiversidade e da função das florestas tropicais.

Na visão deste trabalho, tal discussão encabeçada, sobretudo pelo mecanismo REDD e pelo mercado do carbono, não pode ser desprezada, mas não seria a melhor e nem a única solução para os amazônidas, que são os verdadeiros protetores do bioma. Ambos se mostram incapazes de alavancar o desenvolvimento regional autônomo e de garantir a defesa do patrimônio natural. Além disso, corre-se o risco de ingerência externa e privatização (e imobilização) de grandes áreas florestais.

A população tradicional da Amazônia – nações indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores – ficaria à margem do processo de acumulação de

riqueza. O pagamento pelo direito de poluir manteria as históricas desigualdades fundiárias na região. Isto é, seria uma premiação ao modelo latifundiário.

A valoração econômica pode ser uma estratégia de defesa do capital natural (MOTA, 2006), mas é preciso conciliar também o aproveitamento de cadeias produtivas a partir do conhecimento tradicional dos diferentes grupos culturais da região, além de inserir a população nesse processo, buscando a promoção do bem-estar e de justiça socioambiental.

Buscar um modelo que utilize a natureza como estratégia de defesa e desenvolvimento aliado à manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos é uma das formas de modificar as pressões mercantilistas, ideológicas e utópicas sobre a região. Os Estados nacionais que estão inseridos na Bacia Amazônica devem ter o controle deste território e serem os principais agentes de transformação. O conhecimento e o inventário dos bens e serviços que a natureza pode oferecer têm que ser uma política pública de Estado, independentemente da natureza do governo. O patrimônio natural, hoje, é um valor estratégico e, por isso, deve ser parte do interesse nacional-continental, já que o desenvolvimento regional depende de ações conjuntas e complementares dos Estados nacionais.

A estratégia pode ser a de tornar a floresta um 'laboratório vivo' e CT/I, com foco na cura nas próprias doenças e enfermidades que afligem a população regional, nos tratamentos preventivos naturais e na produção de fitoterápicos, inclusive com a criação de uma empresa pública plurinacional sul-americana no setor farmacêutico.

Como uma importante inovação institucional, a criação de empresas interestatais de gestão conjunta dos países amazônicos para a questão do desenvolvimento do patrimônio natural é uma das alternativas viáveis a serem discutidas na atual conjuntura global ambientalista com foco e pressões sobre a Amazônia. Uma das premissas para isso seria a criação de universidades em áreas de fronteira para formar mão de obra qualificada numa região continental tão carente de infraestrutura física e de pessoal. A criação de tecnopolos,

company towns e empresas estratégicas incentivaria a vinda de outras que aproveitariam as vantagens locais e naturais do território.

O conhecimento regional deveria ser preservado e explorado pela ciência e tecnologia (dos Estados nacionais) na criação de produtos extrativistas para produção de fármacos, fitoterápicos, cosméticos, alta gastronomia, artesanato, arte etc., agregando valor à produção regional e formando cadeias produtivas locais competitivas, inclusive com a distribuição de *royalties* pela utilização desse conhecimento.

Qualquer que seja o resultado do debate sobre o modelo de desenvolvimento e/ou de preservação em andamento, sabe-se, que hoje, os custos ecológicos e socioeconômicos do modelo atual recaem sobre grupos populacionais que não participam dos benefícios decorrentes da imensa acumulação de riquezas do modelo exportador de *commodities* agrícolas e minerais e tampouco da privatização de milhões de hectares de florestas em proveito de grandes conglomerados empresariais externos à região e de especuladores do mercado financeiro.

O desenvolvimento deve ser entendido como algo além de um representativo crescimento de determinados setores da economia. Precisaria ser um desenvolvimento econômico aliado às melhorias sociais e baseado na universalidade da saúde, que envolve o também acesso à cultura e à representação política inclusiva e, em consonância e harmonia com o meio ambiente.

Para isso, a sustentabilidade deve estar aliada a um imperativo ético reformista. O sistema interestatal capitalista necessita se reinventar para evitar sua autodestruição, tanto do meio ambiente quanto dos homens!

Historicamente o capitalismo se recicla e se reconfigura. Em seu estágio atual, os rumos que as biotecnologias seguirão podem determinar a perpetuação ou a solução de alguns dos problemas da relação do homem com a natureza. A partir de um enfoque amazônico, a questão climática, da saúde

humana, do acesso a bens e serviços, além da promoção da justiça socioambiental são os principais pontos que se colocam neste início de milênio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma interpretação crítica da atual conjuntura do sistema interestatal capitalista nos fez concluir que o contexto no qual aparece a questão ambiental não obedece exclusivamente a uma constatação de base ecológica, mas está imbuída de caráter político e econômico. A preocupação ambientalista, sobretudo de países centrais e de corporações transnacionais poderosas, não surge somente em razão de um sentimento legítimo devido aos impactos antrópicos ao crescente esgotamento dos recursos naturais, à possível escassez de água potável ainda na primeira metade desse século, à degradação de terras agricultáveis e à ameaça das mudanças climáticas que levou à ciência a reconhecer o *Antropoceno* como uma nova era geológica. Não obstante, também é repleta de interesses geopolíticos para frear o crescimento econômico da periferia, manter o *status quo* e a divisão internacional do trabalho, controlar vastas áreas estratégicas e como forma de dominação político-ideológica e econômico-financeira em uma ordem mundial caracterizada pela emergência de novos polos de poder.

Através de um contexto civilizatório contraditório e que conta com uma visão polarizada sobre o futuro ecológico global sob a constante ameaça das mudanças climáticas, inclusive com estudos difundidos por grande parte da academia sem a necessária comprovação científica, o meio ambiente e também a Amazônia foram colocados no centro do debate.

A ecologia, neste século, tornou-se um novo parâmetro da geopolítica mundial, que através de mecanismos ideológicos e pressões políticas variadas tenta impor o ambiente como um projeto nacional aos países periféricos (BECKER, 1992).

Esta dissertação analisou o contexto geopolítico de inserção da questão ambiental como um tema fundamental nas discussões travadas no sistema interestatal capitalista. Inserção que ocorre, sobretudo pela difusão de pressupostos com motivações político-ideológicas que ultrapassam o caráter

ecológico. Existe uma clara tentativa estratégica dos países centrais e de suas corporações, o que apontamos como a ‘fusão’ dos Estados nacionais com suas respectivas economias-nacionais, de impor aos países periféricos e semiperiféricos padrões de desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde.

Investigou-se a imposição geopolítica ambientalista sobre o Brasil – um dos países semiperiféricos –, especificamente na Amazônia brasileira, região de maior biodiversidade planetária e símbolo ecológico de um contexto global de ‘ambientalização’. Constatou-se que a sustentabilidade exigida pela comunidade global para a Amazônia, ancorada na dimensão ambiental e climática, não leva em conta a situação em que se encontra a população regional e, muito menos, suas dificuldades econômicas e condições socioambientais, apontando para os outros interesses envolvidos nessa discussão que ultrapassa uma consciência ecológica-legítima.

O ambientalismo foi apropriado pela geopolítica dos Estados nacionais e das corporações econômicas. As Conferências das Nações Unidas sobre a temática formam um complexo debate entre os interesses dos Estados economias-nacionais e suas diferentes percepções na questão ecológico-econômica. O desenvolvimento sustentável, no fim dos anos 1980, e a economia verde, proposta a partir dessa década, são formas de readaptar o sistema capitalista às novas demandas ditas sustentáveis, evitando, contudo, modificar a raiz da questão da acumulação de poder. Não respostas consistentes e tampouco mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento ocidental.

Nesse sentido, o Mercado de Carbono e o REDD são exemplos de políticas ambientais insustentáveis do ponto de vista político e socioeconômico sob a luz da globalização financeira e também do ambiente. Ambas representam políticas e mecanismos regulatórios vinculados à mercantilização dos elementos da natureza. Para os países que possuem grandes áreas de biodiversidade, o REDD representa uma verdadeira imobilização e ingerência externa nos parques naturais com enorme potencial estratégico a ser explorado, apenas para proveito de outros que podem poluir e se desenvolver

ao comprar créditos de carbono. Na questão social, mantém-se a perpetuação das desigualdades regionais entre os grandes proprietários de terra e o restante da população. Sobre a ameaça das mudanças climáticas, não transforma a origem do problema, apenas coloca limitações de crescimento econômico aos mais pobres.

Tal imposição sobre a Amazônia vem ocorrendo por variadas formas de pressão, que passa pela ideologia, envolve a economia, a própria ciência e os movimentos sociais, e também os organismos multilaterais, como as Nações Unidas. Buscou-se apresentar os riscos associados destes mecanismos regulatórios difundidos e as ambiguidades do ambientalismo político sobre a Amazônia brasileira na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista.

Entretanto, o Brasil, por meio de suas ações ‘ecoagressivas’ e por históricas tentativas desastrosas de ocupação e ‘desenvolvimento’ regional, tornou-se um dos cinco maiores emissores de GEEs, dos quais, ano a ano, cerca de 60% resultam da mudança no uso do solo e (tais como o desmatamento e as queimadas). Deste total, 67% ocorrem na Amazônia (IPAM, 2013).

Estas ações, por um lado, apontam para a incapacidade nacional de lidar com tamanha e tão complexa região, o que repercute negativamente no bem-estar de sua população devido aos seus baixíssimos indicadores socioeconômicos e sanitário-ambientais. Por outro lado, a falta de um padrão de desenvolvimento que agregue valor à floresta em pé fornece subsídios a uma crítica ambientalista utópica e ‘primeiro-mundista’ que, na lógica do pagamento para continuar poluindo em troca da captação de carbono, não rediscute e legitima as ações do modelo de produção hegemônico.

Dessa forma, o Brasil precisa imprimir saltos qualitativos em seu desenvolvimento autônomo e equilibrado com as necessidades socioambientais nacionais, elegendo a Amazônia como símbolo de um novo processo de desenvolvimento. A apropriação do patrimônio natural a partir de uma revolução socioeconômica amazônica pautada no conhecimento da natureza constituem formas autônomas de promover a salubridade ambiental e

o bem-estar dos habitantes da região, amplamente esquecidos na discussão que colocou o bioma como guardião do futuro climático global.

Além disso, a Amazônia pode contribuir para o desenvolvimento regional através de um novo modelo de desenvolvimento, de autonomia e de defesa da floresta que valorize o patrimônio natural e sociocultural. Uma integração regional sob a liderança brasileira poderia fortalecer um novo modelo de desenvolvimento que se contraporá à pressão ambientalista que reina sobre a região. Porém, como visto, o que se expande é a devastação patrocinada pelos Estados nacionais sul-americanos. Considera-se, nessa investigação, urgente uma ruptura como o atual modelo econômico da região baseado na exportação de *commodities*.

A chave deste processo vai depender de nossa capacidade de reorganizar e articular o subcontinente – uma das mais antigas periferias do sistema mundial capitalista.

O capitalismo se mantém forte e se reinventa através de um neoliberalismo ‘esverdeado’ ou de um ‘*global new green deal*’. A atual fase do sistema capitalista, a da globalização financeira, vem buscando afirmar modelos de desenvolvimento capitalistas – que exigem necessariamente o domínio de ‘tecno(eco)logias’ – e implantá-los na periferia mundial como forma de mercantilizar os elementos da natureza, controlar recursos estratégicos, se apropriar da biodiversidade e, por fim, manter as disparidades da divisão internacional do trabalho.

A Amazônia tornou-se um símbolo ecológico global. Mas, para quem?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, R. **O antropoceno e os limites da Terra**. Artigo: Valor Econômico, 05 de março de 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/3031108/o-antropoceno-e-os-limites-da-terra#ixzz2MfyQAZZn>

ACERO, L. **Pesquisas e Terapias com Células-Tronco: Governança, visões sociais e o debate no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

ACOSTA, A. O desenvolvimento entre tensões globais e locais: uma leitura preliminar da Amazônia. *In*: COY, M; KOHLHEPP, G. (Coords.). **Amazônia Sustentável: Desenvolvimento Sustentável entre Políticas Públicas, Estratégias Inovadoras e Experiências Locais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005, p. 127-154.

ACSELRAD, H; CAMPELLO, C; BEZERRA, G. **O que é Justiça Ambiental**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H. O meio ambiente entre o mercado e a justiça. *In*: **Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?** Le Monde Diplomatique Brasil, 2011.

ALMEIDA, A; CARVALHO, G. (Orgs). **O Plano IIRSA na sociedade civil pan-amazônica**. Belém: Fase, 2009.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.

BARBIERO, A; CHALOULT, Y. O Mercosul e a nova ordem econômica internacional. *In*: FREIRE, S. **Mercosul em debate: desafios de integração na América Latina**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 13-40.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Amazônia brasileira: Uma área crítica no contexto geopolítico mundial. *In*: Maciel, Tânia (Org.). **O meio ambiente inteiro: A contribuição crítica da Universidade à questão ambiental**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1991, p. 91-122.

_____. Repensando a Questão Ambiental no Brasil a partir da Geografia Política. *In*: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (ORGS.). **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 1, p. 127-152.

_____. Síntese do Processo de Ocupação da Amazônia - Lições do Passado e Desafios do Presente. *In:* FLEISCHFRESSER, V. (Org.). **Causas e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001, v. 1, p. 5-28.

_____. **Amazônia - Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

_____. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. *In:* COY, M; KOHLHEPP, G. (Coords.). **Amazônia Sustentável: Desenvolvimento Sustentável entre Políticas Públicas, Estratégias Inovadoras e Experiências Locais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005, p. 15-22.

_____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 271-308.

_____. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. *In:* Becker, B; Costa, F; Costa, W. (Orgs.). **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. 1ª ed.. Brasília, DF: CGEE, v. 1, 2009A, p. 39-86.

_____. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? *In:* ARAÚJO, T. P; WERNECK VIANNA, S. T; MANGABEIRA Jr. (Orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil. Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Editora do IPEA, v. 1, 2009B, p. 54-82.

_____. **Ciência, Tecnologia e Inovação Condição do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Série Tecnologia e Sociedade (MCT), v. 15, 2010A, p. 15-34.

_____. Aula Magna da Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense..Paletstra: **Amazônia: Mudança Climática, Projetos Globais e Interesse Nacional**. 2010B.

_____. **Ed. Especial Amazônia**. National Geographic Brasil, nº 134, 2011A.

_____. **Defendemos uma atuação social e ambiental responsável**. Entrevista: CSN, 2011B.

_____. **Perspectivas de Desenvolvimento Sustentável da Região Norte**. Seminário de Construção da Dimensão Estratégica do PPA. Apresentação em lâminas. 2011C.

BECKER, B; EGLER, C. **Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BECKER, B; STENNER, C. **Um Futuro para a Amazônia**. Rio de Janeiro: Oficina de Textos, 2008.

BOFF, L. **Cuidar da Terra, salvar a vida: como evitar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Record, 2011.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – 1989-2000**.

_____. **Tendências demográficas: Uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000**.

_____. **Atlas de Saneamento de 2006**.

_____. **Produto Interno Bruto do Brasil em 2008**.

_____. **Censos demográficos do IBGE: 1991, 2000, 2007 e 2010**.

_____. **Portal Eletrônico** <<http://www.ibge.gov.br/home/>>, Acesso em 16/04/2011.

BRAUDEL, F. **La Dynamique du Capitalisme**. Paris: Champs Flammarion, 1984.

_____. **Os jogos das trocas**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

_____. **Civilização material, econômica e capitalismo. Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRUNTLAND, G *et al.* **Nosso Futuro Comum**. ONU: 1987.

BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril cultural, 1984.

CALDAS, A; QUINTELA, S. Esverdeando o capitalismo: a farsa das corporações para a Rio+20. *In: Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?* Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.

CAMPELLO, M. **Acre - Da singularidade Histórica-Cultural à Realidade Socioambiental: Uma Abordagem dos Surtos Econômicos e o Crescimento das Cidades**. Monografia de graduação: Geografia/UFRJ, 2009.

_____. **A Questão Ambiental Urbana e seus Reflexos na Saúde Pública na Amazônia Brasileira**. Especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental: ENSP/FIOCRUZ, 2011a.

_____. **A Amazônia como estratégia de defesa e desenvolvimento da América Latina**. *In: ANAIS do XII Congresso Internacional FOMERCO*. Rio de Janeiro, 2011B.

CASTRO, J. **De Bandung a Nova Déli: A grande crise do terceiro mundo.** Publicado na **Revue Générale Belge**, nº 4, Bruxelas, 1968.

_____. **Fome - um tema proibido. (Org.)**. Anna Maria de Castro. 1970; 2003.

CGEE. **Economia Verde e Interesse Nacional: Propostas para uma Agenda Brasileira.** Brasília: CGEE, 2011.

CHIARETTI, D. **Entrevista com Fernando Lyrio: Brasil quer que a cúpula Rio+20 fixe metas ambientais.** Valor Econômico: 24 de agosto de 2011.

COELHO, M. A CVRD e Processo de (Re)Estruturação do Espaço Geográfico Na Área de Carajás. *In*: CASTRO, I; GOMES, P; CORRÊA, R. (Orgs.). **Brasil: Questões de reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. **Conferência de Estocolmo.** PNUMA, 1972.

ELIAS, N. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, Vol. 2, Capítulo 2.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FIORI, J. **De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. **Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, J. (Org.). O PODER AMERICANO.** 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 11-66.

_____. **O poder global e a nova geopolítica das nações.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FOREWAKER, J. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** Rio de Janeiro: editora Zahar, 1982.

FREITAS, M. **Política de Estado de CT&I para o desenvolvimento sustentável da Amazônia: Fundamentos, diretrizes, propostas e compromissos.** Documento básico preparado para a IV Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia 2010.

FURTADO, C. **A economia brasileira.** Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____. **Formação Econômica do Brasil.** 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIFFIN, K. A modernidade perversa e a reprodução humana no Brasil. *In*: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). **Saúde, Ambiente**

e Desenvolvimento. Processos e Consequências Sobre as Condições de Vida. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 2, p. 99-122.

GOMES, H. A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico. *In: Geografia e questão ambiental.* Terra Livre: Marco Zero, São Paulo, 1988, p. 33-54.

GRZYBOWSKI, C. Não deixemos passar a hora! *In: Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?* Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.

GUNDER-FRANK, A *et al.* **Economía política del subdesarrollo em Latinoamérica.** Buenos Aires: Signos, 1970.

HABERMAS, J. **Crisis de la legetimación em el capitalismo tardío.** Buenos Aires: Amorrortu, 1975.

HESS, D. **Alternative Pathways in Science and Industry: Activism, Innovation, and the Environment in an Era of Globalization.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2007.

HILFERDING, R. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova cultural, 1985.

HIRSCHMANN, A. O. **The Strategy of Economic Development.** Connecticut: New Haven, 1958.

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, S. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, O. **A era do globalismo.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

IPAM. **REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD.** – 3ª Edição – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

IIRSA. **Cartera de Proyectos de los Ejes de Integración y Desarrollo: Resultado de la aplicación de la Metodología de Planificación Indicativa.** IIRSA: Diciembre, 2003.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

KILLEEN, J. **Una Tormenta Perfecta em la Amazonia: Desarrollo y conservación en el contexto de la IIRSA.** Vancouver: Conservation International, 2007.

KRUGER, E. Uma Abordagem Sistêmica da Atual Crise Ambiental. *In: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba: Editora da UFPR, Nº 4, p. 37-43, Jul./Dez, 2001.

LAMBERT, J. **Os dois brasis**. Rio de Janeiro: Inep, 1959.

LATOURET, B. **Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, O. (ORGS.). **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992, Vol. 1.

LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, O. (ORGS.). **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e Consequências Sobre as Condições de Vida**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992, Vol. 2.

MACHADO, L; PEITER, P; ROJAS, L. Doenças transmissíveis na faixa de fronteira amazônica: o caso da malária. *In: MIRANDA, A; BARCELLOS, C; MOREIRA, J; MONKEN, M. (Orgs.). Território, Ambiente e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p.257-272.

MAIMON, D. Mudança da política ambiental. *In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (ORGS.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 1, p. 273-295.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEADOWS, D *et al.* **The Limits of Growth**. New York: Universe Books, 1972.

MEDEIROS, C. **Os Dilemas da Integração Sul-Americana**. Cadernos CICF, 2009.

METRI, M. **Acumulação de poder, sistemas e territórios monetários**. Rio de Janeiro: Mimeo, 2011.

MONTEIRO, C. **A questão ambiental no Brasil**. IGEO/USP: São Paulo, 1981.

MOTA, J. **O Valor da Natureza: Economia e política dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

NAVARRO, M. Ambiente e complexidade como tema integrador. *In: MIRANDA, A; BARCELLOS, C; MOREIRA, J; MONKEN, M. (Orgs.). Território, Ambiente e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 89-100.

NOGUEIRA-NETO, P. **Os grandes problemas ambientais do mundo**

contemporâneo. São Paulo: IEA, p. 1-11, 1994.

PEREIRA DA SILVA, L. **Ciência e da Tecnologia para a Saúde Humana na Amazônia.** Brasília: Apresentação de trabalho na Sessão Paralela Amazônia da IV CNCTI, 2010.

PICOLI, F. **O Capital e a devastação da Amazônia.** 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PNUD Brasil. **Objetivos de desenvolvimento do milênio.** ONU, 2004.

PNUMA. **Green economy report.** ONU, 2008.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1ª ed.1944. Edição de 1980.

PORTO-GONÇALVES, C. **Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia.** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____. **O Desafio Ambiental.** Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.

_____. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO M; MARTINEZ-ALIER, A. **Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde.** Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, nº 23 Sup 4, 2007, p. 503-512.

PRODES. **Projeto Prodes: Dados de desmatamento.** INPE, 2010.

RIBEIRO, S. As novas fronteiras da mercantilização da natureza. *In: Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?* Le Monde Diplomatique Brasil.

RODRIGUES, O. **O Estruturalismo Latino-Americano.** Civilização Brasileira, 2009.

RODRIGUEZ, R; SABROZA, P, LEAL, M; BUSS, P. A ética do desenvolvimento e as relações com saúde e meio ambiente. *In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e Consequências Sobre as Condições de Vida.* São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 2, p. 31-44.

SABROZA, P; LEAL, M. Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Alguns Conceitos Fundamentais. *In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar.* São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 1, p. 45-94.

SACHS, I. Os desafios da Segunda Cúpula da Terra do Rio de Janeiro. *In: Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?* Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Editora Record, 2000.

SAWYER, D. **Fluxos de carbono na Amazônia e no Cerrado: um olhar ecossistêmico.** Brasília: Sociedade e Estado, v. 24, n. 1, 2009, p. 149-171.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. **Brasil 2022.** Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, 2010.

SOUZA, M. **ABC do desenvolvimento urbano.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009.

STOTZ, E; VALLA, V; PIRES, A; OLIVEIRA, G; FISZON, J; MASCARENHAS, M; *et al.* Processo de conhecimento sobre saúde, meio ambiente e desenvolvimento na relação entre sociedade civil e Estado. *In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida.* São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 2, p. 29-56.

SUERTEGARAY, D; SCHAFFER, N. Análise Ambiental: a atuação do geógrafo para e na sociedade. Porto Alegre: a metrópole e seu delta. *In: Geografia e questão ambiental.* Terra Livre: Marco Zero, São Paulo, 1988, p. 89-104.

SZWARCWALD, C; LEAL, M; JOURDAN, A. Mortalidade infantil: o custo social do desenvolvimento brasileiro. *In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida.* São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 2, p. 252-278.

TAMBELLINI, A. Prefácio. *In: MIRANDA, A; BARCELLOS, C; MOREIRA, J; MONKEN, M. (Orgs.). Território, Ambiente e Saúde.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 9-15.

TILLY, C. **Coercion, Capital, and European States, AD 990-1990.** Oxford: Basil Blackwell, 1990.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System, vol. I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century.** New York/London: Academic Press, 1974.

_____. **World System Analysis: An introduction.** Durham: Duke University Press, 2005.

_____. **O universalismo poder: a Retórica do Poder.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PESQUISA NA INTERNET: WEBSITES

CONVENÇÃO DE VIENA E PROTOCOLO DE MONTERAL

Disponível em:

<http://www.protocolodemontreal.org.br/eficiente/sites/protocolodemontreal.org.br/pt-br/site.php?secao=viena-montreal>

Acesso 13/03/2013

“Brasil perde para outros BRICS na hora de proteger suas florestas.”

Disponível em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111122_florestas_comparacao_i_mazon_mdb.shtml.

Acesso 13/11/2011

“Cientistas anunciam início do Período do Antropoceno”

Disponível em:

<http://www.dw.de/cientistas-anunciam-in%C3%ADcio-do-per%C3%ADodo-antropoceno/a-15853834>

Acesso em 23/08/2012

“Sombras do Antropoceno podem ofuscar a Rio+20”

Disponível em:

http://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2012/03/27/interna_tecnologia,285698/sombras-do-antropoceno-podem-ofuscar-a-rio-20.shtml

“O que é e como surgiu o REDD?”

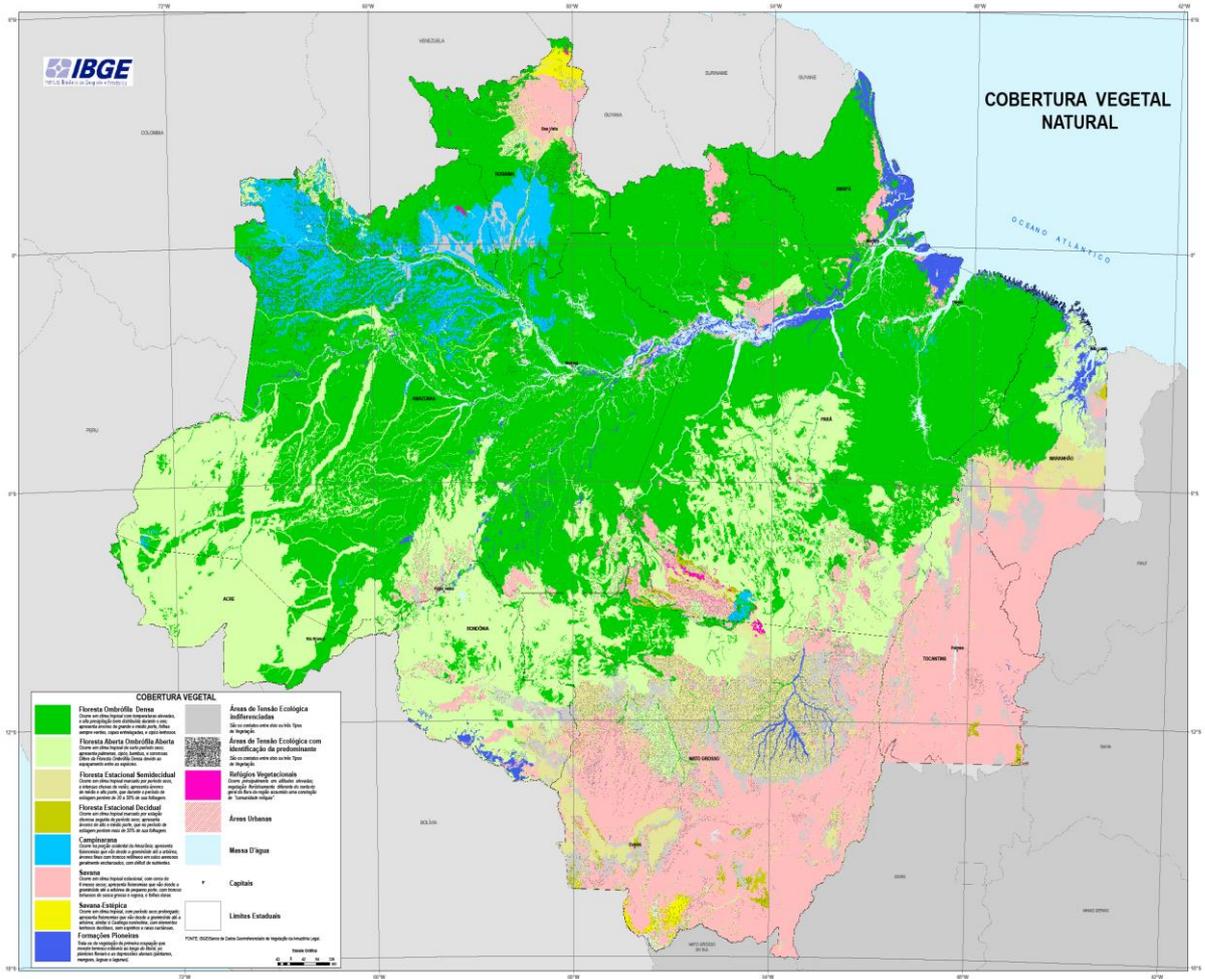
<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/O-que-e-e-como-surgiu-o-REDD-/3>

Acesso em 15/12/2012

WWW – Pegada Ecológica

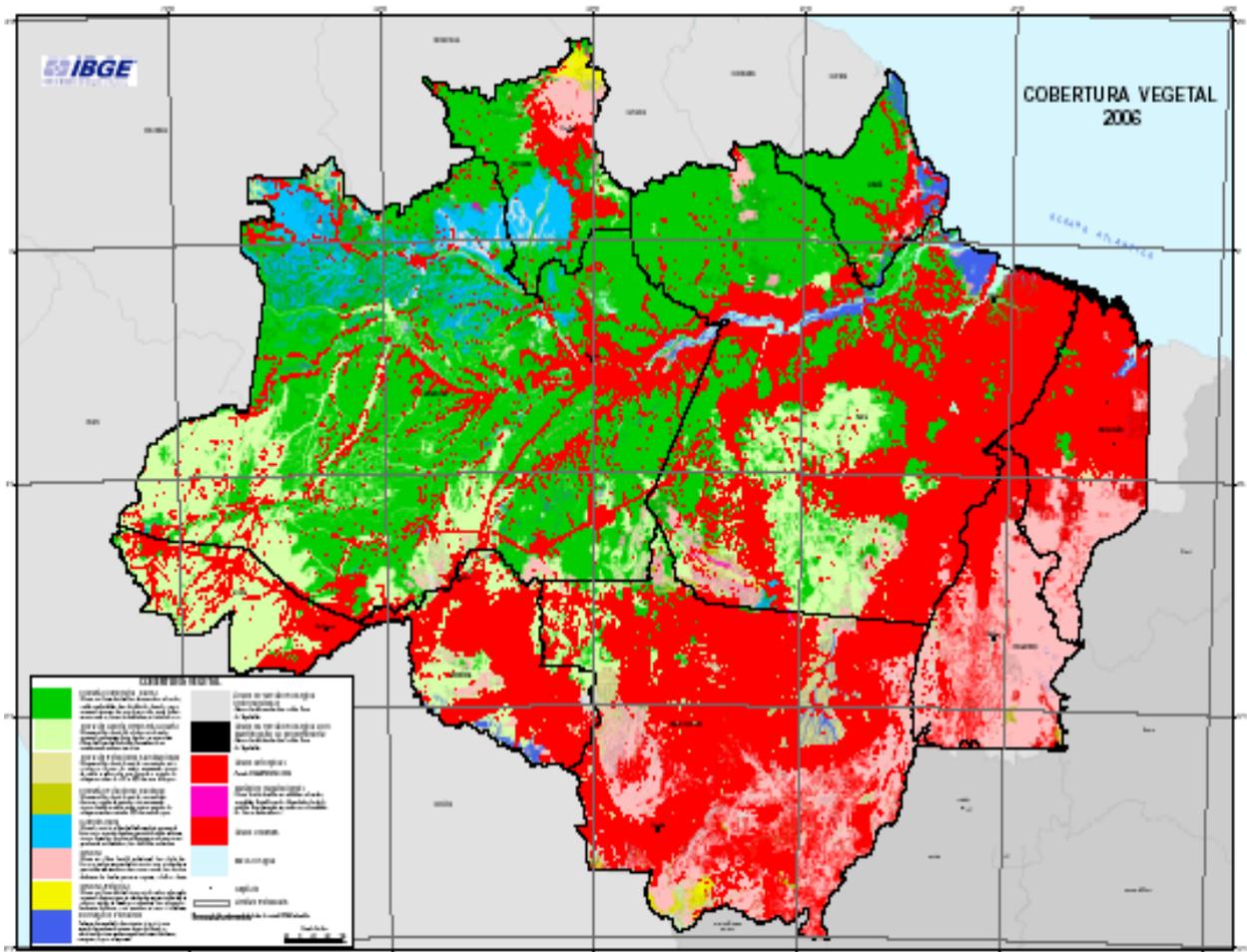
http://www.wwf.org.br/pegada_ecologica

ANEXO 1 – Cobertura Vegetal Natural.



Fonte: IBGE.

ANEXO 2 – Cobertura Vegetal em 2006.



Fonte: IBGE.